



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA
CONTEMPORÂNEAS

EGBERTO LIMA SIQUEIRA

“PESSOAS COM HIV SÃO UMA DESPESA PARA O BRASIL”:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO BOLSONARISTA E OS IMPACTOS
SOBRE AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO AO HIV/AIDS

Salvador
2024

EGBERTO LIMA SIQUEIRA

**“PESSOAS COM HIV SÃO UMA DESPESA PARA O BRASIL”:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO BOLSONARISTA E OS IMPACTOS
SOBRE AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO AO HIV/AIDS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

Orientador: Prof. Dr. Edson Fernando D’Almonte

Salvador
2024

Dados internacionais de catalogação-na-publicação
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Siqueira, Egberto Lima.

“Pessoas com HIV são uma despesa para o Brasil”: uma análise do discurso bolsonarista e os impactos sobre as políticas de enfrentamento ao HIV/AIDS / Egberto Lima Siqueira. - 2024.
114 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Edson Fernando Dalmonte.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2024.

1. Comunicação na política - Brasil. 2. Análise crítica do discurso. 3. Política de saúde - Brasil. 4. AIDS (Doença) - Política governamental - Brasil. 7. Brasil - Política e governo - 2019-2022. 8. Bolsonaro, Jair, 1955- . 9. Notícias falsas - Brasil. 10. Desinformação. I. Dalmonte, Edson Fernando. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. III. Título.

CDD - 302.20981

CDU - 659.3:32(81)

EGBERTO LIMA SIQUEIRA

**“PESSOAS COM HIV SÃO UMA DESPESA PARA O BRASIL”:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO BOLSONARISTA E OS IMPACTOS
SOBRE AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO AO HIV/AIDS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

Salvador, 10 de dezembro de 2024

Banca Examinadora

Edson Fernando D’Almonte – Orientador

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia
PósCom - Universidade Federal da Bahia

Leonor Graciela Natansohn

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia
PósCom - Universidade Federal da Bahia

Antonio Marcos Pereira Brotas

Doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia
Fundação Oswaldo Cruz - Bahia



Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA
CONTEMPORÂNEA (POSCOM)**

ATA Nº 1

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS (POSCOM), realizada em 10/12/2024 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS no. 1, área de concentração Comunicação e Cultura Contemporâneas, do candidato EGBERTO LIMA SIQUEIRA, de matrícula 2020101800, intitulada PESSOAS COM HIV SÃO UMA DESPESA PARA O BRASIL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO BOLSONARISTA E OS IMPACTOS SOBRE AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO AO HIV/AIDS. Às 17:30 do citado dia, por videoconferência, foi aberta a sessão pelo presidente da banca examinadora, Prof. Dr. EDSON FERNANDO D'ALMONTE, que apresentou os outros membros da banca: Profª. Dra. LEONOR GRACIELA NATANSOHN e Prof. Dr. ANTONIO MARCOS PEREIRA BROTAS. Em seguida, foram esclarecidos os procedimentos pelo presidente, que passou a palavra ao examinado para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANTONIO MARCOS PEREIRA BROTAS
Data: 29/01/2025 15:46:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. ANTONIO MARCOS PEREIRA BROTAS, Fiocruz-Ba

Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente
gov.br LEONOR GRACIELA NATANSOHN
Data: 29/01/2025 17:10:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. LEONOR GRACIELA NATANSOHN, UFPA

Examinadora Interna

Dr. EDSON FERNANDO D ALMONTE, UFBA

Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br EDSON FERNANDO D ALMONTE
Data: 31/01/2025 11:28:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EGBERTO LIMA SIQUEIRA **gov.br** EGBERTO LIMA SIQUEIRA
Data: 19/02/2025 11:53:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mestrando(a)

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho só foi possível graças ao apoio e à colaboração de muitas pessoas que me acompanharam nesta caminhada e às quais sou imensamente grato.

Ao professor Edson Fernando D’Almonte, pela orientação cuidadosa e atenta ao longo desta jornada. Sua contribuição foi essencial, tanto nas discussões que moldaram o corpo desta pesquisa, quanto na abertura de horizontes que ampliaram minha compreensão sobre temas e conceitos da comunicação contemporânea.

Aos professores do PósCom da UFBA, que compartilharam seus conhecimentos de forma generosa. Um agradecimento especial ao professor Samuel Barros, cuja atenção e olhar apurado foram fundamentais nas discussões que sustentaram as bases metodológicas das minhas pesquisas.

Ao colega George de Araújo Silva, por dividir esta jornada acadêmica comigo e com quem tive a honra de publicar meu primeiro artigo científico sobre vacina e desinformação na pandemia de Covid-19.

À equipe do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, meu ambiente de trabalho e casa de saberes. Este espaço foi fundamental para o meu desenvolvimento e me permitiu ter contato direto com pesquisas que dialogam diretamente com o tema central desta dissertação.

Aos meus pais e minhas irmãs, por todo o amor, dedicação e suporte em todas as etapas da minha vida. A Artur Mascarenhas, por estar presente nas horas mais difíceis, oferecendo força e motivação para continuar.

A todos, minha profunda gratidão. Este trabalho é também resultado do impacto positivo de cada um em minha trajetória.

SIQUEIRA, Egberto Lima. **“Pessoas com HIV são uma despesa para o Brasil”**: o discurso bolsonarista e os impactos sobre as políticas de enfrentamento ao HIV/aids. Orientador: Edson Fernando D’Almonte. 2024. 114 f. il. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

RESUMO

Nas últimas décadas, o Brasil implementou políticas e ações pioneiras na prevenção, tratamento e promoção dos direitos das pessoas vivendo com HIV/aids, recebendo reconhecimento internacional por essas estratégias. Contudo, a ascensão do bolsonarismo trouxe transformações significativas ao cenário político e social, suscitando preocupações sobre a continuidade e eficácia dessas políticas. Este estudo examina as características do discurso bolsonarista sobre HIV/aids entre 2018 e 2022 e analisa como o posicionamento conservador e discriminatório contribuiu para o retrocesso nas políticas de combate ao vírus. O estudo analisou 15 declarações públicas de Jair Bolsonaro, seus apoiadores, e *fake news* relacionadas ao HIV/aids. Os resultados mostram que as categorias "palavra de dissimulação", "estratégia do vago", e "condição de dramatização" foram identificadas em 100% das declarações. Além disso, a "estratégia da razão suprema", a "condição de simplicidade", e a "condição de credibilidade" apareceram em 66,7% das declarações. Os resultados apontam para um padrão deliberado na construção de narrativas que obscurecem a clareza e veracidade das informações, com o objetivo claro de manipular a percepção pública e esquivar-se de críticas e responsabilidades. O estudo destaca ainda ações que deterioraram a Política Nacional de DST/aids, incluindo a eliminação de informações em canais de comunicação, redução de recursos e a ênfase na abstinência sexual como estratégia de prevenção, todos agravados em um contexto marcado por *fake news* e um prejudicial conservadorismo.

Palavras-chave: Bolsonarismo, HIV, aids, *fake news*, análise do discurso político.

SIQUEIRA, Egberto Lima. **"People with HIV are an expense for Brazil":** the Bolsonarist discourse and its impacts on HIV/aids policy. Thesis advisor: Edson Fernando D'Almonte. 2024. 114 f. il. Dissertation (Master's in Contemporary Communication and Culture) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

ABSTRACT

Over the past decades, Brazil has implemented pioneering policies and actions to prevent, treat, and promote the rights of people living with HIV/AIDS, receiving international recognition for these strategies. However, the rise of Bolsonarism has brought significant changes to the political and social landscape, raising concerns about the continuity and effectiveness of these policies. This study examines the characteristics of Bolsonarist discourse on HIV/AIDS between 2018 and 2022 and analyzes how conservative and discriminatory positions contributed to the setback in policies to combat the virus. The study analyzed 15 public statements by Jair Bolsonaro, his supporters, and fake news related to HIV/AIDS. The results show that the categories "dissimulation words", "vague strategy", and "condition of dramatization" were identified in 100% of the statements. Furthermore, the "strategy of supreme reason," the "simplicity condition," and the "credibility condition" appeared in 66.7% of the statements. The results point to a deliberate pattern in the construction of narratives that obscure the clarity and veracity of information, with the clear objective of manipulating public perception and avoiding criticism and responsibilities. The study also highlights actions that have undermined the National STD/AIDS Policy, including the elimination of information in communication channels, reduction of resources, and the emphasis on sexual abstinence as a prevention strategy, all of which are aggravated in a context marked by fake news and harmful conservatism.

Keywords: Bolsonarism, HIV, AIDS, fake news, political discourse analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Manchete publicada no jornal Notícias Populares em 1983.....	10
Figura 2 - Manchete publicada no Jornal Luta Democrática em 1983	10
Figura 3 - O “cercadinho” de Bolsonaro, instalado na entrada do Palácio da Alvorada, concentrava, majoritariamente, apoiadores do seu governo.....	36
Figura 4 - Bolsonaro crítica "Caderneta de saúde da adolescente” durante live no Facebook	44
Figura 5 - Bolsonaro compartilha <i>fake news</i> associando vacina contra covid-19 e transmissão do HIV em live no Facebook.....	52
Figura 6 - Vídeo publicado no YouTube com <i>fake news</i> sobre “aids de Anitta”	66
Figura 7 - Repercussão da <i>fake news</i> sobre ”aids de Anitta” no Twitter.....	67
Figura 8 - Peça da campanha “Eu Não Sou Despesa”, compartilhada no Twitter por pessoas vivendo com HIV	70
Figura 9 - Distribuição das Palavras nas declarações sobre HIV/aids	71
Figura 10 - Distribuição das Estratégias nas declarações sobre HIV/aids.....	72
Figura 11 - Distribuição das Condições nas declarações sobre HIV/aids	73
Figura 12 - Categorias predominantes no discurso de Bolsonaro sobre HIV/aids.....	74
Figura 13 - Categorias predominantes no discurso de apoiadores de Bolsonaro sobre HIV/aids	75
Figura 14 - Categorias predominantes no discurso das <i>fake news</i> sobre HIV/aids.....	76
Figura 15 - Última postagem do perfil @ISTAidsHV no Twitter.....	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTOS DO BOLSONARISMO	18
1.1 O BOLSONARISMO E O PÂNICO NAS POLÍTICAS DE HIV/AIDS	23
1.2 O REFORÇO AO ESTIGMA E À DISCRIMINAÇÃO	25
1.3 DEUS ACIMA DE TUDO?	26
1.3.1 A ascensão de Damares Alves	32
1.4 O GOVERNO DA DESINFORMAÇÃO	33
1.4.1. O cercadinho de Bolsonaro	35
CAPÍTULO 2: A CATEGORIZAÇÃO DO DISCURSO BOLSONARISTA	37
2.1 “SEM OFENDER AS FAMÍLIAS”	39
2.2 PERSEGUIÇÕES E RETIRADA DE MATERIAIS EDUCATIVOS	43
2.3 O DISCURSO DA ABSTINÊNCIA SEXUAL	48
2.3.1 O caso de Vitória: eu escolhi esperar	50
2.4 HIV E COVID-19: UM ELO PERIGOSO	52
2.4.1 Inquérito contra as declarações de Bolsonaro	54
2.5 O APOIO DA REDE BOLSONARISTA	56
2.5.1 Carlos Bolsonaro: o ataque à imprensa	56
2.5.2 Pastor Davi Góes: “tem HIV dentro da vacina”	59
2.5.3 Cantor Leonardo: “é melhor morrer f*dendo”	61
2.5.4 Renan Bolsonaro: “que pandemia?”	62
2.5.5 Ana Paula Valadão: homossexualidade e HIV	64
2.5.6 O ataque à cantora Anitta: “aidética”	66
2.5.7 Bolsonaro: “o HIV é uma despesa para o Brasil”	69
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DAS CATEGORIAS DISCURSIVAS	71
CAPÍTULO 4: DO ACÚMULO DE RETROCESSOS À RECONSTRUÇÃO	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE A - Declarações utilizadas na pesquisa	111

INTRODUÇÃO

“Se não se cuidou, o problema é dele”. A declaração é do ex-presidente e militar reformado Jair Messias Bolsonaro, em entrevista para o telejornal humorístico “Custe o Que Custar” (CQC), da TV Band, no ano de 2010 (Agência Aids, 2018). Deputado federal à época (1991-2018), o político afirmava, sem nenhuma hesitação, que pessoas com o vírus HIV não deveriam ser tratadas com recursos do Estado.

A fala, permeada por uma visão estigmatizante e sem nenhuma empatia, ilustra a semente de um pensamento conservador latente e que ganharia voz e corpo anos mais tarde, em 2018, com a campanha e posterior eleição de Bolsonaro à Presidência da República do Brasil.

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado desafios significativos no campo da saúde pública, especialmente no que se refere às políticas de enfrentamento ao HIV/aids. Essa epidemia representa um dos maiores problemas de saúde pública enfrentados pela humanidade nas últimas décadas e desafia os pesquisadores na elaboração de estudos que busquem estratégias de prevenção cada vez mais eficientes (BRASIL, 1999).

Enquanto pesquisador e membro da equipe de comunicação do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA), com acesso constante a uma vasta gama de estudos e recursos sobre as dinâmicas complexas que moldam a saúde pública e os direitos humanos, este estudo me impacta de maneiras profundas e pessoais. Olhar para o enfrentamento ao HIV/aids significa ir além do campo biomédico, abrangendo também os debates políticos, sociais e culturais, assim como a influência dos discursos que podem fortalecer ou fragilizar as políticas públicas.

Nesse sentido, a análise do impacto do bolsonarismo nas estratégias governamentais de combate ao HIV/aids torna-se, portanto, não apenas um exercício acadêmico, mas também um compromisso com a compreensão dos desafios enfrentados pelas populações vulnerabilizadas e com a busca por estratégias mais eficazes de enfrentamento da epidemia.

O país enfrentou suas próprias batalhas para combater a doença no começo da década de 1980, quando os primeiros casos de aids foram confirmados no país. Esses casos iniciais, majoritariamente associados a indivíduos que haviam viajado para o exterior, contribuíram para a concepção da aids como uma "doença estrangeira", um estigma destacado por Domingues (1998).

O ano de 1982 marcou um ponto de inflexão, com a confirmação dos primeiros sete casos de aids na Região Sudeste, especificamente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, apontadas como portas de entrada e epicentros iniciais para a disseminação do vírus no território brasileiro (Brasil, 1999). De acordo com Amato Neto *et al.* (1983), a identificação do primeiro caso de contaminação local, chamada de autóctone, foi em um paciente masculino, que relatou ter relações homo/bissexuais.

No entanto, com base na progressão e nos padrões de transmissão do HIV, os especialistas inferem que o vírus provavelmente foi introduzido no Brasil no início da década de 1970. A partir de então, o HIV começou a se espalhar, primeiramente, através das densamente povoadas áreas metropolitanas do Sudeste. Tais regiões, devido à sua importância econômica e social, funcionaram como epicentros iniciais para a propagação do vírus. Posteriormente, observou-se um processo de disseminação gradual para outras macrorregiões do Brasil, ampliando o espectro da epidemia para além das fronteiras estaduais e regionais (Brasil, 1999).

Em 1985, diante da detecção de centenas de casos de aids no Brasil, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 236, instituiu o Programa Nacional de AIDs, delineando as primeiras orientações e regras para combater a epidemia no território brasileiro (Brasil, 1985). O documento designou à Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária, pertencente à Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, a responsabilidade pela coordenação do programa.

A portaria também identificou três principais grupos: homossexuais e bissexuais masculinos, hemofílicos e pessoas que receberam múltiplas transfusões sanguíneas, e usuários de drogas injetáveis, consolidando oficialmente o conceito de grupos de risco para o HIV/aids (Brasil, 1985).

É importante destacar que a epidemia do HIV/aids foi marcada, desde o começo, por uma profunda estigmatização das pessoas vivendo com o vírus, particularmente aquelas pertencentes aos chamados grupos de risco. A matéria do Jornal Notícias Populares de 12 de junho de 1983, intitulada “Peste Gay já apavora São Paulo” (Lopes, 2020), exemplifica bem esse fenômeno (Figura 1).

Figura 1 - Manchete publicada no jornal Notícias Populares em 1983



Fonte: Lopes, 2020

Em outubro do mesmo ano, o Jornal Luta Democrática estampava outra manchete semelhante: “Peste Gay é a epidemia do século” (Pereira, 2019), para falar sobre o crescimento de casos no país (Figura 2).

Figura 2 - Manchete publicada no Jornal Luta Democrática em 1983



Fonte: Pereira, 2019

Embora tenha sido um passo importante na tentativa de estruturar o combate à epidemia, a portaria de 1985, ao identificar oficialmente grupos de risco, também pode ter contribuído para a perpetuação desses estereótipos, codificando as categorias de risco baseadas em práticas sociais e identidades, ao invés de focar unicamente nas práticas de risco.

Ao longo das últimas décadas, diversas políticas e ações foram implementadas no Brasil para a prevenção, tratamento e promoção dos direitos das pessoas vivendo com o vírus HIV. A partir dos anos 1990, o país alcançou reconhecimento internacional por ser pioneiro em

assegurar a todos os cidadãos o acesso a remédios antirretrovirais (ARVs) e também um dos primeiros países a iniciar iniciativas de troca de agulhas (Cueto; Lopes, 2022).

Através da Política Nacional de DST/aids, o Brasil deu destaque aos princípios dos direitos humanos, promoveu exames de detecção do HIV gratuitos, fabricou medicamentos genéricos, lançou programas completos de prevenção contra a discriminação de indivíduos homossexuais, conduziu negociações importantes com grandes empresas farmacêuticas para reduzir os preços dos remédios e desempenhou um papel de liderança na área da Saúde Global (Cueto e Lopes, 2021).

Se, por um lado, houve uma queda considerável no número de mortes por aids no Brasil, conquistada através de tratamentos cada vez mais eficientes, há, na contramão, o crescimento da infecção pelo HIV entre os mais jovens (Maia *et al.*, 2019; Paiva; Antunes e Sanchez, 2020).

Segundo informações do Boletim Epidemiológico de HIV/aids 2022, divulgado pelo Ministério da Saúde, entre 2007 e junho de 2022, foram registrados 102.869 casos de infecção por HIV em jovens com idade entre 15 e 24 anos. No período de 2011 a 2021, um total de 52.513 jovens, nessa mesma faixa etária, evoluíram para aids após contrair o HIV (Brasil, 2023). Esse aumento reforça a necessidade de ações e investimentos em estratégias de prevenção e conscientização especialmente para esse público-chave.

Entretanto, a ascensão do bolsonarismo trouxe mudanças significativas ao cenário político e social brasileiro, levantando preocupações sobre a continuidade e a eficácia das políticas de combate ao HIV/aids. Jair Bolsonaro, durante sua campanha presidencial e ao longo de seu mandato, adotou uma narrativa conservadora e muitas vezes estigmatizante em relação às pessoas vivendo com HIV/aids. Suas declarações públicas e políticas sugerem um retrocesso nas conquistas obtidas nos últimos anos, impactando negativamente a percepção pública e a alocação de recursos para essa área (Fedatto, 2023).

Este trabalho tem como objetivo analisar o discurso bolsonarista e seus possíveis impactos sobre as políticas de enfrentamento ao HIV/aids no Brasil, durante o período de 2019 a 2022, bem como episódios que abrangem a campanha de Jair Bolsonaro à Presidência no ano de 2018. Em quais contextos as declarações foram proferidas pelo então presidente e seus apoiadores e de que forma esse discurso pode ter impactado as estratégias e os esforços governamentais no âmbito da prevenção e tratamento do vírus e da doença?

Para compreender os efeitos dessas declarações sobre a resposta ao HIV/aids no Brasil, é essencial situar o conceito de políticas públicas e sua relação com a formulação e

implementação de ações governamentais. Não há um consenso sobre a definição desse conceito, uma vez que diferentes teóricos o abordam sob distintas perspectivas. Lasswell (1936) estrutura o conceito de política pública a partir da análise de quem se beneficia de determinada política, quais são os motivos por trás dessas decisões e quais impactos reais essas escolhas geram na sociedade.

Lynn (1980), por sua vez, descreve como o conjunto de ações governamentais destinadas a gerar efeitos específicos, enquanto Mead (1995) entende política pública como um campo de estudo dentro da ciência política voltado para a análise do governo diante de grandes questões sociais.

Em uma ampla revisão de literatura sobre o tema e os respectivos autores, Souza (2008) define política pública como um campo de conhecimento que tem o propósito de "colocar o governo em ação" e analisar essa ação, propondo mudanças sempre que necessário. Em regimes democráticos, a formulação de políticas públicas representa o momento em que as propostas e plataformas políticas se traduzem em programas concretos que geram efeitos diretos sobre a sociedade.

No caso das políticas voltadas ao HIV/aids, a trajetória brasileira demonstrou, por décadas, um compromisso com o acesso universal à saúde, a redução de danos e a garantia de direitos das populações mais vulnerabilizadas. No entanto, mudanças no cenário político podem alterar significativamente essas diretrizes, enfraquecendo estratégias consolidadas e introduzindo novas abordagens baseadas em discursos conservadores e ideológicos.

Assim, a relação entre o bolsonarismo e a política pública de enfrentamento ao HIV/aids deve ser analisada dentro dessa perspectiva mais ampla, considerando tanto os mecanismos institucionais de formulação de políticas quanto a influência do discurso político na definição das prioridades governamentais.

O presente estudo também destaca como o discurso de Bolsonaro contribuiu para a disseminação de *fake news* e a perpetuação do estigma contra pessoas vivendo com HIV/aids, bem como as principais ações que configuraram um retrocesso nas políticas de enfrentamento ao HIV/aids durante o governo de Bolsonaro.

Fake news, ou notícias falsas, são informações que imitam o formato da mídia de notícias, mas não seguem os mesmos processos ou intenções, sendo criadas deliberadamente para enganar ou manipular (Lazer *et al.*, 2018). No contexto da saúde pública, a desinformação

pode ter consequências graves, prejudicando a eficácia das campanhas de prevenção e tratamento e exacerbando preconceitos existentes (Wasserman e Madrid-Morales, 2019).

Um exemplo claro da disseminação de desinformação foi a declaração de Bolsonaro associando a vacina contra a Covid-19 ao aumento do risco de contaminação pelo HIV, uma afirmação sem qualquer base científica que gerou grande repercussão negativa (Agência Aids, 2020). Essas ações e declarações não apenas minam a confiança nas autoridades de saúde, mas também reforçam estigmas e preconceitos, dificultando ainda mais o combate à epidemia de HIV/aids no Brasil.

A relevância deste estudo reside na necessidade urgente de compreender como discursos políticos podem influenciar a percepção pública e as políticas de saúde, especialmente em um contexto de crescente disseminação de desinformação. Aqui, vale um parêntese conceitual sobre o uso do termo “desinformação”, uma vez que não há um consenso na literatura acadêmica sobre o seu real alcance.

Em um artigo publicado na revista *American Scientist*, Southwell, Thorson e Sheble (2017) discutem a diferença entre *disinformation* e *misinformation*. O primeiro termo que pode ser traduzido diretamente para o português como desinformação, é definido como a disseminação deliberada de informações falsas com a intenção explícita de enganar ou causar danos. Este tipo de informação falsa é frequentemente utilizado por atores mal-intencionados, como governos ou organizações, para manipular a percepção pública, influenciar opiniões e comportamentos, e, em alguns casos, desestabilizar sociedades ou instituições.

Já o termo *misinformation*, que não encontra tradução direta para o português, mas que muitas vezes pode ser interpretado como desinformação, refere-se à informação que é falsa ou incorreta, mas que é espalhada sem a intenção de enganar. Isso pode ocorrer devido a mal-entendidos, interpretações errôneas ou falta de verificação dos fatos antes de compartilhar a informação. A *misinformation* pode ser difundida por pessoas comuns que acreditam estar compartilhando algo verdadeiro, sem a consciência de que estão contribuindo para a propagação de inverdades.

Ou seja, para Southwell, Thorson e Sheble (2017), a diferença fundamental entre os dois termos reside na intenção: enquanto “disinformation” é intencional e maliciosa, *misinformation* é geralmente não intencional e resulta de um erro ou negligência na verificação dos fatos. No entanto, os estudos que tratam sobre o tema parecem utilizá-los, muitas vezes, como sinônimos,

até porque as declarações são dotadas de subjetividade e não parece seguro garantir a verdadeira intencionalidade dos atores.

Entre as pesquisas que abordam o impacto dos discursos políticos sobre a percepção pública e as políticas de saúde, destaca-se o trabalho de Kiviniemi *et al.* (2022), que demonstrou como a afiliação partidária pode desempenhar um papel crucial na percepção de risco e nos comportamentos preventivos relacionados à Covid-19. O estudo revelou que indivíduos que se identificam fortemente com o Partido Republicano nos Estados Unidos tendem a perceber um menor risco de infecção pelo SARS-CoV-2 e são menos propensos a adotar medidas preventivas, como o uso de máscaras e o distanciamento social, em comparação com aqueles que se identificam com o Partido Democrata. Essa diferença de comportamento é exacerbada pela disseminação de “misinformation”, frequentemente amplificada por líderes políticos e meios de comunicação alinhados ideologicamente (Kiviniemi *et al.*, 2022).

Assim, a forma como as informações sobre saúde pública é comunicada pelos políticos e pelos meios de comunicação pode moldar significativamente a percepção do público. Por exemplo, as mensagens minimizadoras do presidente Trump sobre a Covid-19 influenciaram negativamente a disposição de seus apoiadores em seguir recomendações de saúde pública, aumentando assim os riscos de transmissão do vírus (Kiviniemi *et al.*, 2022).

Esse estudo ilustra como a politização de questões de saúde pública pode criar barreiras substanciais para a implementação de respostas coordenadas durante pandemias, evidenciando a necessidade de uma comunicação clara e baseada em evidências para combater a desinformação (Kiviniemi *et al.*, 2022).

Havey (2020) também examina a influência da politização sobre a percepção pública e os comportamentos preventivos durante a pandemia de Covid-19. A pesquisa aponta que a polarização política nos Estados Unidos afetou significativamente a adoção de comportamentos preventivos e a percepção dos riscos associados ao coronavírus. Seus achados indicam que os indivíduos alinhados ao Partido Republicano foram mais influenciados pelas mensagens de seus líderes políticos, que frequentemente minimizavam a gravidade da pandemia e criticavam medidas de prevenção, como o uso de máscaras e o distanciamento social (Havey, 2020).

Esses estudos convergem ao identificar que a afiliação partidária e a politização da pandemia desempenham papéis críticos na forma como o público percebe e responde aos riscos de saúde pública. Ambos destacam que a disseminação de *misinformation* por líderes políticos pode reduzir a eficácia das políticas de saúde pública, criando desafios significativos para o

controle de pandemias. Contudo, enquanto Kiviniemi *et al.* (2022) focam na correlação direta entre afiliação partidária e comportamentos preventivos, Havey (2020) explora como a *misinformation* e as mensagens políticas influenciam a percepção de risco de forma mais ampla.

Ecker *et al.* (2024) exploraram a persistência e os perigos da desinformação, ressaltando como essa prática constitui uma ameaça constante à integridade democrática. Segundo os autores, a *misinformation* pode aumentar a polarização e minar a confiança nos processos eleitorais. Entre as estratégias para combater a *misinformation*, estão a verificação de fatos (*debunking*) e a inoculação psicológica (*prebunking*), que visam educar os cidadãos sobre argumentações enganosas antes que a *misinformation* seja disseminada (Ecker *et al.*, 2024).

Esses achados são particularmente relevantes no contexto brasileiro, no qual o discurso político também tem influenciado a percepção pública e as políticas de saúde, especialmente durante a gestão do governo Bolsonaro. Declarações minimizadoras e equivocadas disseminadas por líderes políticos têm prejudicado a confiança na ciência e nas recomendações de saúde pública, refletindo um padrão similar ao observado nos Estados Unidos. Assim, compreender a influência dos discursos políticos na percepção pública é essencial para desenvolver estratégias eficazes de comunicação em saúde e fortalecer as políticas públicas baseadas em evidências (Kiviniemi *et al.*, 2022; Havey, 2020; Ecker *et al.*, 2024).

Um estudo realizado pela FGV ECMI revela ainda a complexa interação entre ativismo, desinformação e polarização política, refletindo tendências preocupantes na comunicação pública sobre saúde no Brasil. Os dados coletados entre junho e novembro de 2023 demonstram como as plataformas digitais têm sido palco tanto para a promoção de campanhas educativas quanto para a propagação de *fake news* e estigmas relacionados ao HIV (FGV ECMI, 2023).

A pesquisa destaca que as redes sociais, como Facebook, X (antigo Twitter) e Instagram, foram inundadas com mais de 10 mil postagens, gerando mais de 500 mil interações apenas no Facebook. Essas postagens variaram desde histórias de superação e campanhas humanitárias até narrativas polarizadas envolvendo políticas públicas e figuras políticas proeminentes, como os ex-presidentes Bolsonaro e Lula (FGV ECMI, 2023).

Particularmente alarmante é a continuidade da desinformação associando as vacinas contra a Covid-19 ao HIV, uma narrativa infundada inicialmente propagada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em 2021. Essa falsa correlação, que sugeria que as vacinas poderiam causar aids, continuou a circular amplamente em plataformas como Telegram e WhatsApp, destacando o

papel dessas redes na disseminação de teorias da conspiração e na manutenção de estigmas contra pessoas vivendo com HIV (FGV ECMI, 2023).

O uso de inteligência artificial também foi identificado como um mecanismo para propagar estigmas, com exemplos de cartazes de filmes fictícios que ironizam a condição dos portadores de HIV. A narrativa polarizada também se refletiu nos debates parlamentares e na cobertura midiática, com diferentes grupos políticos utilizando o tema para reforçar suas posições (FGV ECMI, 2023).

Além disso, o estudo aponta que celebridades desempenham um papel significativo na amplificação do debate, seja por meio de homenagens a figuras que morreram de aids, como Freddie Mercury e Cazuza, ou pela pressão para que artistas se posicionem publicamente sobre a causa. Esse movimento evidencia uma crescente expectativa por parte do público de que figuras públicas assumam um papel mais ativo na promoção de causas sociais (FGV ECMI, 2023).

A partir dessas contextualizações, o presente trabalho busca avaliar de forma crítica os impactos do discurso bolsonarista sobre as políticas de enfrentamento ao HIV/aids, utilizando uma abordagem multimétodos que inclui levantamento de notícias na grande imprensa, leitura de documentos oficiais, análise crítica do discurso político e revisão bibliográfica.

A hipótese estabelecida é que as declarações públicas de Bolsonaro e seus apoiadores podem revelar um padrão deliberado de uso de desinformação e manipulação para desviar a atenção de críticas e responsabilidades, prejudicando assim as políticas de saúde pública (Schemer e Reiners, 2023).

Ampliando esse entendimento, a aplicação das teorias de van Dijk (2001) e Charaudeau (2006), além de outros teóricos como Fairclough (2003) e Sponholz (2023), pode nos oferecer uma lente crítica para analisar a dinâmica do discurso bolsonarista e seu impacto nas políticas públicas, destacando a importância de estratégias baseadas em evidências e direitos humanos para enfrentar os desafios impostos por discursos discriminatórios e conservadores.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro, "Fundamentos do bolsonarismo e sua influência nas políticas públicas", explora as bases ideológicas desse movimento político, seu conservadorismo moral e religioso e os impactos dessas características sobre a formulação de políticas públicas. Nesse contexto, são analisados os mecanismos de desinformação empregados pelo governo e a mobilização do pânico moral como estratégia política.

No segundo capítulo, "As categorias discursivas do bolsonarismo sobre HIV/aids", investiga-se como as falas do ex-presidente e de seus apoiadores moldaram a percepção pública da epidemia. São identificadas estratégias retóricas que reforçam estigmas, promovem a desinformação e fragilizam políticas voltadas à prevenção e ao tratamento do vírus.

O terceiro capítulo, "Impactos do discurso bolsonarista na política nacional de HIV/aids", aprofunda essa análise ao contrastar as falas e posicionamentos do governo com os efeitos concretos sobre a política de enfrentamento à epidemia, destacando a retirada de conteúdos educativos, o enfraquecimento de campanhas preventivas e a redução de investimentos em insumos essenciais, como preservativos e testagem.

Por fim, o quarto capítulo, "Desafios e perspectivas para a reconstrução das políticas públicas de HIV/aids no Brasil", discute as consequências desse cenário e explora caminhos para reverter os retrocessos. São debatidas estratégias de enfrentamento à desinformação, iniciativas de resistência da sociedade civil e possibilidades para a retomada de um modelo de resposta ao HIV/aids baseado em evidências científicas e na defesa dos direitos humanos.

Por meio dessa investigação, busca-se evidenciar os danos causados por discursos políticos que desqualificam a ciência e reforçam preconceitos, além de destacar a importância de políticas públicas fundamentadas no compromisso com a saúde coletiva e a equidade social.

CAPÍTULO 1: FUNDAMENTOS DO BOLSONARISMO

O fenômeno do bolsonarismo, que emergiu como força política significativa no Brasil contemporâneo, possui raízes profundas na história política e social do país. Para desvendar essas origens, é importante traçar um paralelo entre o autoritarismo manifestado durante a ditadura militar (1964-1985) e a ascensão do movimento bolsonarista, especialmente a partir da eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

O estudo de Romano (2021) oferece uma retrospectiva histórica dos traços marcantes da cultura política que o bolsonarismo e seus adeptos encarnam, salientando a relação processual entre as sociedades política e civil no Brasil contemporâneo.

Se comparado ao lulismo, por exemplo, surgido em meados da década de 1970, o bolsonarismo é cronologicamente neófito. Entretanto, sua análise histórica exige a compreensão de sua matriz política, cujo berço se encontra exatamente na ditadura democrática de meio século atrás. Não resta dúvida: o bolsonarismo possui traços fundamentais da cultura política empreendida e difundida pelos militares em seu simulacro democrático de duas décadas (Romano, 2021, p.142).

Romano (2021) identifica no bolsonarismo aspectos fundamentais da cultura política promovida e disseminada pelos militares em seu regime autoritário, marcado pela aliança empresarial-militar e um ethos político que persistiu e se adaptou ao longo das décadas subsequentes à redemocratização. A corrente bolsonarista sintetiza, em termos específicos, a continuidade e a evolução histórica do projeto ético-político da aliança empresarial-militar de 1964.

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação do regime militar, constitui o ponto de partida dessa trajetória, demonstrando como o autoritarismo político se entrelaçou com interesses privados e como essa conjugação se perpetuou no pluripartidarismo, adaptando-se às novas condições políticas sem abandonar suas raízes autoritárias (Romano, 2021).

O bolsonarismo, portanto, não é apenas a expressão de um momento político transitório, mas sim o resultado de décadas de desenvolvimento de uma cultura política que favorece o autoritarismo, despolitiza a sociedade e valoriza o individualismo em detrimento do coletivo. A compreensão deste fenômeno exige uma reflexão profunda sobre as bases da democracia brasileira e sobre como o país pode superar os desafios impostos por essa herança autoritária, buscando uma verdadeira inclusão e participação política de todos os segmentos da sociedade (Romano, 2021).

A análise dos fundamentos subjacentes ao bolsonarismo também encontra respaldo nas discussões promovidas por teóricos como Brown, Gordon e Pensky (2018), que revisitam o autoritarismo em relação às crises socioeconômicas geradas pelo neoliberalismo. Esses debates levam a um entendimento da emergência do autoritarismo contemporâneo e suas conexões com as representações democráticas em crise.

Brown, Gordon e Pensky (2018) analisam a questão do autoritarismo contemporâneo destacando que a democracia liberal está em um momento de crise profunda, com características de um estado de sítio. Nesse cenário, a ascensão de políticas antidemocráticas é cada vez mais evidente em diversos países ao redor do mundo, inclusive nos Estados Unidos e em várias nações da Europa. A tendência é marcada pelo sucesso de movimentos sociais e líderes políticos em cultivar e reacender populismos reacionários, nativismo, racismo e xenofobia, que promovem a exclusão e marginalização de grupos específicos, manifestando-se com uma virulência antes inimaginável nas esferas políticas nacionais.

Os autores salientam ainda a dificuldade em classificar e explicar esses movimentos dentro dos paradigmas tradicionais de análise política, evidenciando que tais fenômenos não se enquadram facilmente nas categorias existentes, o que desafia suposições convencionais e históricas sobre o que constitui um desafio antidemocrático (Brown; Gordon; Pensky, 2018).

A incerteza se estende até mesmo ao vocabulário adequado para descrevê-los, refletindo a necessidade de novas abordagens analíticas: “Não está claro nem mesmo que terminologia devemos usar para analisar e compreender esses fenômenos. Autoritário? Fascista? Populista? “Neo” versões destes?” (Brown, Gordon e Pensky, 2018, p. 2, tradução nossa).

Há uma crescente preocupação sobre a capacidade dos estudiosos da política de compreender e abordar a crise da democracia, principalmente devido à aparente novidade desses movimentos e à sua falta de coerência ideológica. Para Brown, Gordon e Pensky (2018), esses movimentos apelam a um nacionalismo baseado em um Estado forte e isolacionista, opõem-se ao neoliberalismo e buscam restabelecer uma soberania nacional que sentem estar ameaçada pela globalização e interconectividade, mesmo ao custo de políticas econômicas protecionistas e oposição a mercados regulados e à provisão pública de serviços básicos, ressaltando a complexidade em proteger a sociedade das desigualdades extremas e das ameaças à existência humana e ambiental.

Alonso (2018) observa que a candidatura de Bolsonaro falou aos estratos sociais afligidos com a mudança de costumes e desejosos de restaurar a hierarquia de gênero, a

dominância do casamento heterossexual, a orientação religiosa da conduta, a educação baseada na autoridade. Essa retórica não é conservadora, é reacionária. Por isso tem efeito e faz sucesso. Ao contrário das utopias de esquerda, que prometem futuro incerto, pleiteia o retorno a um passado conhecido, com valores, costumes e hierarquias antimodernos.

Essa visão é corroborada por Quinalha (2018), que destaca que regimes políticos mais conservadores tendem a intensificar o controle sobre corpos e sexualidades. Para o autor, um indicador crucial da liberdade e inclusão de um regime é a forma como uma agenda de diversidade sexual e de gênero é integrada aos discursos oficiais e às políticas públicas.

Alonso (2018) argumenta ainda que a comunidade moral bolsonarista é baseada em crenças binárias que dividem o mundo em dicotomias como bem e mal, sagrado e profano, gente de família e indecentes, cidadãos de bem e bandidos, éticos e corruptos, nacionalistas e globalistas. Essas divisões simbólicas simplificam a realidade ao reduzir sua complexidade a estereótipos administráveis, o que ativa sentimentos coletivos intensos como afeto, medo e ódio. O manejo dessas divisões reforça o senso de pertencimento a uma comunidade homogênea e estigmatiza aqueles que são diferentes.

Ao analisar uma série de pronunciamentos de Jair Bolsonaro, Piovezani (2021) destaca a intersecção entre o populismo e o fascismo nos discursos do político. Segundo o autor, a linguagem de Bolsonaro possui características neofascistas, especialmente na forma como demoniza adversários e incita violência entre seus seguidores.

É importante salientar que o populismo e o fascismo, embora distintos, compartilham certas similitudes como a manipulação do discurso para criar uma conexão direta entre o líder e o povo, enquanto silenciam oposições e glorificam o estado nacional. Piovezani (2021) cita o historiador Federico Finchelstein para problematizar a distinção entre essas duas ideologias, argumentando que Bolsonaro revitaliza elementos fascistas através de seu populismo, como a violência anunciada como método de regeneração social e a segregação de grupos vulneráveis.

Ainda de acordo com Piovezani (2021), Bolsonaro utiliza uma linguagem que transforma adversários políticos em inimigos, um traço típico do discurso fascista que visa eliminar a oposição simbólica e literalmente. Essa estratégia discursiva é exemplificada em várias declarações públicas de Bolsonaro ao longo dos anos, em que o político frequentemente apela à violência e desumaniza seus opositores.

O cenário revela características do chamado populismo de direita, uma manifestação contemporânea dessas ideologias, que combina o nacionalismo excludente com uma retórica

anti-elitista. Para Adamson (2019), o populismo de direita, assim como o fascismo, representa reações à modernidade e à globalização, frequentemente utilizando uma linguagem que apela ao "povo" contra as elites estabelecidas.

Tal retórica, que promove a unidade nacional e a homogeneidade cultural, é um elemento central tanto no fascismo histórico quanto no populismo de direita contemporâneo. Segundo Adamson (2019), a ascensão dos partidos populistas de direita está, em parte, ligada à falha das elites em entender e abordar as preocupações legítimas da população, especialmente em relação à imigração e à perda de identidade cultural.

Nesse sentido, o populismo de direita se entrelaça com ideologias fascistas, pois ambas compartilham uma base comum de anti-elitismo e a tendência de culpar grupos marginalizados pelos problemas sociais. Adamson (2019) ressalta ainda que as críticas antirracistas ao populismo de direita muitas vezes deixam de considerar os fatores sociopolíticos que alimentam seu apelo, o que pode, inadvertidamente, fortalecer sentimentos populistas ao desconsiderar as preocupações legítimas dos eleitores.

Day (2019) aponta que o advento das novas mídias não enfraqueceu o potencial do fascismo; pelo contrário, ampliou a disseminação de ideologias populistas de direita globalmente, mostrando uma relação complexa entre mídia e movimentos políticos. Rao (2020) destaca que o populismo de direita prospera em meio a divisões sociais, frequentemente exacerbadas pela instabilidade econômica e liderança carismática, evocando ressentimentos históricos que remetem à retórica fascista.

Manucci (2019) argumenta que o contexto histórico do fascismo exerce uma influência significativa sobre a aceitabilidade do populismo de direita em diferentes países europeus, sugerindo que as memórias coletivas do passado fascista moldam as atuais paisagens políticas. Assim, embora o populismo de direita e o fascismo sejam distintos, eles estão intimamente conectados em suas bases ideológicas e impactos sociais.

Nesse sentido, observa-se que o uso da linguagem por Bolsonaro não apenas reflete, mas ativamente promove uma cultura de violência e intolerância, fomentando um ambiente político em que discursos de ódio e atos de violência tornam-se mais aceitáveis e frequentes. Este fenômeno não apenas arranha a democracia, mas também coloca em risco as liberdades individuais e coletivas.

Quinalha (2018) aponta que, embora Bolsonaro tenha ensaiado um discurso de tolerância ao afirmar que “os homossexuais serão felizes se eu for presidente”, sua retórica de

extremismo habitual continuou a fomentar a violência e discriminação contra a comunidade LGBTQIAPN+ ao longo do governo.

Mendes (2018) observa que frases pronunciadas por autoridades públicas nunca são “da boca para fora”. Nenhuma declaração pesa tanto quanto aquelas pronunciadas por chefes do Poder Executivo ou candidatos, pois a demonstração de compromisso com o respeito à lei influencia o comportamento de seus subordinados e de toda a sociedade. Portanto, os sinais emitidos por um presidente, governador ou prefeito não são inofensivos

É importante destacar que os pilares do bolsonarismo transcendem as fronteiras políticas e sociais, desempenhando um papel de destaque também na abordagem das questões relacionadas à saúde pública. É dentro dessa perspectiva que emerge uma intersecção preocupante: a interação entre conservadorismo e as políticas de enfrentamento ao HIV/aids durante o mandato presidencial de Jair Bolsonaro.

O cenário hostil para o enfrentamento ao HIV/aids no Brasil já começava a se desenhar a partir de 2014, quando várias agendas progressistas começaram a enfrentar obstáculos a partir do aumento da representação de parlamentares evangélicos conservadores no âmbito do Poder Legislativo.

Segundo Quinalha (2018), os retrocessos nas políticas públicas de saúde, especialmente na prevenção e tratamento do HIV/aids, começaram a ser sentidos antes mesmo da posse de Bolsonaro. A política brasileira, antes reconhecida e elogiada internacionalmente, passou a enfrentar desafios significativos sob a nova gestão.

Com a ascensão de Bolsonaro à presidência, essa influência adquiriu uma dimensão considerável, gerando preocupações entre os especialistas em saúde pública, e o consequente temor pela possível reversão dos avanços conquistados com dificuldade na luta contra o HIV/aids (Fedatto, 2023).

Vale observar ainda que o impacto na saúde pública não se limita ao mandato do ex-presidente, mas pode persistir por anos ou até décadas, devido à desestruturação do sistema de saúde. Essa desestruturação não apenas compromete a eficácia imediata das políticas de saúde, mas também enfraquece a capacidade do sistema de responder a futuras crises sanitárias.

A continuidade dos danos é um fator essencial a ser considerado, pois as consequências das decisões políticas atuais podem afetar gerações futuras. Assim, essa perspectiva deve ser um operador de análise central, podendo ser retomada e aprofundada para avaliar as implicações a longo prazo das políticas de saúde implementadas durante esse período.

1.1 O BOLSONARISMO E O PÂNICO NAS POLÍTICAS DE HIV/AIDS

A eleição de Bolsonaro (2019-2022) e a subsequente inclinação à extrema direita provocaram uma série de mudanças no panorama político, econômico e social do país, incluindo o âmbito da saúde (Fedatto, 2023). Tal cenário suscitou questionamentos sobre a continuidade e eficácia das estratégias de combate ao HIV/aids diante de um presidente cujo discurso se alinhava à tríade ultraconservadora: “Deus, Pátria e Família” (Martinez, 2022).

Ao adotar uma narrativa de cunho conservador e populista (Mendonça e Caetano, 2020), Bolsonaro apresentava, desde a sua campanha, soluções simplistas para enfrentar o cenário de instabilidade política e econômica no país. Tornou-se um fenômeno midiático, com presença frequente em programas populares de televisão, e encarnou, semelhante a Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, uma espécie de caricatura de si, um personagem extravagante e hilário (Hall, Goldstein e Ingram, 2016), mas também ameaçador.

Diante das câmeras, o ex-presidente não se intimidava de proferir insultos e apontar o dedo para um inimigo interno: “o vagabundo”. O termo, empregado para descrever alguém que não se esforça no trabalho, pode significar ainda trapaça e atividades criminosas. Na lógica do discurso bolsonarista, o rótulo também se estende a ativistas, feministas, membros da comunidade LGBTQIAPN+ e outros grupos (Pinheiro-Machado e Scalco, 2020). Já estava implícito na declaração de 2010 sobre “o cara” que não se cuidou e contraiu o HIV.

Quinalha (2018) observa que a campanha de Bolsonaro mobilizou valores associados à defesa da família tradicional e à heterossexualidade compulsória, refletindo um pânico moral que há muito tempo tem como alvo a comunidade LGBTQIAPN+. O autor documenta que Bolsonaro, mesmo antes de sua eleição, proferiu mais de uma centena de declarações homofóbicas, direcionando seus ataques verbais preferencialmente aos homossexuais. Essa retórica não apenas perpetua, mas também intensifica a violência e a discriminação contra a comunidade LGBTQIAPN+, exacerbando um ambiente de hostilidade e exclusão.

Mendes (2018) destaca que uma das formas de um líder autoritário driblar instituições e desestabilizar políticas públicas sem necessidade de leis formais é instilar “pânico e circo” nos seus seguidores. O pânico coletivo surge quando sentimos nossa segurança física, patrimonial, de orientação sexual ou status social ameaçados. Esse pânico pode ser espontâneo ou fabricado. O circo, por sua vez, é um espaço de alheamento onde seguidores são levados por descrições falsas ou adulteradas dos fatos.

Ainda segundo Mendes (2018), existe uma espécie de "cartilha do pânico e do circo", uma estratégia utilizada por líderes autoritários para manipular a opinião pública. Essa cartilha identifica ou forja problemas que angustiam a sociedade e apresenta diagnósticos distorcidos desses problemas para incitar medo e raiva contra inimigos fabricados. Tal abordagem esconde soluções eficazes, mas mais demoradas, para os verdadeiros problemas do país, criando uma democracia superficial com déficit de atenção, em que a população está distraída no combate aos falsos inimigos.

A eleição de Bolsonaro trouxe uma série de transformações no cenário político e social do país, suscitando preocupações quanto à manutenção e eficácia das políticas de enfrentamento ao HIV/aids no Brasil. O cenário de instabilidade ainda seria agravado, um ano após a eleição de Bolsonaro, com o advento da pandemia de covid-19.

Segundo Quinalha (2018), os retrocessos nas políticas públicas de saúde, especialmente na prevenção e tratamento do HIV/aids, começaram a ser sentidos antes mesmo da posse de Bolsonaro. A política brasileira, antes reconhecida e elogiada internacionalmente, passou a enfrentar desafios significativos sob a nova gestão.

Na contramão dos avanços conquistados anteriormente, sobretudo graças aos investimentos públicos na área, Bolsonaro declarou, em 05 de fevereiro de 2020, que uma pessoa com HIV “é uma despesa para todos no Brasil” (Bolsonaro apud Coletta, 2020). A afirmação é semelhante àquela que o político disse em 2010, em entrevista ao programa Custe o Que Custar (CQC), da TV Band (Agência Aids, 2018), e aconteceu quando o ex-presidente defendia a campanha de prevenção à gravidez com base na abstinência sexual, idealizada pela então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damarens Alves (Coletta, 2020).

Em resposta, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e entidades civis promoveram a campanha #EuNãoSouDespesa, com o objetivo de denunciar a fala de Bolsonaro. A hashtag foi impulsionada no Twitter por pessoas que vivem com HIV para repudiar o reforço aos estigmas e preconceitos. Para Silvia Aloia, integrante do Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas, “as declarações demonstram, mais uma vez, o quão o presidente está desalinhado à construção da política de HIV/aids calçada na garantia dos direitos humanos e na diminuição do estigma e do preconceito” (Aloia apud Agência Aids, 2020).

Para Cárdenas (2022), esse foi o primeiro momento para a recriação de pânicos morais em torno do vírus e das pessoas que convivem com HIV. O segundo episódio também está

ligado às palavras do líder máximo do país, quando divulgou a informação falsa de que receber a vacina contra a covid-19 aumentaria o risco de alguém se contaminar com o vírus da aids.

Os pânicos morais são fenômenos sociais caracterizados por uma preocupação pública exagerada em relação a ameaças percebidas à moralidade social, geralmente associadas a grupos específicos que são rotulados como "demônios populares" (Ben-Yehuda, 2019). O conceito foi desenvolvido na década de 1970, principalmente por meio dos trabalhos de Jock Young e Stanley Cohen, que enfatizaram o papel da mídia na amplificação dos medos e na formação da percepção pública (Cauthen e James, 1994).

Esses pânicos costumam resultar em uma resposta desproporcional a problemas menores, levando a um consenso social sobre a gravidade da ameaça, mesmo que haja pouca ou nenhuma evidência objetiva que sustente tal preocupação. Os pânicos morais podem surgir de fontes inesperadas, como grupos progressistas, o que evidencia a complexidade dessas reações sociais (Zajdow, 2008).

1.2 O REFORÇO AO ESTIGMA E À DISCRIMINAÇÃO

É importante ressaltar que as afirmações proferidas pelo então presidente Bolsonaro, ocupante do maior cargo político do país, podem desempenhar um papel significativo na perpetuação do estigma associado ao HIV/aids, assim como na disseminação de comportamentos discriminatórios ainda não superados pela sociedade brasileira.

Um estudo realizado em sete capitais brasileiras mostra que a maioria das pessoas soropositivas já passou por alguma situação de discriminação ao longo da vida. Os dados fazem parte do Índice de Estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/aids – Brasil, que entrevistou 1.784 pessoas no ano de 2019 (UNAIDS, 2019).

De acordo com o levantamento, 64,1% dos entrevistados relataram algum tipo de estigma ou ato discriminatório pelo fato de viverem com o vírus ou com a doença. Comentários de discriminação ou especulativos afetaram 46,3% delas, enquanto 41% afirmam ter sido alvo de comentários preconceituosos feitos pela própria família. Outras manifestações de discriminação incluem assédio verbal (25,3%) e perda de fontes de sustento ou emprego (19,6%). Cerca de 6% das pessoas entrevistadas também relataram episódios de agressão física (Unaid, 2019).

Outro estudo conduzido por Cunha *et al.* (2022) trouxe à luz a apreensão dos jovens que vivem com HIV e aids no Brasil. Segundo a pesquisa, houve forte apreensão, especialmente em relação à potencial falta de medicamentos antirretrovirais e às dificuldades que poderiam surgir no acesso a esses tratamentos em virtude das medidas de confinamento adotadas. Ao discutir o impacto da pandemia para além da saúde física desses jovens, o estudo enfatiza as complexas interações entre a pandemia de covid-19 e a importância de uma gestão contínua para uma ameaçada política de HIV/aids.

Enquanto produzia pânico e insegurança em seu discurso, o governo Bolsonaro adotou uma sequência de ações que suscitaram dúvidas acerca da eficiência das estratégias de prevenção e tratamento do Hiv/aids ao longo de seu mandato, mas também acendeu o alerta sobre os impactos que tais medidas poderiam trazer à Política Nacional de DST/aids nos anos.

As perspectivas teóricas sobre discurso de ódio, conforme elaboradas por Sponholz (2023), oferecem uma lente crítica essencial para entender a dinâmica do discurso bolsonarista e seu impacto nas políticas públicas de saúde. Sponholz argumenta que o discurso de ódio não apenas marginaliza grupos vulneráveis, mas também pode moldar significativamente as políticas governamentais que afetam esses grupos.

No contexto brasileiro, o discurso bolsonarista frequentemente caracterizado por uma retórica estigmatizante contra minorias, incluindo pessoas vivendo com HIV/aids, exemplifica como tais narrativas podem ser instrumentalizadas para alterar ou dismantelar políticas de saúde progressistas. Esta análise revela que, sob a influência de discursos discriminatórios, políticas anteriormente robustas de prevenção e tratamento do HIV/aids podem ser enfraquecidas, resultando em retrocessos nos direitos e na saúde de populações estigmatizadas.

Assim, a aplicação das teorias de Sponholz ao discurso bolsonarista ilumina a interseção entre linguagem, poder e política, sublinhando a urgência de abordagens interdisciplinares e baseadas em direitos para confrontar tais desafios nas políticas públicas de saúde.

1.3 DEUS ACIMA DE TUDO?

O período de 2000 a 2010 marcou uma transformação significativa nas afiliações religiosas no Brasil. Nesse intervalo, a proporção de católicos na população caiu de 73,80% para 64,60%, enquanto os evangélicos cresceram de 15,60% para 22,20% (IBGE, 2012). Uma pesquisa realizada pelo Datafolha, em 2019, revelou que metade da população brasileira se

identificava como católica, enquanto 31% como evangélica. Projeções indicam que até 2032 os evangélicos possam superar os católicos em número, tornando-se o grupo religioso predominante no país (Balloussier, 2020).

O fenômeno do crescimento do pentecostalismo é notável por estar fortemente concentrado nas periferias das regiões metropolitanas do Brasil, áreas frequentemente caracterizadas por populações de baixa renda. Nessas localidades, mais de 70% dos habitantes afirmam serem evangélicos (Jacob *et al.*, 2004).

A ascensão numérica dos evangélicos também tem impactado o cenário político brasileiro, consolidando-se como uma das principais forças no Poder Legislativo. Na Câmara dos Deputados, em 2019, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e a Frente Parlamentar de Segurança Pública (FPSP) somavam 66% dos representantes. Além disso, a quantidade de deputados envolvidos em ambas as frentes tem experimentado um crescimento substancial nos últimos ciclos legislativos. Enquanto em 2011 somente 5% dos deputados eram membros de ambas as frentes, esse número aumentou para 23% em 2015 e 26% em 2019 (Hinz, Vinuto e Coutinho, 2020).

Durante as eleições de 2018, que culminaram na eleição de Jair Bolsonaro como presidente, o ativismo evangélico conservador desempenhou um papel importante no cenário político, especialmente no ambiente digital. Igrejas e líderes religiosos engajaram-se abertamente na disputa eleitoral, mobilizando suas redes de seguidores, especialmente em torno de questões morais e de costumes. De forma intrigante, no ambiente plural das redes digitais, além de possibilitar a expressão e visibilidade de minorias, houve também uma reação a avanços progressistas, o que teve um impacto direto na vitória de Jair Bolsonaro (Aguilar, 2020).

Nesse sentido, as eleições de 2018 representam uma evidência de que as fronteiras entre política, democracia e secularidade estavam cada vez mais tênues. Segundo Berger (2001), a entrada do elemento religioso na esfera política, por meio das redes digitais, representa o fortalecimento dos chamados “movimentos de contrassecularização”. Para o autor, esses movimentos representam uma resposta à perda de plausibilidade das estruturas religiosas tradicionais em uma sociedade cada vez mais secularizada. Berger argumenta que, à medida que a religião perde seu monopólio cultural e enfrenta a competição com outras visões de mundo, surgem esforços para reestabelecer a centralidade da religião na vida pública e privada.

Esses movimentos de contrassecularização buscam reafirmar o poder da religião, muitas vezes reativando práticas e crenças que haviam sido marginalizadas, e reconfigurando a religião

para responder às demandas da modernidade. Tais esforços podem se manifestar tanto em grandes movimentos sociais quanto em iniciativas locais, sempre com o objetivo de reverter o declínio da influência religiosa nas sociedades contemporâneas (Berger, 2001).

Para Gomes (2010), o cenário contemporâneo é caracterizado por uma intensa convergência entre religião e mídia, com uma notável midiaticização da religião, processo que se intensificou com a chegada das redes digitais.

Uma pesquisa conduzida por Barba e Massuchin (2024), sobre os atravessamentos religiosos nas campanhas eleitorais brasileiras de 2020, revela como a religião, especialmente no contexto evangélico, continua a desempenhar um papel central nas disputas eleitorais no Brasil. O estudo analisou as campanhas de candidatos que utilizaram o título de "pastor" em seus nomes de urna, comparando-as com aquelas de candidatos que não possuem essa identificação religiosa.

Os resultados apontam que os candidatos pastores tendem a enfatizar temas religiosos e morais em suas campanhas de maneira significativamente mais frequente do que os candidatos não pastores. Aproximadamente 16% das publicações dos pastores focaram em discursos religiosos ou ético-morais, enquanto apenas 1% das publicações dos candidatos sem nomenclatura religiosa abordaram esses temas (Barba e Massuchin, 2024).

Além disso, o estudo destaca o uso intensivo de elementos religiosos, como saudações religiosas, menções à Bíblia e gesticulações religiosas, presentes em 32,5% das publicações dos pastores, em contraste com apenas 8,9% nas publicações dos não pastores. Esse uso dos elementos religiosos sugere que, para esses candidatos, a religião não apenas molda a identidade política, mas também é utilizada como uma ferramenta estratégica para mobilizar eleitores, especialmente em um contexto onde a religiosidade é um valor socialmente valorizado (Barba e Massuchin, 2024).

Outro ponto relevante é a análise da filiação partidária dos pastores candidatos, que mostrou que a intensidade do discurso religioso utilizado por esses candidatos não variou significativamente em função do partido ao qual eram filiados. Isso indica que, mesmo quando vinculados a partidos não confessionais, os pastores continuam utilizando temas religiosos como uma base central de suas campanhas, reforçando a ideia de que a religião permanece um elemento transversal na política brasileira (Barba e Massuchin, 2024).

Filiado ao Partido Social Liberal (PSL), Bolsonaro tinha somente 8 segundos de tempo de televisão na campanha à presidência de 2018, mas desfrutava de uma presença marcante em

suas redes sociais: Facebook, Instagram e Twitter (Aguiar, 2020). De acordo com o Relatório de Uso de Redes Sociais, do Instituto Datafolha, 70% dos eleitores de Bolsonaro estavam conectados ao WhatsApp e 31% compartilharam informações sobre política e eleições (Instituto Datafolha, 2018).

Um aspecto importante desse engajamento foi a disseminação de material, muitas vezes anônimo e classificado como *fake news*, com o objetivo de desacreditar a imagem do opositor principal de Bolsonaro, o candidato Fernando Haddad (PT). Dentre esses materiais, destaque para aqueles ligados ao "kit gay", um suposto material educacional sobre sexualidade distribuído pelos governos do PT, e a mamadeira com bico em formato de genitália masculina, supostamente distribuída em creches de São Paulo durante o mandato do ex-prefeito Fernando Haddad (Aguiar, 2020).

A participação ativa, especialmente dos evangélicos, pavimentou uma expansão contínua das comunidades religiosas na arena política (Cunha, 2017). Para Prandi, Santos e Bonato (2019), as igrejas evangélicas passaram a funcionar como verdadeiras máquinas eleitorais. Como exemplo dessas engrenagens, os autores destacam a contribuição de obreiros e voluntários que operavam de forma similar aos mobilizadores eleitorais nos bairros próximos às igrejas, em busca de apoio à candidatura.

Em uma das principais congregações neopentecostais do Brasil, cujo líder endossou abertamente apoio a Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, o discurso era de “que as igrejas estavam proibidas de apresentar candidatos e apoiar partidos, mas que os fiéis sabiam em quem votar” (Prandi, Santos e Bonato, 2019, p. 53).

Embora Bolsonaro se identificasse como católico, seu casamento com uma evangélica e sua defesa pública das pautas morais tradicionais o aproximaram fortemente do eleitorado evangélico. Nas eleições de 2018, Bolsonaro conquistou 70% dos votos válidos entre os eleitores declarados evangélicos (Aguiar, 2020).

Apesar da crescente influência dos grupos neopentecostais na esfera política brasileira, uma pesquisa do Datafolha revela um possível desgaste desse modelo, com uma resistência significativa à interferência direta dos pastores na orientação do voto (CartaCapital, 2024).

Segundo o levantamento, 56% dos evangélicos paulistanos acreditam que os líderes religiosos não deveriam apoiar candidatos durante o período eleitoral, e 70% desaprovam qualquer indicação de voto feita pelo pastor durante os cultos (CartaCapital, 2024). Esses dados indicam uma complexidade na relação entre a fé e a política, demonstrando que, embora muitos

evangélicos compartilhem valores conservadores, eles ainda valorizam a autonomia individual nas escolhas eleitorais.

Em suma, a influência do ativismo religioso, especialmente entre os evangélicos, desempenhou um papel importante nas eleições de 2018 no Brasil. As redes digitais proporcionaram um espaço para a amplificação das pautas morais e de costumes defendidas por Bolsonaro e seus apoiadores. Isso resultou em um engajamento significativo do eleitorado evangélico, que contribuiu decisivamente para a vitória de Bolsonaro, destacando o impacto das dinâmicas religiosas no cenário político contemporâneo.

Durante o governo Bolsonaro, entre os evangélicos que ocuparam cargos no primeiro escalão, destaque para a presença da pastora Damares Alves, que assumiu o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (chamado de Ministério dos Direitos Humanos em governos anteriores). Esse cenário culminaria na compreensão de que a aliança entre a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) na Câmara dos Deputados e o governo federal de Bolsonaro, liderado nesse contexto por Damares Alves, ocasionaria um retrocesso nos direitos das mulheres e da comunidade LGBTIQAPN+ (Hinz, Vinuto e Coutinho, 2020).

Como exemplo imediato desse retrocesso, as autoras destacam o relançamento, em 2019, da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, que contou com a presença e apoio expresso de Damares Alves. “Com isso, nunca houve tantos projetos contra a legalização do aborto apresentados como em 2019, primeiro ano do governo, mesmo nos casos em que já é legal” (Hinz, Vinuto e Coutinho, 2020, p. 204, tradução nossa).

Esse avanço da agenda conservadora no governo Bolsonaro não se limitou ao âmbito legislativo, mas também se manifestou em outras esferas, como na orientação de recursos públicos para fomentar pesquisas alinhadas a essa visão. Um exemplo claro é o Edital nº 02/2021, intitulado "Família e Políticas Públicas no Brasil", publicado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 07 de janeiro de 2021. O respectivo edital tinha como objetivo apoiar projetos de pesquisa voltados à investigação científica sobre a família e as políticas públicas, conforme uma parceria entre a CAPES e a Secretaria Nacional da Família, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (CAPES, 2021).

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) manifestou-se contrária ao edital, criticando-o por promover uma visão conservadora que, segundo a associação, ignora a diversidade das configurações familiares no Brasil. Além disso, a ABEPSS

destacou que o edital poderia comprometer a autonomia acadêmica ao direcionar recursos para pesquisas alinhadas ideologicamente com o governo, em vez de fomentar uma produção de conhecimento plural e inclusiva (ABEPSS, 2021).

Essas críticas são particularmente relevantes para a discussão sobre a influência do conservadorismo religioso na formulação de políticas públicas durante o governo Bolsonaro, tema abordado em sua dissertação. A posição da ABEPSS reforça a importância de uma abordagem crítica e diversificada na pesquisa e no desenvolvimento de políticas públicas.

A presença dos grupos neopentecostais na esfera política tem conduzido a uma batalha no âmbito ideológico e cultural, ampliando a lista de adversários a serem combatidos: pessoas LGBTIQAPN+, mulheres que defendem o direito de escolha sobre o aborto, feministas e, conforme evidenciado em contextos internacionais, qualquer indivíduo cujo modo de vida ou opções morais se afastem de um modelo tradicional e heteronormativo de família (Berg, 2019).

Para além da participação e interferência dos evangélicos no cenário político, Mayrink e Meimaridis (2024) oferecem também uma análise detalhada da presença do conservadorismo católico na política brasileira contemporânea. Ao examinar o discurso de Bernardo Küster, um influenciador digital católico conservador e sua produção de conteúdo no YouTube, as autoras ressaltam a conexão entre o catolicismo tradicional e o bolsonarismo.

Ou seja, embora a narrativa bolsonarista frequentemente seja associada aos evangélicos, sua base ideológica também possui raízes profundas no catolicismo conservador brasileiro, especialmente nas suas vertentes anticomunistas. Desde os anos 1930, o catolicismo conservador no Brasil, influenciado recentemente por figuras como Olavo de Carvalho, tem mantido uma retórica antimarxista que se atualizou e ganhou força através das plataformas digitais modernas, como o YouTube. Esse movimento conservador católico tem contribuído para a formação de novas gerações de influenciadores, que continuam a disseminar uma ideologia fortemente alinhada com a extrema direita.

Ao abordar o papel do catolicismo na política, o estudo aponta que, embora os evangélicos sejam frequentemente vistos como os principais apoiadores do bolsonarismo, os católicos conservadores, como Bernardo Küster, desempenham um papel igualmente importante. A pesquisa destaca como ambos os grupos utilizam plataformas digitais para promover suas agendas conservadoras, reforçando a importância de analisar a influência religiosa no cenário político brasileiro.

Portanto, a contribuição dos católicos conservadores para o cenário político atual, especialmente no contexto do bolsonarismo, é significativa e merece atenção ao discutir a interseção entre religião e política no Brasil. Esse cenário, regado à moralidade e conservadorismo, também influenciará outras pautas, especialmente no âmbito da saúde, incluindo a educação sexual entre os jovens e, por consequência, as estratégias de prevenção ao HIV/aids.

1.3.1 A ascensão de Damares Alves

Mãe, educadora, advogada e pastora evangélica. É assim que Damares Alves se apresenta frequentemente em cultos, palestras ou em qualquer outra oportunidade que tem de usar a palavra. Ao longo de duas décadas, esteve fortemente ligada ao Congresso Nacional brasileiro. Primeiro, como assessora legislativa de deputados e senadores, principalmente de membros da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), reconhecidos por suas posições antigênero (Martinez, 2022).

Em 2012, fundou a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE), entidade que presta assessoria parlamentar com base em princípios cristãos fundamentais. Damares ocupou ainda o cargo de secretária-geral do Movimento Antiaborto no Brasil, que desempenhou um papel central na disseminação de discursos contrários ao gênero, diversidade sexual e em prol da educação familiar e religiosa das crianças (Machado, 2020).

Em 2013, durante um culto na Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte (MG), Damares criticou o governo do PT por promover “sexo e drogas nas escolas brasileiras”. O vídeo viral com as suas imagens ganhou projeção nacional e conferiu à pastora o status de “celebridade”. Essa visibilidade também permitiu-lhe mobilizar mulheres cristãs preocupadas em “proteger” a família e os filhos (Machado, 2020).

Embora o apoio feminino a Bolsonaro nas eleições de 2018 não possa ser interpretado somente como um reflexo do grupo cristão feminino mobilizado por Damares Alves, é inquestionável que ela desempenhou um papel significativo ao difundir perspectivas de gênero que fundamentaram a abordagem política do bolsonarismo e seu discurso populista durante a campanha. Por muitos anos, sua contribuição para a construção de um ambiente de “pânico moral” em relação a questões de gênero, que atingiu seu ápice em 2018, colocou Damares como uma peça-chave na formulação e apresentação do projeto bolsonarista, especialmente nos estágios finais da corrida eleitoral (Martinez, 2022).

Dentro da estrutura do governo de Jair Bolsonaro, Damares foi nomeada para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), pasta criada a partir das antigas Secretarias Especiais da Presidência da República: a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ).

De 2019 a 2022, foi reconhecida como uma das ministras mais influentes dentro do Poder Executivo brasileiro sob a liderança do presidente Bolsonaro (Machado, 2020). A notoriedade de Damares Alves foi resultado de sua estreita conexão com instituições de destaque, tais como a educação, a religião e os meios de comunicação, bem como de sua atuação como uma figura conservadora em um período no qual questões de gênero e sexualidade assumiram um papel central nos debates políticos (Martinez, 2022).

1.4 O GOVERNO DA DESINFORMAÇÃO

Nos últimos anos, o cenário político tem sido marcado por uma crescente disseminação de informações falsas, popularmente conhecidas como *fake news*. O fenômeno já foi descrito em diversos estudos que analisaram o ambiente político, especialmente nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 2016 (Rose, 2017) e no Brasil, em 2018 (Viscardi, 2020).

Segundo Wasserman e Madrid-Morales (2019), as notícias falsas já atingiram praticamente todos os aspectos de nossa vida, inclusive no âmbito da saúde, onde a desinformação vem ameaçando o controle de doenças em vários países (Aquino *et al.*, 2017; Dubé; Vivion; Macdonald, 2015).

É relevante ressaltar que o conceito de *fake news* é amplo, com vários pesquisadores, de diversos campos, em particular da comunicação, trabalhando para defini-lo (Egelhofer; Lecheler, 2019; Tandoc Jr; Lim; Ling, 2018). Segundo Lazer *et al.* (2018), *fake news* são informações que imitam o formato da mídia de notícias, mas não seguem os mesmos processos ou intenções.

Para Molina *et al.* (2019), as *fake news* englobam falácias diversas, como conteúdo polarizado, relatórios incorretos e comentários persuasivos. Outros autores diferenciam informação incorreta (misinformation) de desinformação (Southwell; Thorson e Sheble, 2017).

Já Schudson e Zelizer (2017) criticam o uso indiscriminado do termo *fake news* em virtude da ausência de rigor na definição do termo, tanto em relação ao seu conteúdo quanto

sobre a motivação e a forma como a disseminação desse conteúdo acontece. Diversos pesquisadores como Wardle (2017), Zuckerman (2017), Jack (2017), além de Sullivan (2017), jornalista do Washington Post, consideram o termo *fake news* inadequado para descrever fenômenos tão complexos.

Para Zuckerman (2017), *fake news* é um termo vago e ambíguo que abrange de tudo, desde notícias reais que não merecem nossa atenção, ao discurso projetado para apoiar um partido em detrimento de outro e à informação destinada a semear dúvidas e aumentar a desconfiança nas instituições (tradução nossa). Esse entendimento é corroborado em um estudo de Tandoc Jr., Lim e Ling (2017), que examinou 34 artigos acadêmicos com o uso do termo “*fake news*” entre os anos de 2003 e 2017. Os autores observaram que o termo tem sido usado para abarcar uma diversidade de situações distintas. Isso inclui, por exemplo, sátiras e paródias de notícias, conteúdo com foco na manipulação, estratégias publicitárias e propaganda.

Aprofundando a discussão, Derakhshan e Wardle (2017) apresentam três tipos de “desordem” da informação: a dis-information (desinformação), que são informações falsas e criadas deliberadamente para prejudicar uma pessoa, grupo social, organização ou país; a mis-information (sem tradução para o português na literatura), que são informações falsas, mas criadas sem a intenção de causar danos; e, por fim, a mal-information, que são informações baseadas na realidade, usadas para infligir danos a uma pessoa, organização ou país.

Assim, neste estudo, as declarações de Jair Bolsonaro a respeito do tema HIV/aids poderão transitar nas três dimensões de “desordem” da informação, uma vez que a intencionalidade da fala pode ser compreendida como uma interpretação dotada de subjetividade.

No entanto, os impactos que do seu discurso sobre a estigmatização, alocação de recursos e outras ações em relação às estratégias de prevenção e tratamento do HIV/aids podem servir como um balizador da intencionalidade do discurso bolsonarista. Além disso, é relevante considerar sua afinidade com princípios conservadores, populistas e autoritários, traços frequentes em governos de orientação extrema-direita.

Em um capítulo mais recente da história global, a disseminação de conteúdo falso durante a pandemia de covid-19 chamou ainda mais atenção sobre a problemática (Hou *et al.*, 2020; Recuero; Soares e Zago, 2021). A propagação de *fake news* nas redes sociais contribuiu para instigar o pânico na população sobre uma doença inicialmente desconhecida, levando os

governos e as autoridades a instar os cidadãos a verificar a veracidade das notícias antes de compartilhá-las (Hou *et al.*, 2020; Huynh, 2020).

E é nesse cenário de incertezas e pânico coletivo que o discurso bolsonarista protagonizará momentos intrigantes sobre a propagação de informações falsas, alimentando uma associação perigosa entre a pandemia da covid-19 a epidemia de HIV/aids. Esse alinhamento problemático das narrativas tende a amplificar as preocupações da sociedade, interferindo potencialmente em medidas eficazes de enfrentamento da pandemia e destacando a influência das declarações públicas no direcionamento das atitudes e percepções da população.

No começo de 2020, logo após a suspensão das atividades comerciais e públicas não essenciais no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro delineou sua abordagem política para lidar com a pandemia de covid-19. Ele minimizou o impacto da doença, responsabilizou a mídia por disseminar temor, questionou as medidas de distanciamento e isolamento social nas redes sociais e enfatizou a prioridade na preservação de empregos (Esteves, 2020).

Bolsonaro também mencionou que o governo recebeu informações positivas sobre a eficácia da cloroquina no tratamento da covid-19, expressando sua crença de que a intervenção “divina” guiaria cientistas e pesquisadores em todo o mundo para encontrar uma cura para a doença (Fonseca; Ribeiro e Nascimento, 2020).

1.4.1. O cercadinho de Bolsonaro

Durante o seu governo, Bolsonaro abriu mão de conceder entrevistas oficiais para a imprensa tradicional, amplamente atacada por ele e seus apoiadores, e concentrou seus esforços de comunicação no chamado “cercadinho” (Figura 3), espaço com grades no gramado do Palácio da Alvorada, para conversar com seus apoiadores durante os quatro anos de mandato. O objetivo principal era evitar que o ex-presidente fosse confrontado com perguntas desconfortáveis da imprensa, priorizando o contato com seus apoiadores, e, naturalmente, reforçar a própria narrativa de Bolsonaro (Andrade, 2020).

Figura 3 - O “cercadinho” de Bolsonaro, instalado na entrada do Palácio da Alvorada, concentrava, majoritariamente, apoiadores do seu governo



Fonte: Agência Brasil, 2020.

Um estudo de Pinheiro (2021) sobre a influência de interesses privados na comunicação pública do governo de Jair Bolsonaro, marcada por viés moralista e religioso, aponta que houve uma forte prevalência desses interesses e da comunicação pessoal do presidente sobre a normatividade da comunicação pública. Para a autora, essa interferência obstruiu elementos fundamentais das relações sociais, enfraquecendo a democracia.

A análise, que inclui postagens do presidente no Instagram e outros materiais de comunicação governamental, conclui que esses vieses distorcem a comunicação pública, afastando-a do seu propósito de servir ao interesse público e aos princípios republicanos. Ao priorizar interesses religiosos específicos, a comunicação pública compromete o diálogo inclusivo e pluralista, fundamental para uma democracia robusta.

Esses achados são especialmente pertinentes à discussão sobre a influência religiosa na política brasileira, pois evidenciam como a aliança entre o governo e grupos religiosos conservadores reconfigura a comunicação governamental, enfraquecendo a democracia ao favorecer interesses particulares.

CAPÍTULO 2: A CATEGORIZAÇÃO DO DISCURSO BOLSONARISTA

Esta pesquisa empregou uma abordagem multimétodos para avaliar a construção do discurso bolsonarista sobre o tema do HIV/aids e compreender os possíveis impactos diretos e indiretos nas políticas de enfrentamento ao vírus e à doença no Brasil. A metodologia combinou levantamento de notícias na grande imprensa, leitura de documentos oficiais, análise crítica de discurso e revisão bibliográfica sobre os temas envolvidos.

Conforme detalhadamente explorada por Schemer e Reiners (2023), a complexidade da pesquisa envolvendo discursos de ódio ressalta a necessidade crítica de adotar metodologias rigorosas e bem fundamentadas ao investigar fenômenos tão multifacetados e impactantes. Esta abordagem é indispensável para desvendar as camadas sutis e frequentemente implícitas que caracterizam o discurso bolsonarista relacionado ao HIV/aids.

Schemer e Reiners (2023) destacam como variáveis contextuais, como a cultura política local e os meios de comunicação, podem influenciar a percepção e os efeitos dos discursos de ódio. Uma abordagem metodológica rigorosa permite, portanto, não apenas identificar a presença desse discurso de ódio, mas também entender como ele contribui para a estigmatização de indivíduos com HIV/aids e a consequente erosão das políticas de saúde que antes sustentavam a luta contra a epidemia no Brasil.

Inicialmente, a pesquisa reuniu um compilado de episódios protagonizados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e alguns de seus apoiadores, que ganharam repercussão sobre a temática do HIV/aids na imprensa. Esses fatos foram apurados com base em notícias publicadas em sites da grande mídia, utilizando ferramentas de buscas na internet.

O período analisado abrange desde a oficialização da candidatura de Bolsonaro, em 2018, até sua gestão entre 2019 e 2022, incluindo também outros eventos posteriores que contribuíram para o desdobramento da narrativa bolsonarista sobre o tema. No total, foram analisadas 15 declarações (Apêndice) proferidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, seus apoiadores e *fake news*, amplamente divulgadas pelos dois grupos, com foco no tema HIV/aids.

A investigação de documentos oficiais, como boletins epidemiológicos, decretos e leis, publicados nos canais governamentais durante o período da gestão de Bolsonaro, foi essencial para examinar as direções e transformações da política de saúde sexual e prevenção do HIV/aids. Esses documentos forneceram uma base factual para entender as mudanças nas políticas públicas sob o governo Bolsonaro.

Uma revisão de literatura foi conduzida através da base de dados Web of Science, utilizando palavras-chave como “Jair Bolsonaro”, “bolsonarism”, “HIV”, “aids” e “*fake news*”, combinadas com o operador booleano “AND”. Os artigos e livros selecionados ajudaram a discutir os principais conceitos que fundamentam a consolidação do bolsonarismo no Brasil e seus desdobramentos sociopolíticos, especialmente em relação às políticas públicas de enfrentamento ao HIV/aids.

A análise crítica do discurso, guiada por autores como Fairclough (2003) e Van Dijk (2001), foi aplicada às declarações públicas e posicionamentos de Jair Bolsonaro e seus principais apoiadores. Esta análise permitiu identificar as ideologias subjacentes às ações e discursos governamentais, considerando os diversos contextos políticos, econômicos e sociais que moldaram a abordagem do governo.

A análise do discurso bolsonarista sobre HIV/aids exige uma abordagem que vá além da identificação de declarações isoladas, revelando a regularidade das formações discursivas que sustentam e conferem sentido às enunciações. Para Foucault (2004; 2008), o discurso não é um mero reflexo de intenções ou significados pré-existentes, mas um campo de produção da verdade que opera por meio de regras de formação, delimitando quais enunciados são possíveis, aceitáveis e legítimos dentro de determinado contexto histórico e político. Nesse sentido, o discurso não apenas manifesta sentidos já estabelecidos, mas também estabelece novas relações de poder e regula o que pode ser dito e por quem.

Considerando as declarações de Bolsonaro e seus apoiadores, busca-se investigar como determinadas estratégias discursivas se articulam dentro de uma formação discursiva específica, compreendendo de que maneira esses enunciados se estruturam, quais regularidades podem ser identificadas e sob quais condições emergem.

Para identificar um possível padrão discursivo, empregamos nesta investigação a análise do discurso enriquecida pelo arcabouço teórico desenvolvido por Charaudeau (2006), que categoriza o discurso político em duas grandes vertentes: “palavras do campo político e estratégias discursivas” e “as condições da palavra política”.

No primeiro grupo, encontram-se as categorias “palavra de promessa e advertência”, que examina como promessas ou alertas são usados para ganhar a confiança do público; a “palavra de decisão”, que reflete a capacidade de anunciar decisões claras e firmes; a “palavra de justificação”, utilizada para defender ações passadas ou decisões tomadas; e a “palavra de dissimulação”, que analisa como o discurso político alterna entre palavras, pensamentos e ações

para criar ambiguidades, prever críticas e neutralizar efeitos negativos, muitas vezes conduzindo à manipulação ou distorção da verdade. A “estratégia do vago”, por sua vez, observa o uso de linguagem ambígua para evitar compromissos diretos com ações específicas.

No segundo grupo, as condições de “simplicidade” são cruciais para simplificar questões complexas para uma audiência ampla; as condições de “credibilidade” analisam como os políticos constroem uma imagem de confiança e autoridade; e as condições de “dramatização” examinam como os discursos dramatizam eventos para evocar respostas emocionais, ampliando o impacto do discurso.

Ao aplicar essas categorias de Charaudeau (2006) aos discursos transcritos e analisados, documentamos e interpretamos instâncias específicas que revelam padrões discursivos e estratégias predominantes. Essa abordagem permitiu uma compreensão aprofundada das táticas discursivas empregadas, elucidando como essas estratégias servem aos objetivos políticos e sociais dos oradores.

A metodologia aqui descrita, fundamentada em uma análise abrangente e detalhada, contribui significativamente para a compreensão das dinâmicas de poder e linguagem na política brasileira contemporânea. Ela revela como o discurso político é construído e quais impactos pode ter sobre o público e a sociedade, destacando o poder da linguagem como uma ferramenta essencial na governança e influência política. Assim, esta análise não apenas ilumina as estratégias discursivas empregadas, mas também enfatiza a complexidade e os impactos desse discurso no enfrentamento ao HIV/aids.

2.1 “SEM OFENDER AS FAMÍLIAS”

No início do seu governo, Bolsonaro fez nomeações que refletiam seu alinhamento com valores conservadores e a sua intenção de implementar políticas que reforçassem a moralidade tradicional. Essas escolhas, claramente orientadas por uma agenda conservadora, tiveram impactos significativos em diversas áreas, incluindo a educação e a saúde.

A nomeação de Ricardo Vélez Rodríguez como ministro da Educação, conforme Quinalha (2018), sinalizou um compromisso com a manutenção do conservadorismo. Vélez Rodríguez declarou que trabalharia pela preservação de valores caros à sociedade brasileira ligados à preservação da família e da moral humanista. Essa postura reforça a retórica bolsonarista de defesa da família tradicional e contribui para a exclusão e marginalização da

comunidade LGBTQIAPN+, pois promove uma visão de mundo que não reconhece e não valoriza a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero.

Para Quinalha (2018), ao priorizar esses valores conservadores, a gestão de Vélez Rodríguez anunciava excluir discussões sobre diversidade e inclusão nas políticas educacionais, limitando o acesso da comunidade LGBTQIAPN+ a um ambiente escolar acolhedor e seguro.

No âmbito do Ministério da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, médico ortopedista e político brasileiro, assumiu a pasta em janeiro de 2019. Formado em medicina pela Universidade Gama Filho, Mandetta especializou-se em ortopedia pediátrica e exerceu o cargo de secretário de Saúde em Campo Grande (MS). Em sua carreira política, foi eleito deputado federal pelo DEM e atuou como uma das vozes críticas ao programa Mais Médicos (Formenti, 2019).

Durante seu discurso de posse, Mandetta enfatizou o compromisso com a fé, a pátria e a família, e garantiu que não haveria retrocessos na saúde pública. Ele destacou a importância de garantir a equidade no Sistema Único de Saúde (SUS) e afirmou que seu objetivo era cumprir a Constituição, defendendo tratamentos diferentes para desiguais (Formenti, 2019).

No entanto, antes mesmo de assumir a pasta, o futuro ministro Mandetta afirmou em entrevista à Folha de S. Paulo, no dia 31 de dezembro de 2018, que o Governo precisava voltar a estimular a prevenção do HIV, mas com ressalvas: “Vamos ter que ver a maneira como isso se dá sem ofender as famílias, sem ofender aqueles que entendem que isso possa ser uma invasão do Estado em seu ambiente familiar” (Mandetta apud Cancian, 2018). A declaração dava o tom conservador que a pasta assumiria durante todo o mandato de Jair Bolsonaro em relação ao enfrentamento do HIV/aids e às demais infecções sexualmente transmissíveis.

A análise do discurso de Mandetta revela um uso estratégico de diferentes categorias linguísticas, conforme modelo oferecido por Charaudeau (2006) para construir sua mensagem política. Ele inicia com uma "palavra de promessa", ao sugerir a intenção de retomar as campanhas de prevenção ao HIV, tentando equilibrar a ação governamental com sensibilidade aos valores sociais, sem ofender as famílias. Em seguida, Mandetta busca estabelecer "condições de credibilidade" ao considerar a sensibilidade das famílias e a percepção de invasão do Estado, esforçando-se para apresentar-se como um político que respeita a privacidade e os valores familiares, o que pode fortalecer sua imagem diante de um público que valoriza esses aspectos.

Além disso, o então ministro da Saúde emprega uma "condição de simplicidade" ao usar uma linguagem direta e clara, visando uma comunicação eficaz com o público em geral. Porém, também adota a "estratégia do vago" ao declarar que “vamos ter que ver a maneira como isso se dá”, uma abordagem típica no discurso político que evita compromissos com detalhes específicos, mantendo flexibilidade na implementação de políticas.

Ao enfatizar a necessidade de não ofender as famílias e considerar suas percepções sobre a invasão do Estado, o locutor parece apelar para uma “estratégia de razão suprema”, ou seja, o respeito pela autonomia familiar e pela privacidade individual. Isso é usado para justificar ou moderar a abordagem proposta pelo Estado.

Finalmente, a "dramatização" é sutilmente empregada ao mencionar a "invasão do Estado" como uma preocupação, sugerindo que haverá esforços significativos para equilibrar a ação governamental com o respeito à autonomia pessoal e familiar. Esse discurso politicamente calculado permite que Mandetta minimize resistências enquanto prepara o terreno para políticas que considera necessárias e benéficas.

Ainda de acordo com o futuro ministro da Saúde, a adoção da Profilaxia Pré-exposição ao HIV, a chamada PrEP, poderia potencialmente incentivar comportamentos de risco elevado, mesmo que essa abordagem tenha demonstrado uma redução significativa de até 99% no risco de contrair o HIV por meio de relações sexuais e uma redução de 74% no risco relacionado ao uso de drogas injetáveis. Segundo Mandetta, as estratégias de prevenção do HIV/aids precisariam ser implementadas com precaução, de forma a não confrontar os valores familiares (Fedatto, 2023).

Tenho notadamente buscado sempre a ciência. Se [a Prep] faz parte da ciência e do melhor arsenal disponível, temos que ir atrás como sistema de saúde. Mas não podemos fazer disso a política. Não podemos banalizar e dizer ‘você pode ter um comportamento de risco que o Estado vai te dar um remedinho para resolver’. A Prep faz parte do arsenal e se dá muito na relação médico-paciente ou na relação com as unidades de saúde. Mas não é uma coisa que ‘Olha, vamos nos comportar assim porque temos essa possibilidade’. Não. Temos essa possibilidade, mas vamos falar sério sobre como você não precisa usá-la. Isso também passa por paternidade responsável, gravidez na adolescência e uma série de assuntos correlatos. (Mandetta apud Cancian, 2018).

A análise da declaração de Mandetta sobre a profilaxia pré-exposição (PrEP) como parte das políticas de saúde pública revela um uso cuidadoso e estratégico de diversas categorias discursivas identificadas por Charaudeau (2006). Inicialmente, a declaração pode ser enquadrada como uma "palavra de promessa", mesmo que não seja uma promessa explícita. Mandetta expressa um compromisso com a ciência e as melhores práticas, indicando a intenção

de adotar a PrEP se comprovada sua eficácia, alinhando a política de saúde às recomendações científicas.

Ao destacar a importância de basear as decisões em evidências científicas, Mandetta também estabelece "condições de credibilidade". Ele se posiciona como um tomador de decisões informado pela ciência, o que busca fortalecer sua autoridade e confiabilidade perante o público. Além disso, o futuro ministro da Saúde explicita uma "palavra de decisão" ao declarar a inclusão da PrEP no sistema de saúde, condicionada à validação científica, e ressalta que isso não deve incentivar comportamentos de risco.

Mandetta também emprega uma "estratégia do vago" ao deixar várias questões em aberto, especialmente sobre como exatamente a política evitará a banalização da PrEP e como ela será comunicada ao público. Essa falta de especificidade permite flexibilidade na implementação da política.

A "condição de dramatização" é evidenciada quando Mandetta enfatiza a importância de não trivializar a abordagem ao tratamento e prevenção do HIV, introduzindo uma seriedade que contrasta com percepções simplistas da PrEP. Isso ajuda a enfatizar a complexidade e a gravidade da gestão de saúde pública em relação ao HIV.

A profilaxia pré-exposição (PrEP) tem se consolidado como uma estratégia essencial na prevenção do HIV, adicionando uma camada de proteção para populações com maior risco de infecção. Desde a sua introdução, a PrEP demonstrou eficácia substancial na prevenção do HIV em diversas populações, particularmente entre homens gays, homens que fazem sexo com homens (HSH), pessoas transgênero, trabalhadores do sexo e usuários de drogas injetáveis. Estudos globais indicam que a PrEP pode reduzir o risco de infecção por HIV em mais de 90% quando utilizada de forma consistente e adequada (Dave, 2024; Hosek e Pettifor, 2019; WHO, 2016).

A efetividade da PrEP é atribuída à combinação dos medicamentos fumarato de tenofovir desoproxilae e emtricitabina, que atuam conjuntamente na prevenção da replicação do vírus no organismo (Huang e Hung, 2023). Além dos benefícios biológicos, a PrEP tem sido associada a ganhos psicossociais, como a redução do medo de contrair HIV e o aumento da autonomia e do controle sobre a saúde sexual entre os usuários (Montgomery *et al.*, 2016).

No entanto, as barreiras à absorção da PrEP persistem, incluindo consciência limitada, estigma e preocupações com os efeitos colaterais (Yu *et al.*, 2024). Além disso, embora a PrEP seja eficaz, sua associação com o aumento das taxas de infecções sexualmente transmissíveis

(DSTs) levanta preocupações sobre a compensação de riscos, sugerindo a necessidade de serviços integrados de saúde sexual junto com os programas de PrEP (Von Schreeb *et al.*, 2024).

No Brasil, a PrEP foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS) no final de 2017, inicialmente voltada para adultos em grupos de risco: homens gays, homens que fazem sexo com homens (HSH), indivíduos transexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas com mais de 18 anos (Brasil, 2018).

Um projeto pioneiro na América Latina, desenvolvido em três grandes capitais brasileiras — Salvador, Belo Horizonte e São Paulo — também avaliou a eficácia e a aceitabilidade da PrEP entre adolescentes de 15 a 19 anos. O estudo PrEP1519 revelou que a adesão à PrEP foi maior entre adolescentes com mais anos de escolaridade, que não enfrentaram efeitos colaterais e que percebiam um baixo risco de infecção por HIV. No entanto, os resultados também indicaram a necessidade de cuidados adicionais, especialmente entre adolescentes com baixa adesão à PrEP (que fizeram uso de menos de três comprimidos por semana) e em maior situação de vulnerabilidade (Dourado *et al.*, 2023).

Ao considerarmos a comprovação da efetividade global da PrEP e as categorias discursivas identificadas na declaração de Mandetta, fica evidente uma tentativa do então ministro da Saúde de equilibrar a aceitação dos avanços médicos com a preocupação de evitar interpretações e usos inadequados dessa estratégia de prevenção. Além disso, torna-se claro que considerações morais e religiosas desempenham um papel central na formulação de políticas públicas de saúde, mesmo em um país que oficialmente se declara laico.

2.2 PERSEGUIÇÕES E RETIRADA DE MATERIAIS EDUCATIVOS

Seguindo o movimento conservador, Mandetta exonerou, em seu primeiro mês à frente do Ministério da Saúde, a médica sanitarista Adele Benzaken, da diretoria do Departamento de HIV/aids e Hepatites Virais, responsável pela política de prevenção e controle de infecções sexualmente transmissíveis no país (Cancian, 2019a).

A decisão foi tomada uma semana após Mandetta declarar a intenção de retomar o incentivo à prevenção do HIV, respeitando os valores familiares. A exoneração da ex-diretora provocou a reação de entidades que representam especialistas e portadores de HIV contra a decisão de Mandetta, a exemplo da Articulação Nacional de Luta contra a Aids (An aids) e o Fórum de ONG/Aids de São Paulo (Cancian, 2019a).

A mudança também ocorreu após o Ministério da Saúde retirar do ar a cartilha "Homens Trans: vamos falar sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis", alegando a necessidade de realizar correções no documento. A remoção do conteúdo do site do ministério aconteceu em menos de seis meses após o seu lançamento e em menos de três meses após ter sido distribuído para as redes de saúde em todo o país (Cancian, 2019b). A elaboração e distribuição do material podem ter sido as motivações para o novo ministro exonerar a ex-diretora do Departamento de HIV/aids e Hepatites Virais (Cabette, 2019).

O incômodo do governo Bolsonaro com Adele Benzaken tornou-se ainda mais evidente em 05 de novembro de 2021, quando o ex-presidente revogou a condecoração da Ordem do Mérito Científico para a médica, reconhecida internacionalmente pelo seu trabalho na área de doenças transmissíveis. Na mesma ocasião, Bolsonaro também revogou a medalha para o médico Marcus Vinicius Lacerda, um dos primeiros brasileiros a pesquisar o uso da cloroquina contra a covid-19 e apontar risco cardíaco de pacientes. Assim como Benzaken, Lacerda tornou-se um crítico do governo e chegou a ser ameaçado de morte por apoiadores de Bolsonaro nas redes sociais (Paraguassu, 2021).

Além da cartilha voltada para a saúde de homens trans, o presidente Jair Bolsonaro também anunciou a retirada de circulação da "Caderneta de saúde da adolescente", durante uma transmissão no Facebook, em seu terceiro mês de mandato, abril de 2019 (Figura 4). A publicação elaborada pelo Ministério da Saúde era destinada a meninas de 10 a 19 anos.

Figura 4 - Bolsonaro crítica "Caderneta de saúde da adolescente" durante *live* no Facebook



Fonte: Sobrinho, 2019.

Bolsonaro disse que o material seria reeditado para remover informações que considerava inadequadas para aquele público. Até que o novo formato da caderneta fosse

disponibilizado, o ex-presidente sugeriu que os pais “rasgassem” as páginas que continham ilustrações “desconfortáveis”, especialmente aquelas que abordavam questões relacionadas à educação sexual (Agência Aids, 2019).

São 40 páginas, tem muitas informações boas, precisas, mas o final dela fica complicado, no meu entendimento. Se você, pai ou mãe, achar que não, é direito teu. Então, é uma sugestão. Quem tiver a cartilha em casa, dá uma olhada porque vai estar na mão dos seus filhos, e, se você achar que é o caso, tira essas páginas que tratam desse tipo de assunto. (Bolsonaro apud Ferreira e Grandelle, 2019).

A declaração de Jair Bolsonaro sobre a retirada e subsequente revisão da "Caderneta de saúde da adolescente" para eliminar conteúdos considerados inadequados exemplifica o emprego de múltiplas categorias discursivas para gerenciar e influenciar a percepção pública sobre uma política de saúde sensível. De acordo com a categorização de análise de discurso apresentada por Charaudeau (2006), Bolsonaro manifesta uma "palavra de decisão" ao expressar claramente a retirada e reintrodução da caderneta modificada, demonstrando autoridade e um exercício direto de poder administrativo.

Simultaneamente, ele utiliza uma "palavra de dissimulação" ao sugerir que os pais rasguem páginas específicas até a disponibilização de uma nova versão, transferindo a responsabilidade da ação para os pais enquanto promove uma política de censura, o que pode ser interpretado como uma maneira de dissimular sua influência direta sobre o conteúdo. Esta ação é complementada por uma "estratégia do vago", pois Bolsonaro deixa os critérios de inadequação dos conteúdos indeterminados, aumentando a ambiguidade e permitindo múltiplas interpretações.

Ao mesmo tempo, ele tenta estabelecer "condições de credibilidade" afirmando que, embora a caderneta contenha informações valiosas, algumas partes são "complicadas" e devem ser removidas para proteger os valores familiares. Essa posição procura reforçar sua imagem como defensor dos valores familiares, ganhando a confiança de um público que valoriza essas normas.

A "condição de simplicidade" é evidente na sugestão de simplesmente remover páginas, o que simplifica a complexa política pública de saúde e educação adolescente, apelando para aqueles que preferem soluções diretas para problemas percebidos como cultural ou moralmente sensíveis.

Bolsonaro também dramatiza a questão ao destacar os potenciais riscos do conteúdo "complicado", engajando os pais diretamente no monitoramento e modificação do material

educativo. Essa "condição de dramatização" sugere uma crise que necessita intervenção imediata. Completando a gama de estratégias, uma "palavra de promessa" é sutilmente oferecida com a proposta implícita de que uma versão revisada da caderneta será disponibilizada, realinhando a política de saúde com suas visões ideológicas.

Essas abordagens discursivas permitem que Bolsonaro se posicione como um protetor das famílias contra influências consideradas negativas, delegando responsabilidades imediatas aos pais, enquanto mantém uma liderança moral e política firme. Essa técnica de comunicação reflete seu compromisso em reafirmar certos valores sociais e familiares, ao mesmo tempo em que administra a implementação de políticas públicas de forma estrategicamente calculada.

A decisão de remover a cartilha com informações sobre saúde sexual para os adolescentes reflete uma abordagem que vai na contramão das medidas imperativas para conter a propagação da infecção por HIV entre os jovens. Ao retirar um recurso educacional que visa fornecer conhecimento e conscientização sobre questões de saúde sexual, incluindo a prevenção do HIV, o governo parecia desconsiderar a necessidade urgente de fornecer informações acessíveis a esse público-chave.

Apesar de decisões questionáveis que se alinham, em alguns momentos, aos interesses de Bolsonaro, Mandetta buscou adotar, ao longo de sua gestão no Ministério da Saúde, uma postura baseada na ciência para enfrentar a pandemia de Covid-19, promovendo medidas de distanciamento social e uso de máscaras. Essa abordagem entrou em conflito com o presidente Jair Bolsonaro, que minimizava a gravidade da pandemia e promovia tratamentos não comprovados como a hidroxicloroquina (Shalders, 2020).

A relação entre Mandetta e Bolsonaro se deteriorou rapidamente devido a essas divergências. Em abril de 2020, após semanas de tensão e desentendimentos públicos, Mandetta foi demitido do cargo. Bolsonaro justificou a demissão afirmando que havia uma necessidade de alinhar a posição do Ministério da Saúde com a do governo, especialmente em relação à economia e às medidas de distanciamento social (Shalders, 2020).

Para além da Saúde, a pasta da Educação também sofreu forte influência política durante o governo Bolsonaro. Um episódio notável foi a censura de questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que tratavam de temas considerados sensíveis ou controversos pelo governo. Em 2019, sob a direção do então presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, e a pedido expresso do presidente Jair Bolsonaro, uma comissão foi estabelecida para revisar ideologicamente as questões do ENEM. Esta comissão, composta por um procurador de Justiça,

um diretor do Inep, e um ex-aluno do ministro da Educação à época, Ricardo Vélez Rodríguez, empreendeu a tarefa de censurar 66 questões já aprovadas tecnicamente pelo Inep, alegando evitar "polêmicas desnecessárias" (Mazza, 2021).

Entre as questões censuradas, uma afirmava que o uso de camisinha é "o meio de prevenção mais barato e eficaz" contra a aids. A comissão de censura do Inep classificou a questão como geradora de "polêmica desnecessária" e "direcionamento do controle de saúde", refletindo uma postura que pode ser percebida como uma tentativa de silenciar discussões essenciais sobre saúde sexual (Mazza, 2021).

Este ato de censura não só restringiu o debate educacional necessário entre os jovens sobre métodos eficazes de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, mas também ilustra a interferência política direta no conteúdo educacional, em que questões científicas e de saúde pública são subjugadas a ideologias específicas. Essa prática evidencia uma preocupante tendência de moldar o conhecimento científico e a informação ao viés ideológico, comprometendo a integridade educacional e a formação crítica dos estudantes brasileiros.

A instrumentalização de questões relacionadas a gênero e sexualidade por atores de extrema-direita tem sido um tópico discutido em diversos estudos na América Latina, com diferentes perspectivas e enquadramentos para entender esse fenômeno. Essas investigações abordam tanto as políticas antigênero quanto as políticas de moralidade que emergem em um contexto de expansão neoliberal e democratização.

Biroli e Caminotti (2020), Kalil (2020), Machado (2020), Payne e Santos (2020), Vaggione e Machado (2020) contribuíram para um entendimento mais aprofundado dessas dinâmicas complexas. Seus estudos destacam a interconexão entre as estratégias políticas de atores de extrema-direita, a manipulação de discursos sobre gênero e sexualidade e os contextos mais amplos de mudanças sociais, econômicas e políticas na região. Além disso, enfatizam como essas estratégias podem impactar a construção de políticas públicas, a participação da sociedade civil e a própria compreensão da cidadania e dos direitos individuais e coletivos.

As bases sociais conservadoras e autoritárias, atualmente, estão ganhando influência no debate público e terão um papel crucial na configuração do cenário político por um período significativo. Estavam adormecidas e aguardando apenas um líder político competitivo (Zechmeister, 2015) e de um ambiente internacional propício para se mobilizarem.

2.3 O DISCURSO DA ABSTINÊNCIA SEXUAL

No governo Bolsonaro, Damares e seu ministério introduziram uma nova estratégia para prevenção da gravidez precoce e sexo seguro entre adolescentes: a abstinência sexual (Sassine, 2020), mesmo diante das críticas de especialistas em todo o mundo quanto à ineficácia e controvérsia dessa abordagem.

Nos Estados Unidos, o financiamento de programas de educação sexual baseados apenas na abstinência sexual mostrou-se ineficaz na prevenção da gravidez na adolescência e pode ter, inclusive, contribuído para as elevadas taxas de gravidez na adolescência no país (Stanger-Hall e Hall, 2011).

Em 2017, durante o governo de Donald Trump, a Society for Adolescent Health and Medicine (SAHM) divulgou um comunicado oficial que não apenas examinou a literatura internacional existente, mas também expôs os efeitos adversos da implementação da "abstinência sexual" como uma política pública. O comunicado destacou que existe uma forte correlação entre a promoção da abstinência sexual, o aumento da taxa de gravidez na adolescência e a ocorrência de maternidade precoce (SAHM, 2017).

No Brasil, na contramão das evidências científicas, o ministério de Damares organizou uma série de eventos públicos para propagar o discurso da abstinência sexual, sob o pretexto de discutir iniciativas voltadas à prevenção da gravidez na adolescência. Em um desses encontros, realizado em dezembro de 2019, no auditório da Câmara dos Deputados, a pasta optou por convidar apenas defensores da abstinência sexual para discutir a questão da gravidez precoce. O público que compareceu ao evento era, predominantemente, de religiosos (Sassine, 2020).

Para agravar ainda mais o cenário, na porta do evento, dois cartazes questionavam a eficácia da camisinha como método de prevenção, alegando, sem embasamento científico, que “os poros no preservativo permitem a passagem do vírus HIV” (Sassine, 2020).

Seguindo o modelo de categorização de análise de discurso apresentado por Charaudeau (2006), a declaração dos cartazes exemplifica o uso do discurso para disseminar desinformação e informações potencialmente prejudiciais.

Inicialmente, é empregada a “palavra de dissimulação”, ao tentar enganar ou confundir o público a respeito da eficácia dos preservativos. Por se afastar das evidências científicas consolidadas, a afirmação pode ser vista como um esforço para distorcer a realidade a fim de influenciar a percepção das pessoas sobre um método de prevenção de doenças.

A alegação emprega a "condição de dramatização", ampliando o impacto emocional da mensagem e potencialmente enganando mais pessoas, embora baseado em premissas falsas. Essa afirmação também exemplifica as "condições de simplicidade", ao reduzir erroneamente a complexa questão da transmissão do HIV a uma questão de "poros". Esta simplificação ignora uma vasta quantidade de pesquisa que suporta o uso de preservativos como um método eficaz de prevenção. Também há uso da “estratégia do vago” ao não fornecer detalhes sobre estudos, pesquisas ou evidências que respaldem a alegação. A falta de especificidade científica torna a informação não só enganosa, mas também irresponsavelmente imprecisa.

Essa análise ressalta como o discurso, mesmo fora de contextos estritamente políticos, pode ser habilmente usado para moldar percepções e comportamentos de maneira significativa, com implicações profundas para a sociedade e a saúde pública.

Os organizadores do evento negaram qualquer envolvimento ou apoio ao conteúdo, que foi recolhido ao final do evento por um padre. Em nota enviada ao jornal “O Globo”, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) negou a promoção da abstinência como política de governo e classificou a iniciativa como de “preservação sexual”.

[O Ministério usou como referência] estudos científicos e a normalização da espera como alternativa para iniciação da vida sexual em idade apropriada, considerando as vantagens psicológicas, emocionais, físicas, sociais e econômicas envolvidas, sem que isso implique em críticas aos demais métodos de prevenção. (MMFDH apud Sassine, 2020).

A declaração do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, promovendo a abstinência sexual como estratégia de prevenção, pode ser analisada através de várias lentes discursivas, conforme categorização apresentada por Charaudeau (2006).

Inicialmente, ao afirmar que a recomendação é baseada em "estudos científicos", o Ministério emprega "condições de credibilidade", para conferir autoridade e credibilidade à sua posição e validar a abstinência sexual, uma abordagem frequentemente vista como conservadora, como uma escolha informada e racional.

A "condição de simplicidade" é evidenciada na forma como a declaração simplifica a complexidade das decisões individuais sobre a iniciação sexual, promovendo a abstinência como uma opção claramente benéfica e minimizando potenciais controvérsias relacionadas a outros métodos de prevenção.

Complementarmente, a "estratégia do vago" aparece na referência à "normalização da espera", uma expressão vaga que permite múltiplas interpretações e mantém os detalhes da implementação abertos, permitindo flexibilidade na defesa e adaptação da política.

A "palavra de decisão" é claramente manifestada na decisão política do Ministério da Saúde de endossar e promover a abstinência sexual como um método oficial, refletindo um compromisso firme com essa abordagem dentro das políticas de saúde.

Por fim, as "condições de dramatização" surgem no contexto mais amplo, onde promover a abstinência como uma estratégia de saúde pública adiciona uma dimensão dramática ao debate sobre doenças sexualmente transmissíveis e educação sexual, especialmente em sociedades onde tais tópicos são altamente polarizados. Essa abordagem demonstra como a declaração do Ministério utiliza estratégias discursivas complexas para promover a abstinência sexual não apenas como uma escolha moral ou conservadora, mas como uma decisão fundamentada cientificamente e benéfica em vários aspectos para os indivíduos.

Ou seja, mesmo diante de estudos científicos que apontam para uma correlação entre defesa da abstinência e o aumento da gravidez na adolescência e da maternidade precoce, a titular da pasta, Damares Alves, distorceu informações em nome da ciência para ocultar suas próprias convicções religiosas, confundindo “o rebanho do templo evangélico com o povo de uma democracia” (Diniz e Carino, 2020).

Apesar dos esforços de Damares Alves, ao longo de todo o governo Bolsonaro, a abordagem de abstinência sexual não chegou a ser implementada como uma política nacional. No entanto, ainda inspira outros governos nas esferas estaduais e municipais.

2.3.1 O caso de Vitória: eu escolhi esperar

Em Vitória, capital do Espírito Santo, o vereador Davi Esmael (PSD) elaborou o projeto “Eu escolhi Esperar”, para incentivar a abstinência sexual entre jovens. A principal inspiração do vereador foi a campanha religiosa "Eu Escolhi Esperar" (de mesmo nome), criada em 2011 pelos pastores Nelson Júnior e Angela Cristina. A página oficial da campanha sinaliza um objetivo alinhado com os propósitos conservadores cristãos.

Eu Escolhi Esperar é uma campanha cristã, que atua especificamente em duas áreas: preservação sexual e integridade emocional. Foi criado com o propósito de encorajar, fortalecer e orientar os solteiros cristãos a esperarem até o casamento para viverem suas experiências sexuais. (Eu Escolhi Esperar, s.d.).

A mensagem do projeto "Eu Escolhi Esperar", que promove a abstinência sexual até o casamento dentro de um contexto cristão, emprega várias estratégias discursivas, conforme categorização apresentada por Charaudeau (2006), para engajar e orientar seu público-alvo. Inicialmente, a campanha faz uma "palavra de promessa", prometendo encorajar, fortalecer e orientar solteiros cristãos, sugerindo que seguir essa orientação conduzirá a uma experiência de casamento mais plena e íntegra, tanto emocional quanto espiritualmente.

Além disso, ao identificar-se claramente com a comunidade cristã e focar em valores e crenças compartilhados, a campanha estabelece "condições de credibilidade". Essa abordagem reforça sua autoridade e a validade de suas proposições dentro desse grupo específico. Ao apresentar a abstinência até o casamento como uma solução clara e definitiva para manter a integridade emocional e a pureza sexual, a declaração também aplica "condições de simplicidade", facilitando a aceitação e compreensão da mensagem por parte daqueles que já estão alinhados com esses valores religiosos.

Embora a mensagem não seja excessivamente dramatizada, a campanha habilmente emprega "condições de dramatização" ao implicar que esperar até o casamento assegura a integridade emocional, conferindo uma certa gravidade e urgência à decisão de aderir aos seus conselhos. A "palavra de decisão" é evidente na postura clara e decisiva que a campanha toma sobre a conduta sexual e emocional, apresentando isso não apenas como uma orientação, mas como um imperativo moral intrínseco à fé cristã.

Ao defender a proposta de mesmo nome, o vereador Davi Esmael, presidente da Câmara Municipal de Vitória à época, destacou a importância de considerar alternativas como a abstinência sexual entre as estratégias preventivas de combate à gravidez precoce. A votação do projeto foi realizada em novembro de 2021 e recebeu amplo apoio da casa legislativa: com uma votação favorável de nove a dois (Guaresqui, 2021).

Após a aprovação dos vereadores, a proposta foi encaminhada ao então prefeito de Vitória, Lorenzo Pazolini, filiado ao partido Republicano, que não se manifestou para sanção ou veto. Com isso, a proposta foi promulgada em lei pela Câmara Municipal de Vitória no dia 08 fevereiro de 2022 (Vitória, 2022).

Com apenas 5 artigos e pouco específicos, a Lei nº 9.814 estabelece que o programa "Eu Escolhi Esperar" será realizado no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e de Educação, com a promoção de palestras para profissionais de saúde e de educação, bem como a criação

de material explicativo para informar os adolescentes sobre as causas, consequências e formas de prevenção da gravidez precoce (Vitória, 2022).

Ainda segundo a lei, escolas públicas e privadas podem firmar parcerias com Unidades Básicas de Saúde (UBS), organizações não governamentais e outras entidades para implementar os objetivos do programa. Contudo, não esclarece, por exemplo, sobre as medidas concretas que a Secretaria de Saúde deve adotar para a prevenção da gravidez entre adolescentes.

2.4 HIV E COVID-19: UM ELO PERIGOSO

Bolsonaro fez uso frequentes das redes sociais, com destaque para as famosas “lives” de quinta-feira. E foi justamente em uma transmissão ao vivo pelo Facebook, no dia 21 de outubro de 2021, que Jair Bolsonaro protagonizou o compartilhamento de uma *fake news* que associava a aplicação da vacina contra covid-19 à transmissão do vírus HIV e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da aids (Figura 5).

Figura 5 - Bolsonaro compartilha *fake news* associando vacina contra covid-19 e transmissão do HIV em *live* no Facebook



Fonte: Estado de Minas, 2021

Só vou dar notícia, não vou comentar. Já falei sobre isso no passado, apanhei muito. Vamos lá: relatórios oficiais do governo do Reino Unido sugerem que os totalmente vacinados. Quem são os totalmente vacinados? Aqueles que depois da segunda dose né... 15 dias depois, 15 dias após a segunda dose, totalmente vacinados... Estão desenvolvendo Síndrome da Imunodeficiência Adquirida muito mais rápido do que o previsto. Portanto, leiam a matéria, não vou ler aqui porque posso ter problema com a minha live (Bolsonaro, J. apud G1, 2021).

Seguindo a categorização discursiva apresentada por Charaudeau (2006), Bolsonaro emprega a “estratégia da razão suprema” ao basear sua afirmação nos "relatórios oficiais do governo do Reino Unido", conferindo um peso significativo à sua declaração. Este apelo à autoridade governamental é utilizado para sugerir que, devido à fonte respeitável de onde provém a informação, a afirmação deveria ser aceita sem questionamentos. Ele posiciona essa referência como uma justificativa irrefutável, indicando que a veracidade da informação é incontestável, apesar de não ser corroborada por evidências científicas estabelecidas e confiáveis.

Paralelamente, Bolsonaro reforça a “condição de credibilidade” ao citar uma entidade como o governo do Reino Unido, uma fonte que muitos consideram legítima e confiável. Esse recurso é estratégico para aumentar a percepção de legitimidade de suas declarações, buscando convencer o público de que sua posição é embasada em fontes sérias e dignas de confiança. Assim, ele não apenas apresenta uma razão aparentemente suprema para aceitar a informação, mas também tenta construir uma base sólida de credibilidade ao associar seu argumento a uma entidade governamental respeitada internacionalmente.

Além disso, adota uma "estratégia do vago" ao evitar dar detalhes específicos ou citar fontes diretas, referindo-se vagamente a "relatórios oficiais do governo do Reino Unido" sem fornecer evidências verificáveis, o que evita responsabilidade direta pela disseminação de informações falsas.

A "condição de dramatização" é evidente na afirmação de que pessoas vacinadas estão desenvolvendo aids rapidamente, uma alegação altamente dramática e projetada para provocar medo e urgência. Esta dramatização manipula as emoções do público, levando-os a questionar a segurança das vacinas.

Essa análise revela como Bolsonaro utiliza múltiplas estratégias discursivas para comunicar uma mensagem que, apesar de baseada em informações falsas, é moldada para influenciar a opinião pública. Seu discurso exemplifica a manipulação de informações em um contexto político, utilizando técnicas que desafiam os princípios da comunicação ética e responsável.

Em resposta à declaração de Bolsonaro, o Departamento de Saúde e Assistência Social do Reino Unido informou que a fonte da publicação citada por Bolsonaro era um site que dissemina informações falsas e teorias de conspiração, e declarou que a narrativa não era verdade. O conteúdo foi originado no site Before It's News, conhecido por promover teorias

conspiratórias, tais como a alegação de que as vacinas possuem capacidade de rastrear os indivíduos vacinados e que milhões de pessoas faleceram em decorrência da vacinação (G1, 2021).

Como consequência, o vídeo foi retirado do ar pelo Facebook quatro dias após a transmissão, que também recolheu o material da página do Instagram, administrada pela mesma empresa. Segundo um porta-voz do Facebook, as políticas não permitem alegações de que as vacinas de covid-19 matam ou podem causar danos graves às pessoas. (G1, 2021).

Seguindo posicionamento semelhante, o YouTube removeu o vídeo com a declaração do presidente no mesmo dia em que o Facebook e o Instagram excluíram o material. Segundo a plataforma, a remoção do vídeo do canal de Jair Bolsonaro foi justificada por violar as diretrizes de desinformação médica sobre a covid-19 (Rosa e Costa, 2021).

Diversas entidades do âmbito da saúde, como a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) e Conselho Nacional de Saúde (CNS) também se posicionaram contra a fala de Bolsonaro. A Associação Médica Brasileira (AMB) classificou como "inaceitável" a declaração do ex-presidente sobre as vacinas contra a covid-19. Em nota, a entidade afirmou: "Já são, no mínimo, centenas as inverdades sobre o SARS-CoV-2 alardeadas no Brasil por autoridades, cujo papel deveria ser resguardar e não expor a população a riscos" (AMB, 2021).

2.4.1 Inquérito contra as declarações de Bolsonaro

A declaração polêmica do então presidente Jair Bolsonaro, sugerindo uma relação entre a vacina contra a covid-19 e a aids, gerou imediata reação negativa e preocupação entre especialistas de saúde e a comunidade científica (Domingos 2021), resultando na abertura de um inquérito para investigar a veracidade e as implicações de suas declarações (Lara, 2021).

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia decidiu incluir em seu relatório final a fala de Bolsonaro, considerando-a uma ameaça à saúde pública e ao esforço nacional de vacinação (Lara, 2021). A CPI acusou Bolsonaro de cometer crimes de epidemia (art. 267 do CP) e infração de medida sanitária (art. 268 do CP) ao utilizar as redes sociais para sabotar estratégias de controle da covid-19 (Netto, 2021).

A repercussão das declarações levou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes a abrir um inquérito para investigar Bolsonaro por disseminar informações falsas sobre as vacinas contra a covid-19. O inquérito foi oficialmente instaurado

no dia 3 de dezembro de 2021, como parte do inquérito das *fake news*, no qual o presidente já era investigado por outras declarações e comportamentos considerados antidemocráticos (Netto, 2021).

Moraes discordou da Procuradoria-Geral da República (PGR), que havia iniciado apenas uma apuração preliminar interna para avaliar as falas de Bolsonaro. O ministro argumentou que a PGR não poderia abrir uma apuração interna, pois o STF foi provocado por uma notícia-crime feita pela CPI contra o presidente, o que exigia uma investigação formal (G1, 2021).

Durante o andamento do inquérito, a Polícia Federal concluiu que houve crime na fala de Bolsonaro sobre a vacina e a aids. Em relatório entregue em fevereiro de 2022, a Polícia Federal afirmou que o presidente cometeu incitação ao crime e espalhou desinformação deliberada, o que poderia ter consequências sérias para a saúde pública (Adjuto e Hirabahasi, 2021).

Em agosto de 2022, o ministro Alexandre de Moraes enviou à PGR um pedido da Polícia Federal de indiciamento de Jair Bolsonaro por incitação ao crime (Mendes, 2022). No entanto, em fevereiro de 2023, a PGR manifestou que a declaração de Bolsonaro, embora grave, não configuraria crime, indicando ainda que as declarações do presidente estariam amparadas pela liberdade de expressão e não incitariam diretamente a desobediência às normas sanitárias. Em razão disso, a PGR arquivou o inquérito, concluindo que não havia elementos suficientes para prosseguir com a denúncia (Netto, 2023).

O ministro André Mendonça, em junho de 2023, liberou para julgamento os recursos que questionavam as investigações sobre Bolsonaro. No entanto, ainda não há data definida para a retomada da análise dos temas pela Corte (Vivas e Falcão, 2023).

Em dezembro de 2023, a Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou a remoção de publicações que associavam vacinas contra a covid-19 à infecção por HIV. A decisão veio após um pedido da Advocacia-Geral da União, que argumentou que essas *fake news* poderiam prejudicar a cobertura vacinal no Brasil. O site Tribuna Nacional foi ordenado a retirar as postagens falsas dentro de 24 horas, sob pena de multa diária. Essas publicações, compartilhadas no canal do Telegram do site, alcançaram pelo menos três milhões de pessoas (Carmo, 2023).

2.5 O APOIO DA REDE BOLSONARISTA

Ao longo do seu governo, o ex-presidente Jair Bolsonaro recebeu apoio imediato do clã bolsonarista em diversas ocasiões. Segundo Alonso (2018), a chamada comunidade moral bolsonarista trava uma “guerra cultural” nas redes sociais, usando uma linguagem extremamente agressiva.

Eles utilizam plataformas como Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp e YouTube para deslegitimar as reivindicações de minorias, justificar o golpe militar de 1964 e a tortura, e associar a corrupção aos “petralhas”. Esse discurso combina elementos de uma “guerra justa” com a retórica da Guerra Fria, transformando adversários políticos em inimigos da pátria, que devem ser eliminados. Essa ideia é simbolizada pelo gesto dos candidatos e seus seguidores, que simulam empunhar uma arma.

2.5.1 Carlos Bolsonaro: o ataque à imprensa

Para justificar a declaração de Jair que associava a vacina contra covid-19 e a infecção por HIV, por exemplo, seus aliados tentaram vincular a afirmação falsa a um artigo da revista *Exame*, datado de outubro de 2020. O próprio Bolsonaro também fez uso do argumento.

Entre os propagadores da teoria, estava o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ). No Twitter, o segundo filho do presidente escreveu que "o meio de comunicação do bem chamado @exame divulga a informação e o atacado é quem leu sua matéria" (Bolsonaro, C. apud Lima, 2021), sugerindo que a revista teria sido a fonte da declaração de Bolsonaro. No entanto, o artigo foi publicado um ano antes da *live*. Na ocasião, Bolsonaro segurava, claramente, uma folha que reproduzia um texto do site *Before It's News*¹ (Lima, 2021).

¹ Before It's News é uma plataforma de notícias na internet que permite que qualquer pessoa se torne um repórter cidadão, contribuindo com notícias e informações diretamente, sem a necessidade de um site ou blog. O site foi criado em resposta à percepção de que a mídia tradicional muitas vezes ignora ou omite fatos importantes, especialmente aqueles que não se encaixam em suas narrativas preferidas. A ideia é permitir que as pessoas compartilhem notícias e histórias sem a interferência dos grandes veículos de mídia, promovendo uma forma de jornalismo impulsionado pelas pessoas e não filtrado. A equipe por trás do site é composta por profissionais experientes em modelos de negócios na internet e sites de alto tráfego. Além disso, o site se posiciona como uma alternativa às mídias sociais e motores de busca que, segundo eles, estão aumentando a censura. O Before It's News convida todos os criadores de conteúdo digital, YouTubers, repórteres cidadãos e denunciante a compartilharem suas histórias livremente com um público global, oferecendo uma audiência de mais de 4 milhões de visitantes mensais. (Before It's News, 2024).

Na época, algumas publicações, com a revista Exame, abordaram um estudo da revista The Lancet, que levantava a hipótese de que vacinas contra a covid-19 que empregam um vetor particular, o adenovírus tipo 5 (Ad5), poderiam ampliar uma maior suscetibilidade à infecção pelo vírus da aids em situações de real exposição ao HIV. Em momento algum, tais revistas afirmaram que essas vacinas poderiam efetivamente induzir o desenvolvimento da aids (Lima, 2021).

A declaração de Carlos Bolsonaro, defendendo seu pai, Jair Bolsonaro, de críticas por compartilhar uma notícia falsa sobre vacinas e HIV, pode ser analisada sob diferentes categorias de análise de discurso (Charaudeau, 2006). Carlos desloca a culpa das consequências das declarações de seu pai para os meios de comunicação que reportaram as falas. Ele sugere que a crítica deveria ser direcionada não a quem fez a declaração (seu pai), mas a quem divulgou a informação (a mídia), tentando negar a responsabilidade de seu pai ao espalhar desinformação.

O filho do então presidente recorre à “estratégia do vago” ao omitir detalhes específicos da matéria ou das acusações, focando apenas na reação à cobertura mediática. Isso lhe permite criticar sem se comprometer com uma refutação detalhada das informações reportadas. Em termos de “condições de credibilidade”, Carlos tenta minar a credibilidade da mídia ao insinuar que a cobertura é tendenciosa ou injusta contra seu pai. Ele sugere que a mídia, ironicamente referida como “do bem”, merece crítica, e não seu pai, que apenas compartilhou a informação.

A “condição de dramatização” é evidente quando Carlos enquadra a situação como um ataque injusto contra seu pai por parte da mídia, dramatizando o evento e pintando seu pai como vítima de uma perseguição. Isso amplifica o impacto emocional da declaração e mobiliza apoio entre os seguidores.

Além disso, Carlos utiliza as “condições de simplicidade”, apresentando o conflito como uma questão de leitura errônea da mídia, em vez de abordar a complexidade da desinformação sobre saúde pública. Ele desvia a discussão do conteúdo falso para a reação da mídia.

Essa análise mostra como Carlos Bolsonaro usa múltiplas estratégias discursivas para defender seu pai de críticas potencialmente sérias e prejudiciais. Ele tenta redirecionar o foco da discussão da validade das afirmações de seu pai para a legitimidade das críticas da mídia.

Apesar dos esforços das entidades ligadas à saúde em desmentir a informação propagada por Jair Bolsonaro na *live*, a alegação falsa foi amplamente reproduzida nas redes bolsonaristas, corroborando a ideia de que relatórios do governo do Reino Unido sugeriam que indivíduos

totalmente vacinados contra a covid-19 estavam desenvolvendo aids em uma velocidade alarmante.

Segundo apuração do “Fato ou Fake”, plataforma de *debunking*² de notícias criado pelo portal G1, em parceria com jornalistas de O Globo, Extra, Época, Valor, CBN, GloboNews e TV Globo, a mensagem falsa compartilhada dizia: "uma comparação de relatórios oficiais do governo sugere que os totalmente vacinados estão desenvolvendo a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida muito mais rápido do que o previsto" (Domingos, 2021).

Ao analisar o conteúdo da *fake news* sob a lente das categorias discursivas de Charaudeau (2006), observamos a aplicação da “palavra de dissimulação”, ao sugerir uma conclusão alarmante baseada em "relatórios oficiais" sem especificar quais são esses relatórios, ocultando a falta de evidência real para a afirmação feita.

Em termos de estratégias discursivas, a “estratégia do vago” é claramente empregada, pois a mensagem deixa os detalhes dos relatórios e a metodologia de comparação não especificados, permitindo que a afirmação seja interpretada de várias maneiras.

Já a “estratégia da razão suprema” é utilizada quando a mensagem se refere a "relatórios oficiais do governo" como fundamento para a afirmação. Tal estratégia invoca uma autoridade inquestionável, sugerindo que a fonte da informação é tão respeitável que as declarações baseadas nela devem ser aceitas sem dúvida. Ao se apoiar em fontes governamentais, a declaração também tenta encerrar o debate ao apresentar a informação como incontestável e fundamentada em uma pesquisa confiável e aceita por uma entidade governamental.

Por outro lado, a “condição de credibilidade” é empregada de forma similar, mas serve a um propósito ligeiramente diferente. Ao mencionar os "relatórios oficiais do governo", a mensagem também busca estabelecer a confiança na veracidade da declaração, sugerindo que a informação provém de fontes respeitáveis e confiáveis. Tal condição é crucial para construir e manter a credibilidade do próprio discurso.

² A prática de *debunking* se destaca como uma especialização dentro do *fact-checking*, focada especificamente em desmentir notícias falsas e rumores que ganham grande circulação (Kotz, Giese e König, 2023). Existe uma diferenciação entre *fact-checking* e *debunking* que se baseia na extensão da intervenção realizada. Enquanto o *fact-checking* está mais associado a organizações de notícias e à verificação de supostas notícias falsas com um olhar voltado para o interesse público, muitas vezes resultando em uma nova notícia produzida pela entidade colaboradora, o *debunking* se dedica a estratégias para identificar e revelar desinformação e *fake news*, com o objetivo de contribuir para a compilação desses conteúdos. O objetivo principal é prevenir a desinformação e esclarecer conteúdos enganosos e conspiratórios (Lewandowsky *et al.*, 2020).

Por fim, a “condição de dramatização” é fortemente utilizada, ao sugerir uma consequência grave e não comprovada da vacinação, buscando provocar uma resposta emocional intensa e medo entre o público.

Este uso combinado de dissimulação, vaguidade, razão suprema, credibilidade e dramatização revela uma tentativa de manipular a percepção pública por meio de apelos emocionais em vez de apresentar uma argumentação baseada em evidências, característica típica de discursos de *fake news* dentro de contextos políticos polarizados.

A propagação de *fake news* pode ser ainda mais nociva ao receber o apoio de veículos de imprensa que, deliberadamente ou não, endossam informações falsas, ampliando seu alcance e potencial de dano. Um exemplo notável dessa prática foi a rádio Jovem Pan, que desempenhou um papel controverso ao espalhar a *fake news* promovida pelo presidente Jair Bolsonaro, que falsamente relacionava a vacinação contra a covid-19 ao desenvolvimento de aids (Lima, 2021).

A jornalista Zoe Martinez, comentarista da Jovem Pan, foi uma das vozes na mídia que repercutiu essa informação enganosa. Martinez, de origem cubana e conhecida por suas posturas críticas alinhadas ao bolsonarismo nas redes sociais, rapidamente se tornou uma aliada do presidente, utilizando sua plataforma para disseminar retórica semelhante. Segundo ela, Bolsonaro “não tirou essa informação da cabeça dele, ele tirou de um jornal”, citando a revista Exame como fonte (Lima, 2021).

2.5.2 Pastor Davi Góes: “tem HIV dentro da vacina”

Outro caso ilustrativo do apoio da rede bolsonarista às falas do ex-presidente ocorreu em dezembro de 2020, quando o pastor Davi Góes, líder do Ministério Canaã em Fortaleza (CE) e um fervoroso defensor de Jair Bolsonaro, veiculou um vídeo alegando que a vacina CoronaVac poderia impactar o DNA dos indivíduos vacinados, levando a doenças como câncer.

Muitas pessoas vão morrer de câncer, achando que foi câncer porque comeu alguma coisa, porque foi hereditário, porque tem família, por causa de um tumor, mas na verdade foi por causa da vacina. Depois que essa substância entrar no nosso organismo vai atingir o nosso DNA, um cientista francês disse que até HIV tem dentro dela. (Góes, D. apud G1, 2020).

A declaração do pastor Davi Góes utiliza várias categorias discursivas, conforme discussão apresentada por Charaudeau (2006). Primeiramente, nota-se a utilização da “palavra de dissimulação”, pois o discurso busca obscurecer os fatos científicos estabelecidos, sugerindo que as vacinas contêm HIV e causam câncer, sem qualquer respaldo de evidências. Além disso,

o recurso à “estratégia da razão suprema” é evidente ao citar a opinião de um suposto “cientista francês”, buscando conferir uma autoridade inquestionável à afirmação, mesmo que a identidade e a credibilidade desse cientista não sejam verificadas.

Outro aspecto marcante é a “condição de dramatização” presente no discurso. A afirmação de que “muitas pessoas vão morrer de câncer” por causa das vacinas é uma forma de dramatizar o impacto supostamente negativo da vacinação, criando um cenário alarmista e apelando para o medo. Paradoxalmente, isso entra em conflito com a “condição de credibilidade”, pois enquanto tenta se apoiar na suposta autoridade de um cientista para ganhar credibilidade, a declaração falha em fornecer provas concretas, diminuindo sua própria confiabilidade.

Por fim, a “estratégia do vago” é utilizada ao não especificar como a vacina afetaria o DNA ou conteria HIV, deixando essas afirmações sem suporte de dados detalhados ou evidências, o que confere ao discurso um caráter especulativo e infundado. Tais estratégias e condições revelam uma tentativa de manipular a percepção pública através do uso de técnicas retóricas que apelam mais às emoções do que à razão científica.

No mesmo vídeo, que circulou amplamente entre os seguidores bolsonaristas nas plataformas de mídia social, o pastor também alegou que nenhum outro lugar no mundo, exceto o estado de São Paulo, por intermédio do seu governador João Doria, havia manifestado interesse na vacina desenvolvida na China. No entanto, na época em que essas afirmações foram feitas, países como Turquia e Indonésia já haviam adquirido doses da CoronaVac, e o Chile estava conduzindo testes com a vacina. Além disso, o pastor afirmou ter “ouvido” essas informações de um cientista que alegou que a vacina continha até o vírus HIV (Yahoo Notícias, 2020).

Ao justificar a declaração com informações atribuídas à comunidade científica, o pastor demonstra que os seguidores de Bolsonaro não questionam a autoridade científica de maneira geral. Em vez disso, eles estabelecem distinções entre o que consideram como ciência legítima (patriótica) e aquilo que veem como ciência ilegítima (convencional).

Nesse sentido, a ciência patriótica é concebida como um modelo científico que está sensível e alinhado com as necessidades da população. Na perspectiva dos apoiadores de Bolsonaro, essa forma de ciência se contrapõe à noção de uma ciência dominante corrupta, que supostamente negligencia tais necessidades em prol de interesses lucrativos (Fonseca, Ribeiro e Nascimento, 2020).

2.5.3 Cantor Leonardo: “é melhor morrer f*dendo”

No entrelaçar da política e da cultura popular brasileira, figuras do entretenimento, como o cantor sertanejo Leonardo, têm revelado um apoio notável da categoria ao bolsonarismo. Em março de 2020, durante um show em Catanduva, São Paulo, Leonardo fez declarações comparando o HIV com o coronavírus, minimizando a gravidade do primeiro ao ironizar sobre o uso de preservativos e máscaras: "Trinta milhões de pessoas no Brasil têm HIV. Trinta milhões. Pra ser sincero, ninguém usa camisinha. Agora 900 casos de... tem que usar máscara! Eu cheguei à conclusão de que a gente morrer f*dendo é melhor que morrer tossindo" (Leonardo apud Istoé, 2020).

Essa comparação, não só desinforma como trivializa a luta contra o HIV/aids, uma questão de saúde pública que exige abordagens sérias e fundamentadas em evidências científicas: Ao explorar a declaração de Leonardo sob as lentes teóricas de Charaudeau (2006), percebemos como essas dimensões do discurso são pertinentes até mesmo fora do cenário político formal.

A declaração do cantor, apesar de originada em um contexto de entretenimento, invade o território do discurso político devido à sua natureza pública e ao seu conteúdo, que toca em questões sensíveis de saúde pública.

Primeiramente, ao minimizar a gravidade de ambas as doenças, Leonardo emprega a “palavra de dissimulação”, redirecionando uma discussão séria para uma comparação humorística e trivial. Essa abordagem não só esquiva das realidades médicas como também cria uma falsa equivalência entre duas crises de saúde pública, potencialmente distorcendo a percepção pública sobre a importância de medidas preventivas.

Ademais, a “estratégia do vago” é evidente, pois Leonardo evita detalhes concretos ou fundamentação científica, optando por uma generalização que apela mais ao emocional do que ao informativo. Há também uma “condição de simplicidade” ao ignorar as complexidades significativas relacionadas ao uso de preservativos e máscaras, simplificando as questões complexas de saúde pública a uma escolha entre "morrer f*dendo" e "morrer tossindo", ignorando os desafios e as respostas necessárias para as crises de saúde.

Leonardo, como uma figura pública amada e seguida por muitos, exerce uma influência considerável, o que ativa a “condição de credibilidade” em suas palavras. Mesmo sem autoridade médica, sua popularidade pode fazer com que suas opiniões sejam levadas a sério,

impactando comportamentos e percepções públicas. Além disso, ao tratar de um assunto de saúde pública de forma leve e humorística, ele explora a “condição de dramatização”, que pode desencorajar a adoção de comportamentos de saúde preventivos ao tratar o uso de máscaras e preservativos como um exagero.

Assim, a declaração de Leonardo, embora não seja formalmente política, carrega implicações políticas significativas devido à sua influência e ao ambiente em que são proferidas. A aplicação das categorias de Charaudeau (2006) revela como a linguagem usada em plataformas influentes pode servir como uma forma de ação política, especialmente quando influencia a percepção pública e comportamentos em temas críticos de saúde pública.

Em diversas ocasiões, Leonardo declarou publicamente o apoio explícito ao então presidente Jair Bolsonaro, como evidenciado por sua presença ao lado de Gustavo Lima no Palácio da Alvorada, durante a campanha de reeleição de Bolsonaro em outubro de 2022 (Uol, 2022). Este ato de endosso não apenas reflete suas preferências políticas, mas também amplifica o alcance do discurso bolsonarista, dado o grande número de seguidores que figuras como Leonardo possuem.

A associação de Leonardo com Bolsonaro e suas declarações polêmicas servem como um microcosmo dos desafios enfrentados na luta contra o HIV/aids no Brasil sob a administração bolsonarista. Ao se aproveitar de sua plataforma para disseminar comparações enganosas, Leonardo não só espalha desinformação, mas também perpetua estigmas associados ao HIV/aids, que podem influenciar negativamente as políticas públicas de saúde.

Este episódio destaca a importância de abordar como o apoio de celebridades à liderança política pode reforçar narrativas prejudiciais e como essas narrativas podem afetar a percepção pública e a formulação de políticas. A análise crítica dessas interações é fundamental para entender as dinâmicas atuais do discurso político e de saúde pública no Brasil, um país que já foi pioneiro no tratamento e na prevenção do HIV/aids, mas que enfrenta novos desafios em um ambiente cada vez mais polarizado.

2.5.4 Renan Bolsonaro: "que pandemia?"

Na sequência, Renan Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, atraiu atenção ao ecoar as declarações controversas feitas pelo cantor Leonardo sobre a covid-19: "Que pandemia? Isso é história da mídia, para achar que o mundo está acabando. Isso é só uma

gripezinha, irmão. Peguei? Passou. Prefiro morrer tossindo do que transando. Não, prefiro morrer transando do que tossindo, foi mal" (Bolsonaro, R. *apud* Quem, 2020).

Os comentários, que minimizam a gravidade da covid-19, comparando-a de forma insensível a outras condições de saúde como o HIV, ressaltam não apenas a interconexão entre influências culturais e políticas no Brasil, mas também o impacto potencialmente perigoso desse tipo de retórica no discurso público e nas políticas de saúde.

Ao analisar a declaração de Renan Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, a partir da categorização de Charaudeau (2006), temos uma compreensão mais profunda das dinâmicas do discurso político envolvidas. Renan questionou a seriedade da pandemia, afirmando que a covid-19 seria apenas uma "gripezinha" e expressando preferência por "morrer transando do que tossindo".

Primeiramente, a “palavra de dissimulação” é claramente utilizada na tentativa de Renan de minimizar a gravidade da covid-19, refletindo um esforço para desviar a percepção pública da real ameaça do vírus. Essa dissimulação também se conecta à “estratégia da razão suprema”, quando a minimização do vírus pode ser vista como uma tentativa de preservar a imagem política do governo, sugerindo que as preocupações globais sobre a pandemia são exageradas.

A “estratégia do vago” é evidente na forma como Renan descreve a pandemia, usando termos genéricos e ambíguos que não refletem a complexidade ou a escala da crise de saúde. Essa estratégia está alinhada com a “condição de simplicidade”, pois a simplificação extrema das questões complexas torna a mensagem facilmente digestível para o público, mas potencialmente perigosa por sua falta de precisão.

Além disso, a “condição de dramatização” é utilizada por Renan através de uma retórica inflamada e provocativa para emocionar e mobilizar a base de apoio do governo, apesar das possíveis consequências negativas para a saúde pública. Já a “condição de credibilidade” de Renan é paradoxalmente reforçada e desafiada aqui; reforçada entre aqueles que já apoiam a perspectiva política de seu pai e desafiada por aqueles que veem suas declarações como irresponsáveis ou desinformadas. Este episódio destaca como a retórica política, especialmente em questões de saúde pública, não apenas reflete posições ideológicas, mas também pode influenciar diretamente as atitudes e comportamentos do público.

Ao aplicar a categorização de Charaudeau (2006), fica evidente que as declarações de Renan Bolsonaro não são meras opiniões pessoais, mas encaixam-se em estratégias discursivas que têm implicações diretas no discurso político e na gestão de crises de saúde pública. Este

tipo de análise ajuda a revelar as camadas subjacentes de como a linguagem é usada no campo político para influenciar, mobilizar e às vezes distorcer, destacando a necessidade de um discurso responsável e fundamentado especialmente em tempos de crise.

O apoio de Renan Bolsonaro a essas ideias é particularmente preocupante. Ao repetir essas palavras, ele não apenas endossa uma visão despreocupada e cientificamente infundada sobre uma crise de saúde pública grave, mas também amplifica essa mensagem através de sua plataforma influente como filho do presidente. Isso reflete uma estratégia política mais ampla, frequentemente observada no discurso bolsonarista, que frequentemente busca descreditar a mídia e os consensos científicos em favor de uma narrativa que apoia suas próprias agendas políticas e ideológicas.

Essa amarração de discursos, tanto do entretenimento quanto da política, revela uma teia complexa onde figuras públicas, com amplo alcance e influência, desempenham um papel crítico na modelagem da percepção pública. No caso de Renan Bolsonaro, suas declarações não só reiteram a retórica de minimização da pandemia promovida por seu pai desde o início, como também podem ser vistas como uma tentativa de fortalecer essa narrativa entre os seguidores do governo.

2.5.5 Ana Paula Valadão: homossexualidade e HIV

Ana Paula Valadão, conhecida cantora gospel e figura influente no meio evangélico, reiterou seu apoio ao presidente Jair Bolsonaro, destacando princípios que ela considera alinhados com suas convicções religiosas (Na Telinha, 2022). Em um contexto marcado por discussões acirradas sobre direitos civis e liberdades individuais, as declarações de Valadão ressoam não apenas no âmbito religioso, mas também no político, ampliando seu impacto na sociedade brasileira.

A artista, que também é pastora na Igreja Batista da Lagoinha, causou controvérsia com suas declarações durante o programa "Diante do Trono", quando afirmou que a aids é uma consequência do pecado cometido pelos LGBTs. Na ocasião, a cantora afirmou:

A Bíblia chama de qualquer opção contrária ao que Deus determinou, de pecado. E o pecado tem uma consequência que é a morte. Taí a aids para mostrar que a união sexual entre dois homens causa uma enfermidade que leva à morte e contamina as mulheres, enfim... Não é o ideal de Deus. (Valadão, A. P apud Altman, 2020a)

Essa afirmação, além de espelhar uma visão extremamente conservadora, reflete uma falta de compreensão científica sobre a doença e ignora os avanços médicos que desassociam o HIV/aids de qualquer juízo moral baseado na orientação sexual.

Na análise das declarações de Ana Paula Valadão sobre a aids e a comunidade LGBTQAPN+, identificamos a aplicação de várias estratégias discursivas e condições que Charaudeau (2006) categoriza, demonstrando como a linguagem religiosa é frequentemente utilizada para influenciar posições políticas e sociais.

A cantora gospel e líder religiosa emprega a “palavra de dissimulação” ao distorcer a realidade do HIV/aids, apresentando-a como uma consequência direta do comportamento homossexual, o que é uma simplificação enganosa e prejudicial. Valadão também utiliza a “estratégia do vago”, evitando entrar em detalhes científicos e médicos, o que permite que perpetue mitos sem necessidade de confrontar dados reais ou avanços na medicina. Além disso, ao apelar para a “estratégia da razão suprema”, ela coloca os preceitos religiosos acima de qualquer evidência científica ou ética, reforçando suas crenças como incontestáveis e finais.

Sua fala é marcada pela “condição de simplicidade”, que reduz complexidades médicas e sociais a uma questão de pecado e moralidade, facilitando a aceitação por parte de seu público que compartilha das mesmas crenças religiosas. Esta simplificação, embora facilite a compreensão, falha em abordar a complexidade da questão e potencializa desinformação.

Com a “condição de credibilidade” que Ana Paula possui dentro de sua comunidade, suas palavras carregam um peso significativo. Sua posição como líder espiritual amplifica o impacto de suas declarações, tornando-as influentes independentemente de sua precisão ou base científica. Por fim, a “condição de dramatização” é evidente quando Valadão vincula dramaticamente a aids ao comportamento homossexual, utilizando a doença como uma ferramenta de medo e persuasão, o que não apenas dramatiza a questão, mas também alimenta preconceitos e medos infundados.

Ao considerar todas essas camadas, fica claro que Ana Paula Valadão usa estrategicamente o discurso para promover uma agenda específica, alinhando crenças religiosas com posições políticas e sociais. Este caso ilustra a complexidade e a responsabilidade envolvidas no uso do discurso público, especialmente por figuras de autoridade em comunidades religiosas, cujas palavras têm o poder de influenciar profundamente as atitudes e as políticas relacionadas a questões críticas de saúde pública e direitos humanos.

Os comentários de Ana Paula Valadão provocaram um amplo repúdio e resultou em acusações formais de LGBTfobia. A Aliança Nacional LGBTI+ e outras organizações emitiram notas condenando suas palavras, comparando-as, inclusive, aos discursos de ódio usados historicamente por figuras como Adolf Hitler (Altman, 2020b). A posição de Valadão, alinhada com o apoio explícito a Bolsonaro, e suas declarações controversas sobre o HIV e a comunidade LGBTAPN+, evidenciam como questões de fé são frequentemente entrelaçadas com as políticas governamentais, especialmente em um país onde a religião desempenha um papel significativo na identidade cultural e política.

2.5.6 O ataque à cantora Anitta: “aidética”

Durante o governo de Jair Bolsonaro, uma outra parte da classe artística brasileira enfrentou uma onda sistemática de ataques e desinformação, particularmente aqueles que publicamente criticaram ou se opuseram à sua administração. Segundo relatórios do Boatos.org, artistas como Caetano Veloso, Daniela Mercury e Zé Vaqueiro foram alvos de notícias falsas similares por suas posições políticas contrárias ao ex-presidente (Matsuki, 2022a).

Um exemplo marcante dessa estratégia de desinformação envolve a cantora Anitta, que se tornou alvo de campanhas difamatórias pela rede bolsonarista após declarar seu apoio a Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições, contrapondo-se a Bolsonaro. Segundo reportagem do "Diário do Centro do Mundo", a cantora tornou-se alvo preferencial da máquina bolsonarista de *fake news*, que utilizava softwares caros para gerar engajamento e viralizar informações falsas (DCM, 2022).

Figura 6 - Vídeo publicado no YouTube com *fake news* sobre “aids de Anitta”

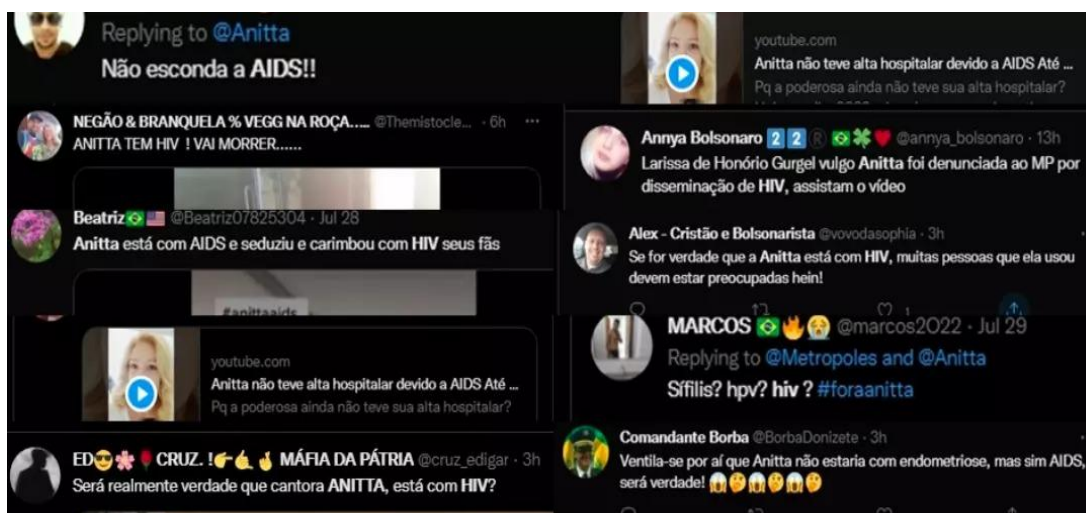


Fonte: DCM, 2022

Uma das *fake news* que se espalhou rapidamente pelas redes sociais alegava que a cantora estaria infectada com o HIV (Matsuki, 2022b). Os ataques também se estenderam para outras plataformas digitais. Canais no YouTube foram criados com nomes ofensivos como "Anitta HIV" e "Anitta Aidética", dedicados a promover falsas alegações sobre sua saúde. Esses canais publicaram mais de 100 vídeos (Figura 6) que difundiam essa narrativa falsa, sem intervenção da plataforma para marcar o conteúdo como inapropriado ou falso (DCM, 2022).

No Twitter (Figura 7), informações falsas sobre a saúde de Anitta frequentemente alcançavam os Trending Topics, ampliando o alcance dessas mentiras. As alegações incluíam que ela teria contraído HIV havia nove anos, se recusado a tratar, e escolhido infectar pessoas aleatoriamente em seus shows (DCM, 2022).

Figura 7 - Repercussão da *fake news* sobre "aids de Anitta" no Twitter



Fonte: DCM, 2022

Além das acusações infundadas sobre sua saúde, Anitta também enfrentou ataques que envolviam aspectos de sua vida pessoal e crenças religiosas. Foi falsamente acusada de integrar uma seita satânica, que sacrificava 40 mil crianças por ano, e de tentar infectar outros homens com HIV (Matsuki, 2022c).

Anitta não teve alta hospitalar devido a AIDS Até quando a Globo irá sustentar a falsa endometriose Pq a poderosa ainda não teve sua alta hospitalar? Hoje em dia, 2022, ninguém morre mais se tiver HIV, pois a medição é muito evoluída. Mas aqueles que abandonam o tratamento, abandonam apenas para ficarem com a carga viral detectável e poderem infectar os outros por maldade. Sabemos que Anitta faz parte do Satanismo e sempre propagou isto na internet, ovacionando a entidade Ekedi, a mesma entidade que Cazuza servia no candomblé. E sabemos também, que a regra da seita Satânica é o sacrifício humano para atingir o sucesso. 40 mil crianças DESAPARECEM por ano, somente no Brasil, e somem sem deixarem rastros [...] Anitta reverenciou a Lúcifer, se vestindo de Baphomed, o Deus da Maçonaria, a representação de

Satanás. Larissa de Honório Gurgel não pensou duas vezes quando trocou Jesus pelo Satanismo e hoje padece pela AIDS. Está é a Deusa a qual os idólatras se ajoelharam com todo amor. Os piores satanistas não são os participantes da seita. Os piores satanistas são os fãs, que vêem e não querem ver, enxergam e não querem enxergar. Mas Jesus já dizia que os idólatras não herdariam o reino dos céus, devido a cegueira da idolatria. (Matsuki, 2022b).

O discurso empregado na *fake news* sobre Anitta utiliza diversas estratégias e palavras identificadas por Charaudeau (2006). Primeiramente, podemos observar a “palavra de dissimulação” no questionamento sobre a veracidade da endometriose de Anitta e na afirmação, sem evidências, de que ela sofre de aids. Essa dissimulação tenta desviar a atenção do público e gerar dúvidas sobre a integridade da artista.

A “estratégia da razão suprema” é utilizada ao invocar uma luta entre o bem e o mal, com referências a Satanismo e sacrifícios humanos. O texto justifica suas acusações extremas com base em uma "razão superior" de proteger a moralidade e a segurança pública, posicionando Anitta como uma antagonista em uma narrativa maniqueísta.

Para construir uma falsa “condição de credibilidade”, o autor afirma que "sabemos" sobre as práticas de Anitta, tentando estabelecer uma verdade aceita pelo público. A utilização de referências a figuras conhecidas como Cazuza, bem como a comparação com estatísticas alarmantes de desaparecimento de crianças, visa aumentar a credibilidade da narrativa, mesmo sem fornecer provas concretas.

A declaração utiliza uma “estratégia do vago” em termos de evidências específicas e científicas para apoiar a correlação entre orientação sexual e a propagação da aids. A falta de detalhes concretos sobre como essa conclusão foi alcançada permite a perpetuação de estereótipos e preconceitos sem base em fatos verificáveis.

A “condição de dramatização” é usada para intensificar a narrativa, com descrições vívidas e alarmantes sobre práticas satânicas, sacrifícios humanos e referências ao sofrimento de Anitta. Isso visa gerar uma resposta emocional forte do público, alimentando o medo e o ódio. Há ainda uma “condição de simplicidade” ao reduzir a causa da aids à orientação sexual entre homens e ao pecado. Essa simplificação facilita a compreensão e aceitação da mensagem para o público, mas omite as nuances e a complexidade dos fatores que realmente influenciam a transmissão do HIV.

Portanto, as estratégias e condições demonstram como a *fake news* sobre Anitta emprega várias técnicas discursivas para manipular a percepção pública e difamar a artista, seguindo os

critérios estabelecidos por Charaudeau (2006). A repercussão dessas *fake news* contra Anitta e outros artistas evidencia a instrumentalização da desinformação como ferramenta política, buscando marginalizar e desacreditar artistas que se posicionam politicamente. Esse fenômeno destaca a necessidade urgente de vigilância e combate à desinformação, protegendo a integridade e a liberdade de expressão dentro da sociedade.

2.5.7 Bolsonaro: “o HIV é uma despesa para o Brasil”

Na contramão dos avanços conquistados no enfrentamento ao HIV desde a década de 90, sobretudo graças aos investimentos públicos na área, Bolsonaro declarou, em 05 de fevereiro de 2020, que "uma pessoa com HIV, além de um problema sério para ela, é uma despesa para todos no Brasil" (Bolsonaro apud Putti, 2020). A afirmação aconteceu quando o ex-presidente defendia a campanha de prevenção à gravidez com base na abstinência sexual, idealizada pela então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves.

A declaração pode ser analisada utilizando as categorias discutidas por Charaudeau (2006). A “condição de simplicidade” é evidente quando Bolsonaro apresenta a situação de forma simplificada, reduzindo as complexidades de tratar o HIV a um aspecto econômico, sugerindo que pessoas com HIV representam um custo financeiro para o Brasil.

A declaração usa “condição de dramatização” ao destacar o HIV não apenas como um problema de saúde, mas como uma despesa significativa, buscando provocar uma resposta emocional sobre o impacto financeiro.

Bolsonaro pode estar utilizando uma estratégia de “palavra de dissimulação” ao desviar a discussão das necessidades de tratamento e apoio para pessoas com HIV para uma questão de custo, potencialmente escondendo uma postura de redução de gastos em saúde.

Esta análise mostra como Bolsonaro utiliza uma combinação de simplificação, credibilidade, dramatização e potencial dissimulação para comunicar uma perspectiva que pode ser vista tanto como pragmática quanto controversa, dependendo das visões do público sobre questões de saúde pública e economia.

Em resposta à declaração de Bolsonaro sobre pessoas com HIV, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e entidades civis promoveram a campanha #EuNãoSouDespesa, com o objetivo de denunciar a fala de Bolsonaro. A hashtag foi impulsionada no Twitter por pessoas que vivem com HIV para repudiar o reforço aos estigmas e preconceitos (Figura 8).

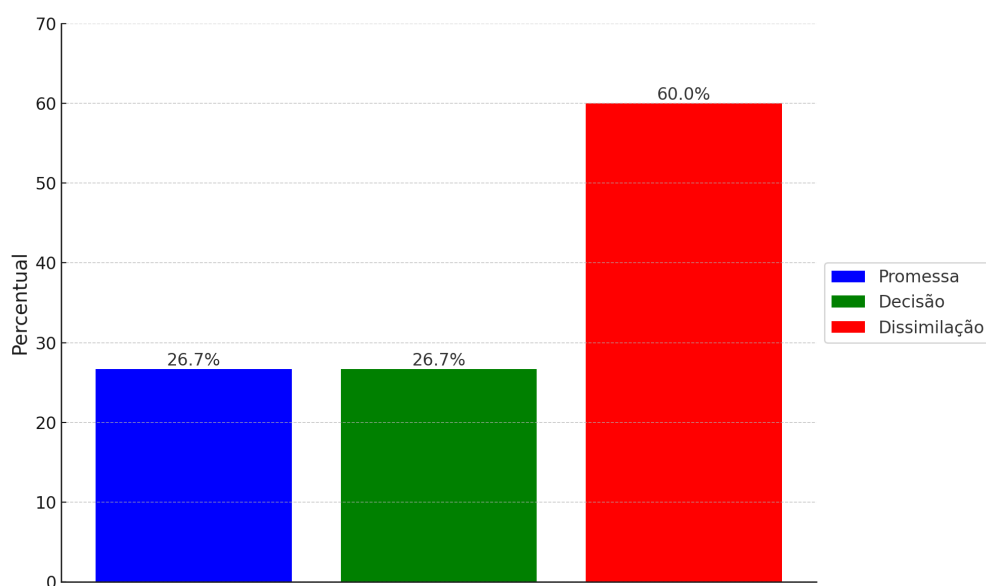
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DAS CATEGORIAS DISCURSIVAS

As declarações analisadas neste trabalho evidenciam um padrão discursivo complexo e multifacetado no que diz respeito ao tratamento da temática do HIV/aids e assuntos correlatos, como o discurso da abstinência sexual, por Jair Bolsonaro, seus apoiadores e fontes de *fake news*.

Utilizando a análise do discurso segundo Charaudeau (2006), podemos categorizar as declarações em diferentes tipos de palavras, estratégias e condições discursivas, cada uma com sua função e impacto específicos. Nas 15 declarações analisadas (Apêndice), as categorias mais frequentes foram a "palavra de dissimulação", a "estratégia do vago", a "condição de credibilidade" e a "condição de dramatização".

No grupo das palavras (Figura 9), a "palavra de dissimulação" foi a mais prevalente, encontrada em 9 das 15 declarações, representando 60% do total.

Figura 9 - Distribuição das Palavras nas declarações sobre HIV/aids



Fonte: Elaborado pelo autor.

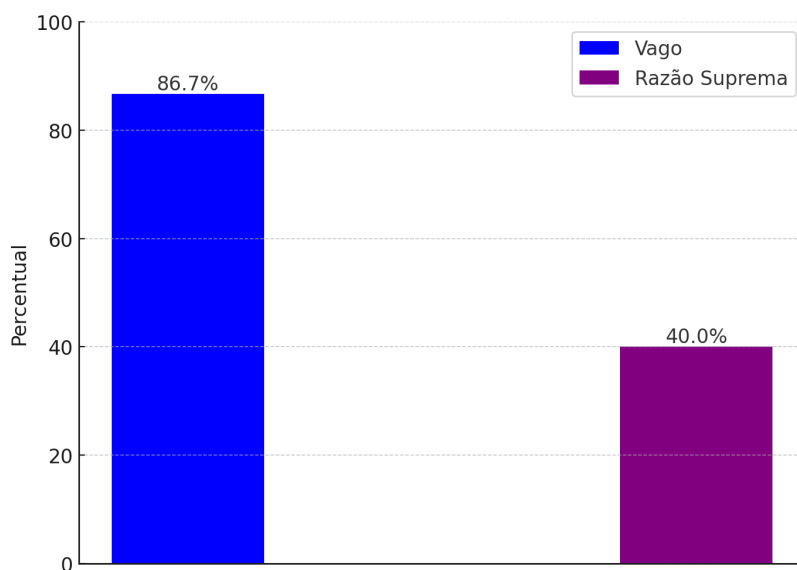
A dissimulação serve para criar ambiguidades, prever críticas e neutralizar efeitos negativos, muitas vezes conduzindo à manipulação ou distorção da verdade. No contexto do HIV/aids, essa estratégia pode ter sido usada para minimizar a gravidade da doença ou desviar a atenção dos fatos científicos (Charaudeau, 2006).

Além disso, a "palavra de decisão" e a "palavra de promessa" apareceram em 4 das 15 declarações, representando 26,7% do total. A "palavra de decisão" é usada para afirmar uma posição de autoridade e resolução, indicando que o orador está tomando uma ação específica ou está determinado a seguir um certo curso de ação. No contexto do HIV/aids, essa palavra pode ser utilizada para transmitir um senso de controle ou para apresentar medidas que pretendem enfrentar a situação, mesmo que de maneira superficial (Charaudeau, 2006).

Enquanto isso, a "palavra de promessa" é usada para garantir ao público que algo será feito no futuro, oferecendo uma visão positiva ou soluções futuras para problemas atuais. No discurso sobre HIV/aids, as promessas podem ser usadas para tranquilizar o público, sugerindo que medidas efetivas serão implementadas, mesmo que essas promessas não sejam sempre cumpridas ou detalhadas (Charaudeau, 2006).

No grupo das estratégias (Figura 10), a "estratégia do vago" foi amplamente utilizada, especialmente em declarações que evitavam compromissos claros ou detalhes específicos, aparecendo em 13 das 15 declarações (86,7%). A vagueza permite aos oradores ajustar suas mensagens conforme necessário, sem se comprometer com uma posição fixa (Charaudeau, 2006). No discurso sobre HIV/aids, essa estratégia facilita a disseminação de incertezas e medos infundados.

Figura 10 - Distribuição das Estratégias nas declarações sobre HIV/aids



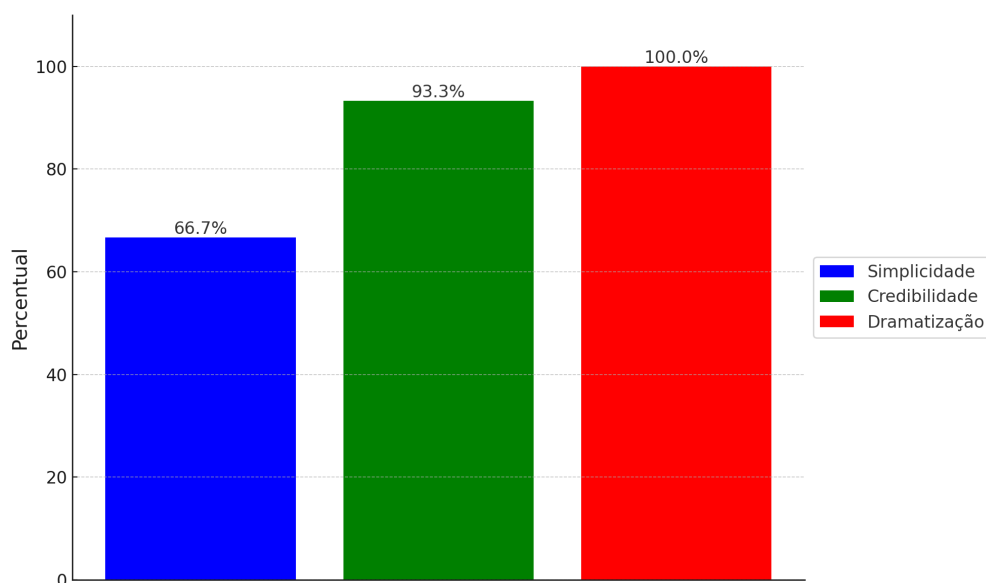
Fonte: Elaborado pelo autor.

A "estratégia da razão suprema" foi encontrada em 6 das 15 declarações, representando 40% do total. Esta estratégia é utilizada para justificar ações ou crenças com base em um princípio considerado superior ou inquestionável, muitas vezes apelando para moralidades ou autoridades maiores (Charaudeau, 2006). No discurso sobre HIV/aids, essa estratégia pode ser usada para justificar certas políticas ou atitudes, apelando para razões consideradas indiscutíveis, como a proteção da moralidade pública ou outros valores considerados fundamentais.

No grupo das condições (Figura 11), a dramatização foi uma técnica comum, usada para intensificar as emoções do público, sendo encontrada em 15 das 15 declarações (100%). Afirmações baseadas na dramatização exageram os riscos ou consequências do HIV/aids apelam ao medo e à ansiedade, moldando percepções negativas sobre a doença e as pessoas afetadas. Em seguida, a "condição de credibilidade" foi a mais frequente, presente em 14 das 15 declarações (80%), utilizada para sustentar declarações controversas ou enganosas, atribuindo-lhes uma aparência de legitimidade e confiança (Charaudeau, 2006).

Além disso, a "condição de simplicidade" apareceu em 10 das 15 declarações, representando 66,7% do total. A "condição de simplicidade" é utilizada para tornar as mensagens mais acessíveis e compreensíveis, simplificando os conceitos e apresentando as informações de maneira direta e fácil de entender (Charaudeau, 2006). No contexto do HIV/aids, essa condição pode ser usada para transmitir ideias complexas de forma simplificada, facilitando a aceitação de certas informações pelo público.

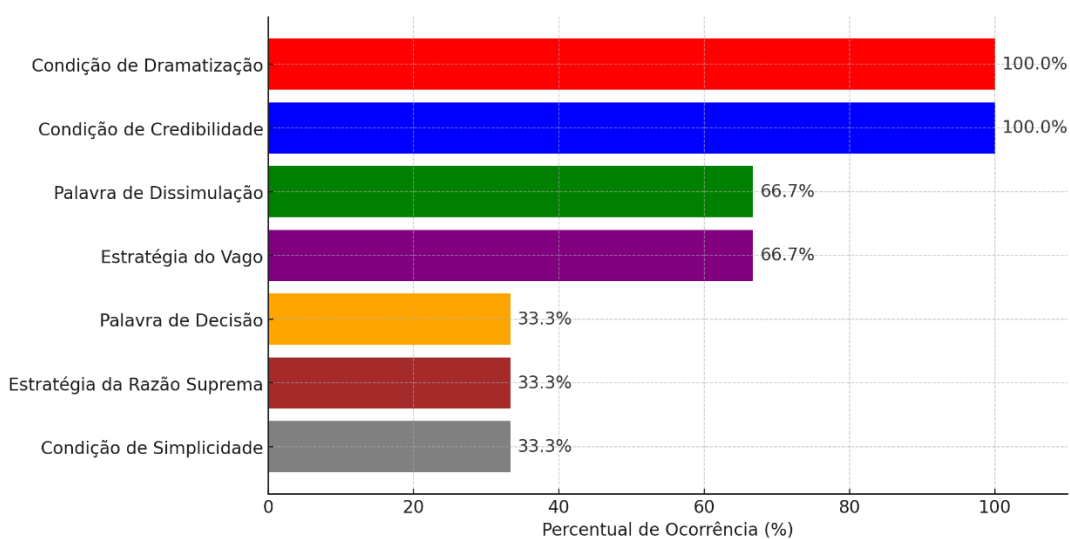
Figura 11 - Distribuição das Condições nas declarações sobre HIV/aids



Fonte: Elaborado pelo autor.

Especificamente no discurso de Jair Bolsonaro (Figura 12), a "condição de dramatização" esteve presente em 100% dos posicionamentos públicos do ex-presidente sobre o tema do HIV/aids. Na sequência, aparece a "condição de credibilidade", presente em 100% das declarações.

Figura 12 - Categorias predominantes no discurso de Bolsonaro sobre HIV/aids



Fonte: Elaborado pelo autor.

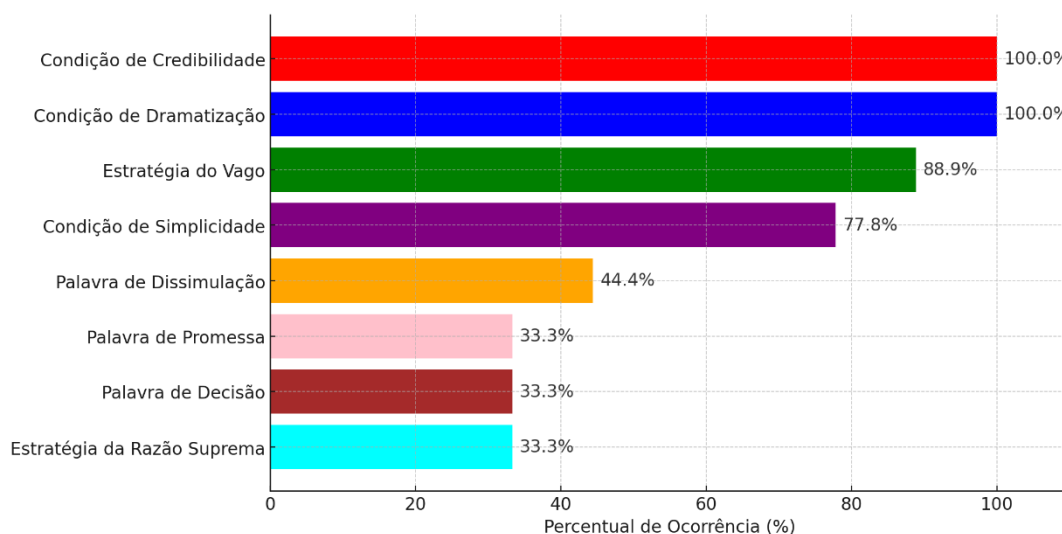
Já a "palavra de dissimulação" e a "estratégia do vago" foram encontradas em 66,7% dos casos. Enquanto isso, a "palavra de decisão", a "estratégia da razão suprema" e a "condição de simplicidade" estiveram presentes em 33,3% das declarações de Bolsonaro.

Isso é evidenciado, por exemplo, na declaração em que Bolsonaro menciona que "uma pessoa com HIV além de um problema sério para ela é uma despesa para todos no Brasil", combinando dissimulação, credibilidade e vagueza para minimizar a gravidade do problema, além de evitar uma posição clara e direta.

Essas categorias predominantes no discurso de Bolsonaro revelam um padrão discursivo que busca manipular a percepção pública através da construção de uma narrativa de autoridade, ocultação de informações críticas e apelo emocional.

Nas declarações dos apoiadores de Jair Bolsonaro sobre HIV/aids (Figura 13), observa-se um padrão discursivo que utiliza diversas estratégias e condições para moldar a percepção pública.

Figura 13 - Categorias predominantes no discurso de apoiadores de Bolsonaro sobre HIV/aids



Fonte: Elaborado pelo autor.

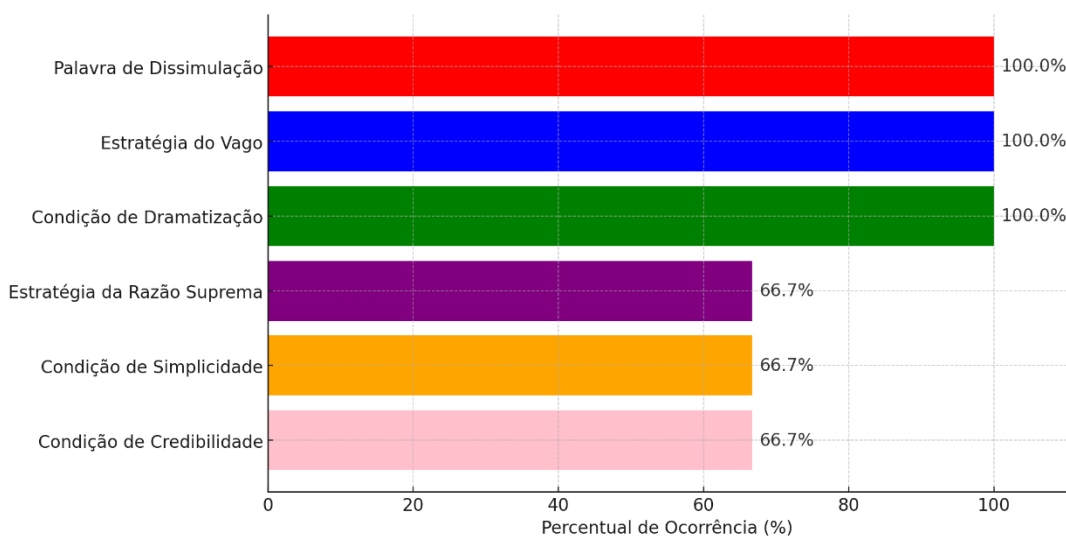
Entre os apoiadores, a "condição de credibilidade" e a "condição de dramatização" são as mais prevalentes, presentes em 100% das declarações. A "estratégia do vago" também se destaca, aparecendo em 88,9% das declarações dos apoiadores.

A "condição de simplicidade" apareceu em 77,8% das declarações, enquanto a "palavra de dissimulação" foi encontrada em 44,4% das declarações. A "palavra de promessa" e a "palavra de decisão" foram ambas utilizadas em 33,3% das declarações. Além disso, a "estratégia da razão suprema" esteve presente em 33,3% das declarações.

Essas categorias predominantes no discurso dos apoiadores de Bolsonaro revelam um padrão discursivo que busca manipular a percepção pública através da construção de uma narrativa de autoridade, ocultação de informações críticas e apelo emocional. Um exemplo disso pode ser visto na declaração de Carlos Bolsonaro em que ele critica a mídia afirmando que "o meio de comunicação do bem chamado @exame...". Esta declaração exemplifica o uso da "palavra de dissimulação" e da "estratégia do vago", buscando desviar críticas e evitar compromissos claros enquanto reforça a narrativa desejada.

As *fake news* analisadas revelam a predominância de certas categorias discursivas que moldam de forma significativa a percepção do público (Figura 14).

Figura 14 - Categorias predominantes no discurso das *fake news* sobre HIV/aids



Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre as categorias mais comuns, destacam-se a "palavra de dissimulação", a "estratégia do vago" e a "condição de dramatização", presentes em 100% das declarações analisadas. Além disso, a "estratégia da razão suprema", a "condição de simplicidade" e a "condição de credibilidade" aparecem em 66,7% das declarações. Estes dados sugerem um padrão deliberado de construção de narrativas que desafiam a clareza e a veracidade das informações.

Assim sendo, o padrão é consistente em todos os grupos analisados (Bolsonaro, apoiadores e *fake news*), indicando uma estratégia coordenada para influenciar a opinião pública e desviar críticas. Ao utilizar essas categorias, os oradores conseguem manter o controle sobre a narrativa, mesmo quando confrontados com informações contraditórias ou críticas.

Em suma, a análise das categorias discursivas nas declarações sobre HIV/aids no contexto bolsonarista revela uma estratégia deliberada de manipulação e controle da narrativa. As ferramentas discursivas identificadas por Charaudeau (2006) são empregadas para moldar percepções e influenciar atitudes, destacando a importância da análise crítica do discurso político na compreensão das dinâmicas de poder e influência na sociedade.

CAPÍTULO 4: DO ACÚMULO DE RETROCESSOS À RECONSTRUÇÃO

“A partir de agora, todas as informações que você buscava aqui serão divulgadas nos perfis oficiais do Ministério da Saúde”. Quem tentou acessar os perfis do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e IST (@ISTAidsHV), a partir do dia 22 de julho de 2019, encontrou essa mensagem nas redes sociais do órgão (Figura 15).

Figura 15 - Última postagem do perfil @ISTAidsHV no Twitter



Fonte: Reprodução Twitter.

O Ministério da Saúde encerrou as páginas sob a justificativa de que os esclarecimentos passariam a ser concentrados em um único perfil da pasta, até então dedicada a divulgar apenas medidas do governo e o dia a dia do então ministro, Henrique Mandetta (Putti, 2019).

Enquanto estiveram ativas, as redes sociais eram responsáveis por publicar dados sobre HIV, aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, com uma média de um post informativo por dia. No governo Bolsonaro, os temas passariam a disputar espaço de publicação com todas as pautas abarcadas pelo Ministério da Saúde.

O próprio Departamento de Doenças de Condições Crônicas e IST foi resultado de um rebaixamento do antigo Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do

HIV/aids e das Hepatites Virais. O novo órgão passou a ser uma coordenação responsável por cuidar também de outras doenças crônicas, como diabetes, hipertensão arterial, doenças cardiovasculares e obesidade. Ou seja, as doenças sexualmente transmissíveis perdem o protagonismo do órgão e são empurradas para o final da fila (como já anuncia o novo nome). O cenário revelou a consolidação do apagamento da memória de uma política pública de incontestável sucesso mundial (Cárdenas, 2022).

As ações dos primeiros meses do governo Bolsonaro já dispararam o alerta vermelho de entidades envolvidas com o enfrentamento do HIV/aids no Brasil, como a Associação Brasileira Interdisciplinar de aids (Abia) e a Sociedade Paulista de Infectologia (SPI). Em nota, o Fórum das ONG/Aids de São Paulo (Foaesp), destacou uma série de retrocessos no âmbito dos direitos humanos durante os primeiros 100 dias da gestão de Bolsonaro (Uol, 2019).

Além dos problemas já citados até aqui, as entidades também mostraram preocupação com o veto do ex-presidente, em abril de 2019, a um projeto de lei que dispensava pessoas aposentadas por invalidez com HIV de fazer novas perícias. De iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 188/2017 (Paim, 2017) recebeu aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal antes de receber o veto presidencial (Agência Aids, 2019).

Na época, o governo alegou que o projeto estabelecia “presunção legal vitalícia de incapacidade, independentemente das circunstâncias peculiares a cada caso e em desconsideração permanente dos avanços da medicina” e, por essa razão, foi vetado (Agência Aids, 2019). No entanto, para as entidades e ativistas, o veto significava, na verdade, a criação de mecanismos que ameaçavam a aposentadoria de pessoas com HIV/aids.

O veto foi derrubado pelo Congresso Nacional no dia 11 de junho de 2019 (Câmara dos Deputados, 2019). Na semana seguinte, a Lei 13.847/19 foi promulgada no Diário Oficial da União, dispensando a reavaliação pericial à pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez (Brasil, 2019). A lei foi uma exceção para a garantia de direitos de pessoas vivendo com HIV conquistada no governo Bolsonaro, mas contrária aos interesses do ex-presidente.

Também foi motivo de preocupação a nova Política Nacional de Drogas, assinada pelo Decreto nº 9.761 de 2019 (Brasil, 2019). O foco deixava de ser a redução de danos, como a disponibilização de seringas descartáveis, para a promoção da abstinência. Um aspecto crucial envolvia o estímulo, incluindo incentivos financeiros, às denominadas comunidades

terapêuticas. Muitas dessas comunidades possuem vínculos com instituições religiosas e suas taxas de eficácia são alvo de questionamento por especialistas no campo da saúde (Uol, 2019).

Em dezembro de 2020, um atraso no processo de licitação no âmbito do Ministério da Saúde deixou milhares de pessoas sem acesso à genotipagem, um exame fundamental no tratamento contra o HIV e a hepatite C. Os exames eram realizados na rede pública de saúde desde 2015 pela empresa Centro de Genomas, mas o contrato vigente venceu em novembro de 2020. O Ministério da Saúde só informou a suspensão depois que o contrato com a empresa já tinha acabado (Jornal Nacional, 2020).

Segundo a pasta, em 7 de outubro do mesmo ano, ocorreu um pregão eletrônico para escolher uma nova empresa. Entretanto, o processo licitatório fracassou, pois, a empresa vencedora não conseguiu apresentar todos os documentos exigidos no edital. O ministério não explicou por que deixou o pregão para a última hora, correndo o risco de interromper a oferta do exame (Jornal Nacional, 2020). À época, cerca de 920 mil pessoas viviam com HIV no Brasil e mais de 600 mil estavam em tratamento (Brasil, 2022).

Um artigo publicado na página oficial da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) denunciou que em 2021, até o mês de setembro, a distribuição de preservativos pelo Ministério da Saúde não alcançou metade das 468 milhões de camisinhas ofertadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em comparação com o ano de 2019. Em 2020, foram distribuídos 115 milhões de preservativos a menos do que o ano anterior (Scheffer e Rosenthal, 2021).

O apagamento também se estendeu para a população LGBTQIAPN+, considerada um público-chave para prevenção e tratamento do HIV/aids. No mês de março de 2022, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com uma ação civil pública no âmbito da Justiça Federal do Acre, com o intuito de obrigar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a adicionar, no Censo 2022, questões sobre identidade de gênero e orientação sexual.

À época, o IBGE alegou que a exclusão seguia o modelo censitário adotado por países como Inglaterra, Nova Zelândia e Estados Unidos, que não têm esses dados nos respectivos levantamentos. Questionado pela GloboNews, o órgão informou que as perguntas sobre gênero eram consideradas “invasivas” (BONFIM, 2021). O posicionamento estava na contramão das recomendações de especialistas em saúde pública que defendem a inclusão de questões sobre orientação sexual e identidade de gênero para traçar políticas de prevenção do HIV/aids (Scheffer e Rosenthal, 2021).

O apagão nos programas de prevenção à aids pode ser evidenciado também pelo baixo investimento em campanhas de conscientização sobre o vírus HIV durante o governo Bolsonaro. É o que mostra um levantamento divulgado por Scheffer (2022), em seu blog Política&Saúde, com base em faturas pagas a agências de publicidade e veículos de comunicação. Os dados foram obtidos via Lei de Acesso à Informação, em demanda formulada pelo blog ao Ministério da Saúde.

De acordo com os dados apresentados, em 2021, a alocação de recursos do Ministério da Saúde para campanhas de prevenção do HIV foi de apenas R\$100.098,00 (cem mil e noventa e oito reais). Essa quantia representa meros 0,6% do montante investido há mais de duas décadas, em 1998, dado mais antigo acessível. Naquela época, os investimentos totalizaram R\$16,5 milhões, já ajustados pela inflação.

No que tange aos últimos três governos, o investimento mais alto destinado a campanhas de combate à aids foi registrado em 2018, durante a administração do ex-presidente Michel Temer, com um valor de R\$22 milhões, pouco acima dos gastos durante o governo Dilma Rousseff em 2015 (R\$20,1 milhões).

Entretanto, há uma queda acentuada de investimentos já no início do governo Bolsonaro. Em 2019, o Ministério da Saúde direcionou R\$14,8 milhões, valores em grande parte comprometidos ainda durante a gestão anterior. No ano de 2020, o primeiro sob o Orçamento da União proposto pelo governo bolsonarista, a queda foi ainda mais drástica: somente R\$3,9 milhões foram direcionados para a promoção oficial contra o HIV, o que equivale a um quarto do valor de 2019 (Scheffer, 2022).

Outros dados divulgados pela Ouvidoria do Ministério da Saúde, via Lei de Acesso à Informação, a pedido para a presente pesquisa, mostram um panorama dos investimentos destinados à aquisição de medicamentos antirretrovirais para o tratamento do HIV no Brasil nos últimos anos. Durante o governo de Jair Bolsonaro, entre 2020 e 2022, observa-se uma variação significativa nos valores autorizados e executados (Brasil, 2024a).

Em 2020, o orçamento autorizado foi de aproximadamente R\$ 1,76 bilhão, com execução quase integral desse valor. Em 2021, ainda sob a gestão Bolsonaro, o valor autorizado e executado foi ligeiramente menor, em torno de R\$ 1,75 bilhão, representando uma redução de 0,8% em relação ao ano anterior. Em 2022, o montante autorizado e executado caiu para cerca de R\$ 1,55 bilhão, uma diminuição de 11,2% em comparação com 2021, refletindo a política de redução orçamentária que caracterizou esse período (Brasil, 2024a).

Além das restrições orçamentárias e da redução nas campanhas de conscientização, a distribuição de autotestes para HIV também mostrou variações durante a gestão Bolsonaro, conforme dados disponibilizados pelo Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis, que oferece registros a partir de 2021. Nesse ano, foram distribuídos cerca de 358.223 autotestes em todo o país. Em 2022, o número caiu para 353.066 unidades, representando uma redução de 1,4% em relação ao ano anterior e refletindo, mais uma vez, sinais das políticas de contenção adotadas (Brasil, 2024b).

O levantamento revela ainda variações significativas na distribuição de testes rápidos para HIV pela rede pública ao longo dos anos. Em 2018, antes da gestão Bolsonaro, o SUS distribuiu mais de 13,8 milhões desses testes em todo o país (Brasil, 2019). Contudo, em 2020, esse número caiu para 7,3 milhões, representando uma queda de aproximadamente 47%. Em 2021, a distribuição voltou a crescer, atingindo 12,5 milhões de unidades, embora ainda estivesse cerca de 9,4% abaixo do total de 2018. Somente em 2022, a distribuição superou os níveis de 2018, com 16,5 milhões de testes enviados aos estados, um aumento de aproximadamente 19,6% em relação ao recorde anterior (Brasil, 2024b).

A distribuição de preservativos masculinos apresentou uma tendência mista ao longo dos últimos anos. Em 2019, foram distribuídos aproximadamente 468 milhões de preservativos masculinos em todo o país, com orçamento aprovado no ano anterior, durante a gestão Temer. Em 2020, já sob o governo de Jair Bolsonaro, os dados disponíveis estão incompletos, dificultando uma comparação mais precisa. Em 2021, a distribuição caiu para 341,8 milhões de unidades, representando uma queda de aproximadamente 27% em relação a 2019. Em 2022, foram distribuídos 413 milhões de preservativos masculinos. Embora esse número represente um aumento em relação ao ano anterior, ainda foi cerca de 11,7% menor do que o total distribuído em 2019 (Brasil, 2024b).

No que se refere aos preservativos femininos, os dados revelam uma trajetória mista ao longo dos anos, refletindo oscilações nas políticas de saúde pública. Em 2019, foram distribuídas aproximadamente 10,7 milhões de unidades. Em 2020, sob o governo Bolsonaro, essa quantidade aumentou para cerca de 15,5 milhões de unidades, representando um crescimento de 44,9% em relação ao ano anterior. Em 2021, ainda durante a gestão Bolsonaro, houve uma redução, com 13 milhões de unidades distribuídas, uma diminuição de 16,1% em comparação a 2020. No ano seguinte, em 2022, o número de preservativos femininos distribuídos continuou a cair, totalizando 7,4 milhões de unidades, o que representa uma redução de 43,1% em relação ao ano anterior (Brasil, 2024b).

Esses dados apontam para um esforço inicial de ampliação na distribuição de preservativos femininos durante a gestão de Bolsonaro, seguido de uma queda gradual, principalmente nos últimos dois anos da administração. Essa variação pode sugerir um enfraquecimento progressivo da política de prevenção direcionada ao público feminino.

Além dos cortes durante o próprio governo, o ex-presidente Jair Bolsonaro também deixou uma herança indigesta para a gestão seguinte. Isso porque o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) para 2023, elaborado pelo seu governo, previu uma redução de R\$407 milhões nos recursos destinados à prevenção, controle e tratamento de HIV/aids e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). O valor equivale a uma queda de 17,4% do orçamento previsto para 2022, último ano do governo Bolsonaro (Diadorim, 2022).

Segundo reportagem publicada pelo Estadão, as restrições orçamentárias promovidas pelo governo de Jair Bolsonaro no Ministério da Saúde para 2023, visando alocar fundos para o orçamento secreto, impactaram negativamente 12 programas pertencentes à pasta. Isso inclui o programa de distribuição de medicamentos para o tratamento de doenças como a aids, infecções sexualmente transmissíveis e hepatites virais (Frazão, 2022).

Diante dos desafios impostos à Política Nacional de DST/aids, o Instituto Multiverso publicou uma carta de repúdio com o apoio de comunicadores e ativistas de Direitos Humanos contra os cortes no orçamento do programa de HiV/aids pelo governo de Jair Bolsonaro. O documento destaca que a redução dos investimentos “coloca em risco a saúde e a vida de mais de 1 milhão de pessoas que vivem com HIV no Brasil” e que o governo de Bolsonaro “brinca com a população e ri na cara de milhões de brasileiros, violando a Constituição Federal que garante o direito à saúde” (Multiverso apud Agência Aids, 2022).

Essas medidas, somadas à suspensão da cartilha "Homens Trans: vamos falar sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis", da “Caderneta de saúde da adolescente”, ao apoio à campanha de abstinência sexual e às declarações do ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores contribuíram para um cenário de deterioração da Política Nacional de DST/aids no Brasil. O sucateamento dessa política tem gerado preocupações entre profissionais de saúde, ativistas e organizações da sociedade civil, que enxergam um retrocesso nas conquistas alcançadas ao longo das décadas de combate à epidemia de HIV/aids.

Conforme discutido por Benesch (2023), o discurso perigoso, caracterizado por retóricas inflamadas e frequentemente disseminado em períodos de instabilidade política, tem

demonstrado um impacto substancial na desestruturação de políticas públicas anteriormente consolidadas.

Esse fenômeno é particularmente evidente nas políticas de HIV/aids no Brasil durante a administração Bolsonaro. A repetição de narrativas estigmatizantes e discriminatórias em um contexto já fragilizado pela polarização política e social contribuiu para enfraquecer as estruturas de apoio e prevenção, levando a um retrocesso alarmante nos esforços de combate ao HIV/aids.

O impacto negativo é uma manifestação clara de como discursos perigosos, quando empregados sistematicamente por figuras de autoridade, podem corroer as bases de políticas públicas essenciais para a saúde pública. O desmantelamento de programas de prevenção ao HIV e de tratamento acessível, sob a administração de Bolsonaro, ilustra o poder destrutivo de tais discursos e a necessidade urgente de contramedidas eficazes para preservar os avanços conquistados em décadas de luta contra a aids.

A saída de Jair Bolsonaro do governo brasileiro em 2023 marcou o início de um período de reestruturação nas políticas públicas de saúde, especialmente no enfrentamento ao HIV/aids. Durante seu mandato, o Brasil enfrentou retrocessos consideráveis, que impactaram negativamente o combate à epidemia. A gestão subsequente, sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), vem buscando mudanças com o objetivo de resgatar o protagonismo do país na resposta ao HIV/aids, alinhando-se novamente com as melhores práticas internacionais e fortalecendo as políticas de saúde pública (CNS, 2022).

Nos primeiros nove meses de 2023, o Ministério da Saúde investiu cerca de R\$1,7 bilhão em medicamentos para HIV, superando em R\$157 milhões o total aplicado durante todo o ano de 2022. Entre as ações destinadas a eliminar a epidemia, destaca-se a retomada do tratamento para mais de 140 mil pessoas vivendo com HIV ou aids, que foram prejudicadas em 2022, e a criação da Comissão Nacional de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis, a Cnaids, com o objetivo de facilitar o diálogo entre o governo e a sociedade civil (Agência GOV, 2023).

A reincorporação de práticas como autorização de testes rápidos em farmácias para detecção de HIV, hepatites virais, sífilis e ISTs (Agência Aids, 2024a) e a oferta da profilaxia pré-exposição (PrEP), incluindo a introdução de novas tecnologias como a PrEP injetável, foram algumas das ações implementadas para melhorar a resposta à epidemia (CNN Brasil, 2023).

Outro avanço significativo foi a incorporação de novos medicamentos ao Sistema Único de Saúde (SUS), aprovada pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (CONITEC). Esses medicamentos, voltados para o tratamento de infecções oportunistas em pessoas vivendo com HIV/aids, representam um passo importante na melhoria dos cuidados de saúde oferecidos a essa população, especialmente após um período em que tais avanços foram mais limitados (Agência Aids, 2024b).

O governo também ampliou o acesso a novos tratamentos, como medicamentos em dose única que facilitam a adesão ao tratamento antirretroviral. Um exemplo notável é o medicamento Dovato, que combina dois antirretrovirais (dolutegravir e lamivudina) em um único comprimido diário. Essa simplificação do tratamento é vista como um avanço significativo, pois melhora o conforto dos pacientes e aumenta as chances de adesão ao tratamento, ajudando a reduzir o esquecimento das medicações (Peixoto, 2024).

No campo da comunicação em saúde, as campanhas públicas voltadas para a prevenção ao HIV foram reformuladas para adotar uma abordagem mais inclusiva e diversa. Durante o Carnaval de 2023, por exemplo, as campanhas de prevenção ao HIV foram comemoradas por ativistas por sua comunicação eficaz, buscando alcançar diferentes grupos da população sem estigmatizá-los (Agência Aids, 2023).

O Brasil também voltou a se engajar mais ativamente em organismos internacionais de saúde, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids (UNAIDS). A participação do país em fóruns globais e a apresentação de modelos inovadores de fornecimento contínuo de testes para HIV e outras ISTs demonstram um esforço para compartilhar e aplicar boas práticas internacionais no enfrentamento da epidemia (Agência Aids, 2024c).

Um relatório divulgado em 2023 pelo Programa Conjunto da ONU sobre HIV/Aids (UNAIDS) revela que o Brasil atingiu uma das três metas estabelecidas para eliminar a epidemia de aids até 2030. Segundo o relatório, 88% das pessoas vivendo com HIV no Brasil já foram diagnosticadas, 83% estão em tratamento antirretroviral, e 95% daqueles em tratamento conseguiram suprimir a carga viral. A meta global é que esses indicadores alcancem 95% em cada categoria. No entanto, o UNAIDS destaca que o país ainda enfrenta desafios significativos, especialmente devido às desigualdades que limitam o acesso de pessoas vulneráveis aos recursos necessários para a prevenção e tratamento do HIV (ONU News, 2023).

Um estudo conduzido pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) avaliou o impacto da pandemia de Covid-19 nos indicadores de diagnóstico e mortalidade por HIV/aids no Brasil durante os anos de 2020 e 2021. A pesquisa revelou uma diminuição significativa no número de novos diagnósticos de HIV/aids, com uma redução de 22,4% em 2020 e 9,8% em 2021. Ao mesmo tempo, houve um aumento alarmante na mortalidade associada ao diagnóstico tardio, que passou de 6,9% em 2020 para 13,9% em 2021, com alguns estados apresentando aumentos superiores a 87% (Andrade, *et al.*, 2023).

Esses resultados destacam o grave impacto que a pandemia de Covid-19 teve nas estratégias de controle do HIV/aids no Brasil, interrompendo o progresso anterior e exacerbando as desigualdades regionais no acesso ao diagnóstico e ao tratamento. Nesse sentido, o estudo destaca a urgência de reorganizar e fortalecer os programas de controle de doenças infecciosas para mitigar os impactos negativos da pandemia, prevenindo uma deterioração ainda maior da situação. Além disso, sublinha a importância de implementar respostas comunitárias e políticas de saúde pública mais robustas, capazes de enfrentar os desafios emergentes com maior eficácia (Andrade, *et al.*, 2023).

As políticas de enfrentamento ao HIV no Brasil enfrentam desafios significativos, incluindo a ampliação do acesso à Profilaxia Pré-exposição ao HIV (PrEP) e à Profilaxia Pós-exposição ao HIV (PEP), que ainda é desigual entre diferentes grupos populacionais, como jovens e mulheres cis e trans. A cobertura da testagem para ISTs bacterianas, como sífilis, gonorreia e clamídia, também permanece insuficiente, com barreiras tanto no sistema público quanto no privado para a realização de testes de PCR, necessários para um diagnóstico preciso (Vasconcelos, 2024).

Além disso, há uma necessidade urgente de implementar novas tecnologias, como a PrEP injetável de longa duração, para melhorar a adesão ao tratamento, particularmente entre os grupos mais vulneráveis. A disponibilidade limitada de vacinas para ISTs no SUS também representa um obstáculo importante para a prevenção e controle dessas infecções. Esses desafios evidenciam a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e eficazes para lidar com a epidemia de HIV/aids no país (Vasconcelos, 2024).

Outro desafio é o aumento da incidência de HIV e sífilis entre jovens do sexo masculino, especialmente na faixa etária de 15 a 29 anos, conforme apontam os dados do Ministério da Saúde (Campos, 2023). Este grupo específico tem mostrado uma tendência crescente de infecções, indicando uma necessidade urgente de reforçar as campanhas de conscientização e prevenção voltadas para essa população.

Além disso, há uma preocupação crescente com a diminuição do uso de preservativos, que tem contribuído para a alta prevalência de ISTs. Outro desafio importante é a necessidade de ampliar a cobertura vacinal contra o HPV, especialmente entre os meninos, onde a adesão ainda está muito aquém do ideal (Campos, 2023).

Esses desafios ressaltam a importância de políticas públicas eficazes e integradas, que não só promovam o acesso a métodos preventivos e diagnósticos, mas também abordem as desigualdades no acesso à saúde, garantindo que os avanços no combate ao HIV e outras ISTs sejam amplamente disseminados e acessíveis a todas as populações vulneráveis.

A análise das políticas de enfrentamento ao HIV/aids no Brasil pós-2023 revela a importância de um sistema de saúde robusto e de políticas públicas eficazes para a proteção da saúde da população. Esse contexto também nos leva a refletir sobre os desafios em outras áreas da saúde pública, como a cobertura vacinal, que passou por retrocessos significativos.

Nos últimos anos, o Brasil enfrentou desafios consideráveis em relação à cobertura vacinal, especialmente durante a presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022). Durante esse período, observou-se uma queda acentuada nas taxas de vacinas, atribuída a uma combinação de fatores, como a disseminação de desinformação, cortes em programas de saúde pública e o impacto da pandemia de Covid-19, que desestabilizou sistemas de saúde globalmente (Seara-Morais *et al* 2023; Ricard e Medeiros, 2020).

Desde 2016, a cobertura vacinal no Brasil começou a apresentar sinais preocupantes de declínio, atingindo em 2021 a menor taxa em duas décadas. Apenas 60% da população-alvo foi imunizada contra doenças anteriormente controladas, como poliomielite e sarampo. Especificamente, a cobertura da vacina contra a poliomielite caiu de 96,5% em 2012 para alarmantes 67,6% em 2021. Essa queda expôs a população, especialmente as crianças, ao risco de doenças graves, como demonstrado pelo reaparecimento de surtos de sarampo (Portal do Butantan, 2022).

Durante o governo Bolsonaro, a desconfiança nas vacinas foi alimentada por discursos e políticas que minimizaram a gravidade de doenças como a Covid-19, criando um ambiente que facilitou o avanço do movimento antivacina. Um estudo de Seara-Morais *et al* 2023 indica que a adesão à vacinação foi significativamente menor em municípios onde a proporção de eleitores de Bolsonaro era mais elevada, evidenciando a influência política nas taxas de vacinação.

Segundo Ricard e Medeiros (2020), a disseminação de desinformação, coordenada por uma estrutura apelidada de "Gabinete do Ódio", ligada ao gabinete da Presidência, promoveu mensagens que minimizavam a gravidade da pandemia, desacreditavam medidas de isolamento social e atacavam figuras públicas que defendiam uma abordagem baseada na ciência. A utilização de redes sociais e a propagação de informações falsas sobre tratamentos e vacinas foram identificadas como centrais nessa campanha de desinformação, que buscava proteger interesses econômicos e políticos em detrimento da saúde da população.

A partir de 2023, com a nova administração no Ministério da Saúde, observou-se uma recuperação nas taxas de vacinação infantil no Brasil. Dados indicam que 13 das 16 vacinas do calendário infantil apresentaram aumento na cobertura em comparação a 2022, com destaque para as vacinas contra poliomielite, pentavalente e tríplice viral, que tiveram uma média de aumento de 7,1 pontos percentuais (Brasil, 2024).

Essa recuperação é atribuída ao lançamento do Movimento Nacional pela Vacinação, que buscou conscientizar a população sobre a importância da imunização, além de implementar estratégias adaptadas às realidades locais. O Brasil também saiu da lista dos 20 países com mais crianças não vacinadas, segundo dados do Unicef e da OMS, demonstrando o impacto positivo das novas políticas adotadas (Unicef, 2024).

Assim como no caso do enfrentamento ao HIV/aids, a trajetória da cobertura vacinal no Brasil evidencia o impacto profundo das políticas públicas e do discurso governamental sobre a saúde pública. A queda drástica na cobertura vacinal durante o governo Bolsonaro e o esforço subsequente para recuperar essas taxas ressaltam a importância de uma liderança comprometida e de políticas baseadas em evidências científicas. A recuperação observada em 2023 é encorajadora, mas reforça a necessidade contínua de vigilância e esforços sustentados para garantir que as lições do passado recente sejam levadas em consideração nas futuras estratégias de saúde pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário da política de enfrentamento ao HIV/aids no Brasil passou por profundas transformações e desafios durante os anos do governo Jair Bolsonaro. O discurso e as ações do presidente geraram impactos significativos na condução das políticas de prevenção, tratamento e direitos das pessoas vivendo com HIV/aids. A análise dos diferentes aspectos desse contexto revela a complexidade e as implicações das escolhas políticas no âmbito da saúde pública e dos direitos humanos.

A análise das declarações sobre HIV/aids revela uma estratégia discursiva deliberadamente manipuladora, que emprega ferramentas retóricas para moldar percepções e influenciar atitudes, destacando a importância crítica da análise do discurso político para a compreensão das dinâmicas de poder e influência na sociedade.

O governo Bolsonaro destacou-se pelo uso de categorias discursivas como a "palavra de dissimulação", a "estratégia do vago", e a "condição de dramatização", que foram identificadas em 100% das declarações analisadas. Essas manobras discursivas foram complementadas por uma "estratégia da razão suprema", pela "condição de simplicidade", e pela "condição de credibilidade", presentes em 66,7% das declarações.

Essas ferramentas discursivas foram utilizadas para construir uma narrativa que desafia a clareza e a veracidade das informações, com o objetivo de manipular a percepção pública e evitar críticas diretas ou responsabilidades. Ao empregar tais estratégias, os discursos de Bolsonaro e seus apoiadores conseguiram manter o controle sobre a narrativa, mesmo quando confrontados com informações contraditórias ou críticas. Tal controle narrativo foi crucial para manter a influência sobre a percepção pública, mesmo diante de evidências contrárias ou críticas fundamentadas.

Deste modo, o cenário da política de HIV/aids no país passou por desafios significativos, refletindo a complexidade e as implicações das escolhas políticas em um ambiente marcado por *fake news* e um nocivo conservadorismo. A desconstrução das políticas de prevenção ao HIV, juntamente com a disseminação de informações falsas e estigmatizantes, corroeu as bases das políticas públicas essenciais para a saúde pública, sublinhando a urgência de contramedidas eficazes para preservar os avanços conquistados em décadas de luta contra a aids.

Nesse sentido, a continuidade e eficácia das políticas de enfrentamento ao HIV/aids no Brasil estão intrinsecamente ligadas à qualidade do discurso público e político, exigindo um

compromisso contínuo com a proteção da saúde e dos direitos de todos os cidadãos, em face dos desafios impostos por narrativas politicamente e ideologicamente carregadas.

O governo Bolsonaro criou dificuldades em relação à continuidade e eficácia das políticas de enfrentamento ao HIV/aids no país. A ascensão do discurso bolsonarista coincidiu com a adoção de medidas que sinalizaram um afastamento de abordagens baseadas em evidências científicas, direitos humanos e saúde pública. As declarações controversas, que incluíram minimização do impacto do HIV/aids, associações infundadas com outras doenças e disseminação de informações falsas, podem ter ainda, de forma subjetiva, contribuído para reforçar estigmas e preconceitos associados ao vírus e à doença.

A compreensão da política de HIV/aids no governo Bolsonaro também passa pela análise da relação entre o discurso presidencial, a população e as instituições de saúde. O fenômeno das *fake news*, impulsionado pela disseminação de informações falsas e distorcidas, podem afetar não apenas a percepção da sociedade em relação ao HIV/aids, mas também a confiança nas instituições e nas informações oficiais. Apropriações seletivas de dados e a desvalorização da ciência resultaram em ambientes de incerteza e polarização.

O sucateamento gradual da Política Nacional de DST/aids por meio de ações como o redirecionamento de foco, o apagamento de informações e o corte de investimentos também trouxe implicações significativas para a prevenção e o tratamento do HIV/aids. A redução de recursos destinados a campanhas de conscientização, o descaso com a distribuição de preservativos e a falta de continuidade em ações bem-sucedidas do passado fragilizaram a estrutura que vinha sendo construída ao longo de décadas.

Dentre os retrocessos, o redirecionamento do foco para a abstinência sexual como estratégia de prevenção da gravidez e das doenças sexualmente transmissíveis merece atenção especial, sobretudo pelo viés religioso enraizado. Essa abordagem contraria as evidências científicas e suscita preocupações de especialistas e ativistas, que destacam a importância de estratégias mais abrangentes e baseadas na ciência para superar as questões complexas relacionadas à saúde sexual e prevenção do HIV/aids.

As consequências dessas transformações não se restringem apenas ao campo da saúde. O discurso e as ações do governo Bolsonaro também podem gerar implicações sociais e políticas mais amplas, como o reforço de estigmas, a erosão da confiança nas instituições e o enfraquecimento dos mecanismos de participação e controle social.

É importante destacar algumas limitações inerentes à pesquisa e à discussão apresentadas até o momento. A análise depende das fontes disponíveis até a data da pesquisa, especialmente em veículos da grande imprensa, sem descartar possíveis vieses políticos na interpretação dos eventos, ou seja, na maneira como são apresentados e avaliados. No entanto, o estudo se esforçou para considerar o compromisso ético e os princípios fundamentais de imparcialidade e compromisso com a verdade dos fatos que guiam o jornalismo responsável.

Ao explorar a interseção entre o discurso de ódio e o discurso político, esta dissertação destaca como ambos operam dentro de contextos de poder e influência social, afetando significativamente tanto a comunicação pública quanto a formulação de políticas. A análise do discurso de ódio mostra como ele pode polarizar e instigar comportamentos discriminatórios, enquanto o discurso político manipula o poder de maneira que busca legitimar autoridade e influenciar as políticas públicas.

Integrar as análises do discurso de ódio com o discurso político permite uma compreensão mais profunda de como o poder e a influência são exercidos e percebidos na sociedade contemporânea. Ao reconhecer suas intersecções e impactos, somos mais capazes de procurar soluções informadas e equitativas para os problemas decorrentes de seus abusos.

Torna-se evidente a emergente necessidade de regulamentação desses discursos, especialmente em plataformas digitais. Equilibrar a liberdade de expressão com a proteção contra os discursos prejudiciais é um desafio crítico para legisladores, acadêmicos e a sociedade civil.

Além disso, a interpretação do impacto das políticas de um governo requer um período longo para observação dos resultados. Determinar como as políticas influenciaram as taxas de infecção por HIV, os índices de acesso ao tratamento e outros indicadores relevantes, exigirá uma análise por vários anos, a ser explorada em novos estudos, tanto no campo da política, na economia e na saúde.

Explorando além, este trabalho ilumina a necessidade de investigar como as manipulações discursivas e políticas durante o governo Bolsonaro podem ter impactos a longo prazo nas políticas de saúde pública. As futuras linhas de pesquisa poderão examinar os efeitos prolongados dessas políticas nas taxas de infecção e nos índices de tratamento do HIV no Brasil, além de considerar os impactos sociais mais amplos, como o fortalecimento de estigmas e a erosão da confiança nas instituições.

A análise desse período serve como um alerta sobre os riscos de desconsiderar esses princípios e enfatiza a necessidade de um compromisso contínuo com a proteção da saúde e dos direitos de todos os cidadãos. Resta esperar que futuros governos, de forma mais responsável, possam reverter os danos causados e restabelecer um ambiente de promoção da saúde e respeito à dignidade humana, como preconiza a Política Nacional de DST/aids, cuja trajetória de sucesso foi interrompida nesses anos de gestão bolsonarista.

Apesar das possíveis limitações apresentadas, o presente estudo fornece uma análise abrangente sobre a política de enfrentamento ao HIV/aids durante o governo Bolsonaro (2019-2022) e joga luz sobre a importância de uma liderança política responsável, do respeito à ciência, dos direitos humanos e da construção de consensos na condução das políticas públicas de saúde. O enfrentamento do HIV/aids não diz respeito apenas a um problema de saúde isolado, mas também a questões de cidadania, inclusão social e respeito à diversidade.

O mergulho em um tema tão carregado de implicações sociais e políticas amplia a nossa sensibilidade quanto às iniquidades em saúde, especialmente em relação às vulnerabilidades enfrentadas por comunidades como a LGBTQIAPN+, jovens e pessoas vivendo com HIV/aids. Nesse sentido, a análise de como o discurso e as políticas influenciam diretamente a vida desses grupos destaca a importância crítica de comunicar eficazmente as descobertas e promover conscientização. Tal abordagem deve não apenas informar, mas também capacitar e mobilizar a sociedade para ações significativas e transformadoras.

Esta dissertação, portanto, não é apenas um exercício acadêmico; é uma expressão da minha dedicação em utilizar a comunicação e a pesquisa para provocar mudanças positivas. É uma oportunidade de contribuir para a luta contra o estigma, a discriminação e a desinformação, elementos que continuam a desafiar a eficácia das políticas de saúde pública no Brasil e em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Posição da ABEPSS frente ao Edital 02/2021 da CAPES. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, 22. jan. 2021. Disponível em:

<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/posic%CC%A7a%CC%83o-da-abepss-frente-ao-edital-02-202101221903384479250.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2024.

ADAMSON, G. Why Do Right-Wing Populist Parties Prosper? Twenty-One Suggestions to the Anti-Racist. **Society**, n. 56, p. 47-58, 2019. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/330912120_Why_Do_Right-Wing_Populist_Parties_Prospers_Twenty-One_Suggestions_to_the_Anti-Racist. Acesso em 10 ago. 2024.

AMATO NETO, V.; UIP, D. E.; BOULOS, M.; DUARTE, M. I. S.; MENDES, C. M. F.; TAKETOMI, E.; LONGO, I. M.; MATOS FILHO, J. L. P.; MOURA, N. C.; ROCHA, T. R. F.; MENDES, N. F. Síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS): descrição do primeiro caso autóctone do Brasil e estudo imunológico. **Rev. Paulista de Medicina**, v. 101, n. 4, p. 165-168, 1983.

ADJUTO, D; HIRABAHASI, G. Polícia Federal vê crime em fala de Bolsonaro sobre vacina e Aids. **CNN**, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/policia-federal-ve-crime-em-fala-de-bolsonaro-sobre-vacina-e-aids/>. Acesso em: 21 ago. 2023.

AGÊNCIA AIDS. Editorial: Brasil Eleições 2018. **Agência de Notícias da Aids**. 03 out. 2018. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/editorial-brasil-eleicoes-2018/>. Acesso em: 08 jul. 2023.

AGÊNCIA AIDS. Para ativistas, declaração de presidente Bolsonaro reforça preconceito e estigma contra pessoas com HIV. **Agência de Notícias da Aids**. 06 fev. 2020. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/para-ativistas-declaracao-de-presidente-bolsonaro-reforca-preconceito-e-estigma-contras-pessoas-com-hiv/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

AGÊNCIA AIDS. Movimento de aids considera crime e retrocesso a decisão de Bolsonaro de retirar Cartilha do Adolescente de circulação. **Agência de Notícias da Aids**. 08 mar. 2019. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/relatorio-unaid-especialistas-dizem-que-o-atraso-na-resposta-brasileira-ao-hiv-aids-esta-ligado-a-limitacao-de-gastos-com-saude-e-educacao-dos-ultimos-anos/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

AGÊNCIA AIDS. Ativistas repudiam veto de Bolsonaro ao PL que dispensava aposentado com HIV de novas perícias. **Agência de Notícias da Aids**. 10 abr. 2019. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/ativistas-repudiam-veto-de-bolsonaro-ao-pl-que-dispensava-aposentado-com-hiv-de-novas-pericias/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

AGÊNCIA AIDS. Instituto Multiverso lança manifesto coletivo contra política genocida de Bolsonaro contra pessoas vivendo com HIV. **Agência de Notícias da Aids**. 10 out. 2022. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/instituto-multiverso-lanca-manifesto-coletivo-contras-politica-genocida-de-bolsonaro-contras-pvhiv/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

AGÊNCIA AIDS. Ativistas aprovam Campanha de Prevenção ao HIV no Carnaval e dizem que a comunicação voltou a ser diversa, respeitosa, alegre e alinhada aos direitos humanos.

Agência de Notícias da Aids, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/ativistas-aprovam-campanha-de-prevencao-ao-hiv-no-carnaval-e-dizem-que-a-comunicacao-voltou-a-ser-diversa-respeitosa-alegre-e-alinhada-aos-direitos-humanos/>. Acesso em 04 ago. 2024.

AGÊNCIA AIDS. Ministério da Saúde orienta farmácias autorizadas a realizar testes rápidos de HIV, hepatites virais, sífilis e ISTs. **Agência de Notícias da Aids**, 27 jul. 2024a. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/ministerio-da-saude-orienta-farmacias-autorizadas-a-realizar-testes-rapidos-de-hiv-hepatites-virais-sifilis-e-ists/>. Acesso em 31 jul. 2024.

AGÊNCIA AIDS. Boa notícia: Conitec aprova incorporação de medicamentos contra infecção oportunista em pessoas vivendo com HIV ou aids. **Agência de Notícias da Aids**, 16 jul. 2024b. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/boa-noticia-conitec-aprova-incorporacao-de-medicamentos-contrainfeccao-oportunista-em-pessoas-vivendo-com-hiv-ou-aids/>. Acesso em 02 ago. 2024.

AGÊNCIA AIDS. Aids 2024: Brasil destaca esforços governamentais na eliminação de doenças determinadas socialmente durante Conferência Internacional de Aids. **Agência de Notícias da Aids**, 23 jul. 2024c. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/aids-2024-brasil-destaca-esforcos-governamentais-na-eliminacao-de-doencas-determinadas-socialmente-durante-conferencia-internacional-de-aids/>. Acesso em 06 ago. 2024.

AGÊNCIA GOV. Ministério da Saúde simplifica tratamento para eliminar HIV/Aids como problema de saúde pública. **Empresa Brasil de Comunicação**, 27 out. 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202310/ministerio-da-saude-simplifica-tratamento-e-investe-r-1-7-bilhao-para-eliminar-hiv-aids-como-problema-de-saude-publica>. Acesso em: 28 jul. 2024.

AGUIAR, C. Ativismo digital evangélico e contrassecularização na eleição de Jair Bolsonaro. **Horizonte**, v. 18, n. 56, p. 600-624, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/download/22622/17746>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ALONSO, A. A comunidade moral bolsonarista, in Ricardo Teperman (org.), **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 52-70.

ALTMAN, C. Ana Paula Valadão afirma que Aids é doença de homossexual e polêmica viraliza nas redes sociais. **Estado de Minas**, 12 set. 2020a. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/09/12/interna_nacional,1184860/ana-paula-valadao-afirma-aids-e-doenca-homossexual-polemica.shtml. Acesso em: 15 jul. 2023.

ALTMAN, C. Ana Paula Valadão será processada por crime de LGBTfobia e é comparada a Hitler. **Estado de Minas**, 13 set. 2020b. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/09/13/interna_nacional,1184995/ana-paula-valadao-sera-processada-crime-lgbtfobia-e-e-comparada-hitler.shtml. Acesso em: 15 jul. 2023.

AMATO NETO, V.; UIP, D. E.; BOULOS, M.; DUARTE, M. I. S.; MENDES, C. M. F.; TAKETOMI, E.; LONGO, I. M.; MATOS FILHO, J. L. P.; MOURA, N. C.; ROCHA, T. R. F.; MENDES, N. F. Síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS): descrição do primeiro

caso autóctone do Brasil e estudo imunológico. **Rev. Paulista de Medicina**, v. 101, n. 4, p. 165-168, 1983.

AMB. Associação Médica Brasileira. **Boletim 020/2021**: Sobre Covid-19 e a inaceitável relação com o HIV. 26 out. 2021. Disponível em: <https://amb.org.br/cem-covid/boletim-020-2021-sobre-covid-19-e-a-inaceitavel-relacao-com-o-hiv/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ANDRADE, L. A. *et al.* Reduced HIV/AIDS diagnosis rates and increased AIDS mortality due to late diagnosis in Brazil during the COVID-19 pandemic. **Scientific Reports**, v. 13, n. 23003, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-023-50359-y>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-023-50359-y#citeas>. Acesso em 29. Jul. 2024.

AQUINO, Francesco *et al.* The web and public confidence in MMR vaccination in Italy. **Vaccine**, Amsterdã, v. 16, n. 35, p. 4494-4498, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2017.07.029>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28736200/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BALLOUSSIER, A. V. Evangélicos podem desbancar católicos no Brasil em pouco mais de uma década. Folha de São Paulo, 14 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/evangelicos-podem-desbancar-catolicos-no-brasil-em-pouco-mais-de-uma-decada.shtml>. Acesso em 01 ago. 2023.

BARBA, M.; MASSUCHIN, M. Atravessamentos religiosos nas campanhas eleitorais brasileiras: discursos, apelos e acenos na comunicação on-line de candidatos pastores e não pastores em 2020. **Opinião Pública**, v. 30, p. 1-31, 2024. DOI: <http://doi.org/10.1590/1807-019120243015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/4HVmqVCXWNwLzbPbPRfNfQz/#>. Acesso em 01 ago. 2024.

BEFORE IT'S NEWS. **Before It's News**, 2024. About us. Disponível em: <https://beforeitsnews.com/v3/about/#>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BENESCH, S. Dangerous speech. In: STRIPPEL, C; PAASCH-COLBERG, S; EMMER, M; TREBBE, J. (Eds.), Challenges and perspectives of hate speech research (p. 185–197). **Digital Communication Research**, 2023. <https://doi.org/10.48541/dcr.v12.11>. Acesso em: 12 mai. 2024.

BEN-YEHUDA, N. Moral Panics and Folk Devils. **Oxford Research Encyclopedia of Criminology**, 30 out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264079.013.559>. Disponível em: <https://oxfordre.com/criminology/view/10.1093/acrefore/9780190264079.001.0001/acrefore-9780190264079-e-559>. Acesso em 02 ago. 2024.

BERGER, P. L. **O Dossel Sagrado**. São Paulo, SP: Paulus, 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioes/pages/arquivos/BERGER%20P.%20O%20Dossel%20Sagrado.pdf>. Acesso em 29 jul. 2024.

BIROLI, F.; CAMINOTTI, M. The Conservative Backlash against Gender in Latin America. **Politics and Gender**, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 1–6, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1743923X20000045>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/abs/conservative->

[backlash-against-gender-in-latin-america/14D10524793D61122478A8A391C33E22](https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/23/mpf-aciona-justica-para-ibge-incluir-questoes-sobre-comunidade-lgbtqia-no-censo.ghtml). Acesso em: 20 jul. 2023.

BONFIM, C. Ministério Público aciona Justiça para IBGE incluir no censo questões sobre comunidade LGBTQIA+. Globo News, Brasília, DF, 23 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/23/mpf-aciona-justica-para-ibge-incluir-questoes-sobre-comunidade-lgbtqia-no-censo.ghtml>. Acesso em 13 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 236, de 2 de maio de 1985**. Brasília, DF, 02 maio 1985. Disponível em: <https://antigo.aids.gov.br/pt-br/legislacao/portaria-236-de-2-de-maio-de-1985#>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e aids. **A resposta brasileira ao HIV/aids: experiências exemplares**. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (Prep) de Risco à Infecção pelo HIV**. 1ª Edição. Brasília-DF, 2018. Disponível em: https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/05/miolo_pcdt_prep_11_2018_web.pdf. Acesso em 05 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019**.

Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 abr. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9761.htm. Acesso em 03 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.847, de 19 de junho de 2019**. Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2019/lei-13847-19-junho-2019-788507-publicacaooriginal-158366-pl.html>. Acesso em 01 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial HIV e Aids 2021**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2021/boletim-epidemiologico-especial-hiv-aids-2021.pdf/@download/file>. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico de HIV e Aids 2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/centrais-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2022/hiv-aids/boletim_hiv_aids_-2022_internet_31-01-23.pdf/view. Acesso em: 04 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cobertura de 13 das 16 vacinas do calendário infantil apresentou alta em 2023. **Ministério da Saúde**, 22 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/cobertura-de-13-das-16-vacinas-do-calendario-infantil-apresentou-alta-em-2023#>. Acesso em: 02 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resposta via Lei de Acesso à Informação para demanda de nº 202420000355046. Brasília, 23 set. 2024a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Distribuição de insumos**. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/aceso-a-informacao/distribuicao-de-insumos>. Acesso em: 09 out. 2024.

CABETTE, A. O contexto da exoneração da chefe para prevenção ao HIV. Nexo Jornal, 14 jan. 2019. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/01/14/O-contexto-da-exonera%C3%A7%C3%A3o-da-chefe-para-preven%C3%A7%C3%A3o-ao-HIV>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Após acordo para votar crédito suplementar, Congresso derruba quatro vetos presidenciais. Agência Câmara dos Deputados, 11 jun. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/559796-apos-acordo-para-votar-credito-suplementar-congresso-derruba-quatro-vetos-presidenciais/>. Acesso em 20 jul. 2023.

CAMPOS, A. C. Casos de sífilis e de HIV/aids aumentam entre homens jovens. **Agência Brasil**, 01 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-11/casos-de-sifilis-e-de-hiv-aids-aumentam-entre-homens-jovens#:~:text=Dados%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde,de%2025%20a%2029%20anos>. Acesso em 04 ago. 2024.

CANCIAN, N. Política de prevenção a HIV não pode ofender as famílias, afirma novo ministro. **Folha de S. Paulo**, Brasília, DF, 31 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/politica-de-prevencao-a-hiv-nao-pode-ofender-as-familias-afirma-novo-ministro.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2023.

CANCIAN, N. Diretora do departamento de HIV é exonerada, e ONGs reagem. **Folha de S. Paulo**, Brasília, DF, 11 jan. 2019a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/diretora-do-departamento-de-hiv-e-exonerada-e-ongs-reagem.shtml>. Acesso em: 03 ago. 2023.

CANCIAN, N. Bolsonaro diz que vai recolher caderneta de saúde do adolescente. **Folha de S. Paulo**, Brasília, DF, 07 mar. 2019b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/03/caderneta-para-saude-da-adolescente-sera-revista-diz-ministro-apos-criticas-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CAPES. Edital 2/2021. Família e políticas públicas no Brasil. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Brasília, 07 jan. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/EDITAL2ProgramaFamiliaePoliticPublicasnoBrasil.pdf>. Acesso em 05 ago. 2024.

CÁRDENAS, C. M. M. 40 anos de epidemia de HIV/Aids: reconfigurações de uma agenda político-acadêmica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 4, p. 1-6, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320400>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4008/400874220001/html/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

CARMO, W. Justiça determina a exclusão de publicações que associam vacinas da Covid-19 à Aids. **Carta Capital**, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/justica-determina-a-exclusao-de-publicacoes-que-associam-vacinas-da-covid-19-a-aids/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CAUTHEN, N. K.; JAMES, M. J. Culture, Politics, and Moral Panics. **Sociological Forum**, v. 9, n. 3, p. 495–503, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/684713>. Acesso em 02 ago. 2024.

CHAGURI, M. M.; DO AMARAL, O. E. The Social Base of Bolsonaroism: An Analysis of Authoritarianism in Politics. **Latin American Perspectives**, v. 50, n. 1, p. 32–46, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X231152245>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X231152245>. Acesso em: 02 ago. 2023.

CHARAUDEAU, P. Discurso Político. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I. L.; MENEZES, W. **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: NAD/FALE-UFMG, 2006. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/O-Discurso-Politico.html>. Acesso em: 24 fev. 2024.

CNN Brasil. Anvisa aprova primeiro medicamento injetável para prevenção do HIV no Brasil. **CNN Brasil**, 10 jun. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/anvisa-aprova-primeiro-medicamento-injetavel-para-prevencao-do-hiv-no-brasil/>. Acesso em 01 ago. 2024.

CNS. HIV/Aids: reorganização da rede, recomposição de orçamento e responsabilidade política são apontados como prioridade. **Conselho Nacional da Saúde**, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/hiv-aids-reorganizacao-da-rede-recomposicao-de-orcamento-e-responsabilidade-politica-sao-apontados-como-prioridade>. Acesso em 29 jul. 2024.

CUETO, M.; LOPES, G. Backlash in global health and the end of AIDS' exceptionalism in Brazil, 2007–2019. **Global Public Health**, p. 1-12, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/17441692.2021.1896764>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17441692.2021.1896764>. Acesso em 12 jan. 2024.

CUNHA, C. C.; STOCHERO, L.; ALMEIDA, L. A.; DA SILVA JUNIOR, A. L.; JUNGER, W. L. Na encruzilhada de duas pandemias: a experiência de redes de apoio social de jovens e adultos vivendo com HIV/Aids durante a pandemia de Covid-19. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320301>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/sJw3ZXY8TSsZw5vkrTLLYwq/>. Acesso em: 07 ago. 2023.

COLETTA, R. D. Pessoa com HIV 'é uma despesa para todos no Brasil', diz Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, Brasília, DF, 05 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/pessoa-com-hiv-e-uma-despesa-para-todos-no-brasil-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em 14 jul. 2023.

DAVE, P. Exploring the Effectiveness of Pre-Exposure Prophylaxis (PrEP) Use for HIV Prevention among High-Risk Populations. **Asian Journal of Pharmaceutical Research and Development**, v. 12, n. 2, p. 1–6, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22270/ajprd.v12i2.1333>. Disponível em: <https://ajprd.com/index.php/journal/article/view/1333>. Acesso em 01 ago. 2024.

DAY, R.E. Right-wing populism, information, and knowledge. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 2, p. 38–54, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v5n2.p38-54>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4646>. Acesso em: 02 ago. 2024.

DCM. Indústria bolsonarista de *fake news* espalha vídeos dizendo que Anitta tem Aids. **Diário do Centro do Mundo**, 31 jul. 2022. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/854504-2/>. Acesso em: 18 out. 2023.

DERAKHSHAN, H; WARDLE, C. Information disorder: Definitions. In: **Understanding and Addressing the Disinformation Ecosystem**. Annenberg School for Communication University of Pennsylvania, 2017, p. 5-12.

DIADORIM. Corte no orçamento ameaça políticas públicas contra HIV/Aids no Brasil. **Carta Capital**, 08 dez. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/corte-no-orcamento-ameaca-politicas-publicas-contr-hiv-aids-no-brasil/>. Acesso em 20 jul. 2023.

DINIZ, D.; CARINO, G. A mentira da “preservação sexual” da ministra Damares. **El País**. Opinião. 06 jan. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/opinion/2020-01-06/a-mentira-da-preservacao-sexual-da-ministra-damares.html#?prm=copy_link. Acesso em: 10 ago. 2023.

DOMINGUES, R. D. Considerações psicossociais sobre a testagem anti-HIV. In: GUIMARÃES, R.; MORANDO, L. (Org.) **AIDS: olhares plurais**. Ensaios esparsos sobre a epidemia de HIV/AIDS. Belo Horizonte: Direitos para a edição: BISA – Boletim Informativo sobre aids, 1998, p. 53-83.

DOMINGOS, R. É #FAKE que relatórios do governo do Reino Unido sugerem que vacinados contra Covid têm desenvolvido Aids. **G1**, 22 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/10/22/e-fake-que-relatorios-do-governo-do-reino-unido-sugerem-que-vacinados-contr-covid-tem-desenvolvido-aids.ghtml>. Acesso em: 15 ago. 2023.

DUBÉ, Eve; VIVION, Maryline; MACDONALD, Noni E. Vaccine hesitancy, vaccine refusal and the anti-vaccine movement: influence, impact and implications. *Expert Review of Vaccines*, Oxford, v. 14, n. 1, p. 99-117, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1586/14760584.2015.964212>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25373435/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

EGELHOFFER, Jana Laura; LECHERER, Sophie. *Fake news* as a two-dimensional phenomenon: a framework and research agenda. **Annals of the International Communication Association**, Estados Unidos, v. 43, n. 2, p. 97-116, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/23808985.2019.1602782>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23808985.2019.1602782>. Acesso em: 27 jul. 2023.

EL-OJEILI, C. Book Review: National Populism: The Revolt Against Liberal Democracy. **Thesis Eleven**, v. 163, n. 1, p. 131–136. 2021. DOI:

<https://doi.org/10.1177/07255136211008606>. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/07255136211008606>. Acesso em: 12 ago. 2023.

ECKER, U.; ROOZENBEEK, J.; VAN DER LINDEN, S.; TAY, L. Q.; COOK, J.; ORESKES, N.; LEWANDOWSKY, S. The Persistence and Peril of Misinformation. **Nature**, v. 630, n. 6, p. 29-31, 2024. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-024-01587-3>. Acesso em 01 ago. 2024.

EU ESCOLHI ESPERAR. Sobre. [s.d.] Disponível em: <https://euescolhiesperar.com/sobre/>. Acesso em 14 jul. 2023.

FAIRCLOUGH, N. *Analyzing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FEDATTO, M. The Far-Right Takeover in Brazil: Effects on the Health Agenda. **Latin American Perspectives**, v. 50, n. 1, p. 133-148, 2023. DOI:

<https://doi.org/10.1177/0094582X221149026>. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X221149026>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FERREIRA, P; GRANDELLE, R. Bolsonaro sugere que pais rasguem páginas sobre educação sexual de Caderneta de Saúde da Adolescente. **O Globo**, Rio de Janeiro, RJ, 07 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-sugere-que-pais-rasguem-paginas-sobre-educacao-sexual-de-caderneta-de-saude-da-adolescente-23506442>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FGV ECMI. Debate sobre HIV e aids é marcado por ativismo, desinformação e polarização política. **FGV ECMI**, 27 nov. 2023. Disponível em:

<https://midiademocracia.fgv.br/estudos/debate-sobre-hiv-e-aids-e-marcado-por-ativismo-desinformacao-e-polarizacao-politica>. Acesso em: 14 ago. 2023.

FONSECA, P. F.C.; RIBEIRO, B. E.; NASCIMENTO, L. F. Demarcating Patriotic Science on Digital Platforms: Covid-19, Chloroquine and the Institutionalisation of Ignorance in Brazil. **Science as Culture**, 31:4, 530-554, 2020. DOI: 10.1080/09505431.2022.2105691. Acesso em: 10 ago. 2023.

FORMENTI, L. Mandetta assume Ministério da Saúde e afirma compromisso com fé, pátria e família. **O Estado de S. Paulo**, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/mandetta-assume-ministerio-da-saude-e-afirma-compromisso-com-fe-patria-e-familia,3fa455588c404fc62fe28c767fe33dc0zvjtudzb.html>. Acesso em 25 jul. 2024.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga Sampaio. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRAZÃO, F. Governo Bolsonaro reduz verba para tratamento de aids e protege orçamento secreto em 2023. **Estadão**, 07 out. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/governo-bolsonaro-reduz-verba-para-tratamento-de-aids-e-protege-orcamento-secreto-em-2023/>. Acesso em 02 ago. 2023.

G1. Pastor do Ceará diz que CoronaVac 'tem HIV', e promotorias de Justiça querem responsabilização civil e criminal. **G1**, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/12/15/pastor-do-ceara-diz-que-coronavac-tem-hiv-e-promotorias-de-justica-querem-responsabilizacao-civil-e-criminal.ghtml>. Acesso em: 14 ago. 2023.

G1. Facebook tira do ar live de Bolsonaro com mentira sobre vacina da Covid e Aids. **G1**, 25 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2021/10/25/live-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2023.

G1. Alexandre de Moraes abre inquérito para investigar Bolsonaro por associar vacinas contra Covid à Aids. **G1**, 03 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/03/alexandre-de-moraes-abre-inquerito-para-investigar-bolsonaro-por-associar-vacinas-da-covid-a-aids.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2023.

GALLEGO, E. S. Apresentação. In: GALLEGO, E. S. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 13-17.

GOMES, P. G. **Da igreja eletrônica à sociedade em midiatização**. São Paulo, SP, Brasil: Paulinas, 2010.

GUARESQUI, A. Câmara de Vitória aprova projeto que prevê abstinência sexual entre jovens. **G1 ES**, Vitória, 11 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/11/11/camara-de-vitoria-aprova-projeto-que-preve-abstinencia-sexual-entre-jovens.ghtml>. Acesso em 15 jul. 2023.

HALL, K.; GOLDSTEIN, D. M.; INGRAM, M. B. The hands of Donald Trump: Entertainment, gesture, spectacle. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 6, n. 2, p. 71-100, 2016. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.14318/hau6.2.009>. Acesso em: 04 ago. 2023.

HAVEY, N. F. Partisan public health: how does political ideology influence support for COVID-19 related misinformation? **Journal of Computational Social Science**, v. 3, p. 319-342, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s42001-020-00089-2>. DOI: 10.1007/s42001-020-00089-2. Acesso em: 05 ago. 2024.

HINZ, K.; VINUTO, J.; COUTINHO, A. B. Por Dios y por las armas: el ascenso neopentecostal y securitario en Brasil (2003-2019). **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n.126, p. 185-213, 2020. DOI: <https://doi.org/10.24241/rcai.2020.126.3.185>. Disponível em: https://www.cidob.org/es/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/126/por_dios_y_por_las_armas_el_ascenso_neopentecostal_y_securitario_en_brasil_2003_2019. Acesso em 19 jul. 2023.

HOU, Zhiyuan *et al.* Assessment of public attention, risk perception, emotional and behavioural responses to the covid-19 outbreak: social media surveillance in China.

MedRxiv: The Preprint Server for Health Sciences, Cold Spring Harbor, 17 mar. 2020. *Preprint*. DOI: <https://doi.org/10.1101/2020.03.14.20035956>. Disponível em: <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.03.14.20035956v1>. Acesso em: 15 abr. 2023.

HUANG, Y. C.; HUNG, C. C. Preventing 2 viral infections with 1 tablet. **Hepatology**, v. 77, n. 6, p. 1846-1848, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1097/HEP.0000000000000382>. Disponível em: https://journals.lww.com/hep/fulltext/2023/06000/preventing_2_viral_infections_with_1_tablet.4.aspx. Acesso em 02 ago. 2024.

HUYNH, Toan Luu Duc. The covid-19 risk perception: a survey on socioeconomics and media attention. **Economics Bulletin**, Estados Unidos, v. 40, n. 1, p. 758-764, 2020. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/ebl/ecbull/eb-20-00175.html>. Acesso em: 15 abr. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Agência IBGE Notícias. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao>. Acesso em 09 ago. 2023.

INSTITUTO DATAFOLHA. **Eleições 2018**. Relatório Uso de Redes Sociais, 2018. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/27/44cc2204230d2fd45e18b039ee8c07a6.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

ISTOÉ. Durante show, Leonardo faz comparação entre HIV e coronavírus. **ISTOÉ Gente**, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/durante-show-leonardo-faz-comparacao-entre-hiv-e-coronavirus/>. Acesso em: 07 ago. 2023.

JACK, C. What's Propaganda Got To Do With It. **Data and Society: Points**, 05 jan. 2017. Disponível em: <https://medium.com/datasociety-points/whats-propaganda-got-to-do-with-it-5b88d78c3282>. Acesso em 10 abr. 2024.

JACOB, C. R.; HEES, D. R.; WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. Território, cidade e religião no Brasil. **Religião & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 126-151, 2004. Disponível em: <https://religioesociedade.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Religiao-e-Sociedade-N24.02-2004.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

KALIL, I. O. Emerging far-right in Brazil: who are Jair Bolsonaro's voters and what they believe, Dossier Urban Controversies #3, **Center for Urban Ethnography**, São Paulo, v. 3, p. 1-43, 2018. Disponível em: <https://sxpolitics.org/who-are-jair-bolsonaros-voters-and-what-they-believe/19224>. Acesso em: 28 jul. 2023.

KIVINIEMI, M. T; OROM, H.; HAY, J. L.; WATERS, E. A. Prevention is political: political party affiliation predicts perceived risk and prevention behaviors for COVID-19. **BMC Public Health**, v. 22, n. 298, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-022-12649-4#citeas>. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-022-12649-4>. Acesso em: 08 ago. 2024.

KOTZ, J.; GIESE, H.; KÖNIG, L. M. How to debunk misinformation? An experimental online study investigating text structures and headline formats. *British Journal of Health Psychology*, Chichester, p. 1-16, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/bjhp.12670>. Disponível em: <https://bpspsychub.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/bjhp.12670>. Acesso em: 15 abr. 2023.

KRIPPENDORFF, Klaus. *Content analysis: an introduction to its methodology*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2004.

LARA, R. CPI incluirá em relatório fala de Bolsonaro que relaciona vacina contra Covid-19 à Aids. *CNN*, São Paulo, 25 out. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cpi-inclui-em-relatorio-fala-de-bolsonaro-que-relaciona-vacina-contr-covid-19-a-aids/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

LASSWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books.1936/1956.

LEWANDOWSKY, S. *et al.* The debunking Handbook 2020. [S. I: s. n.], 2020. DOI: <http://doi.org/10.17910/b7.1182>. Disponível em: <https://skepticalscience.com/debunking-handbook2020-downloads-translations.html>. Acesso em: 16 ago. 2023.

LIMA, C. Jovem Pan espalha *fake news* de Bolsonaro que relaciona vacina a AIDS. *DCM*, 26 out. 2021. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/jovem-pan-bolsonaro-vacina/>. Acesso em: 20 set. 2023.

LIMA, S. Bolsonaristas distorcem notícia para tentar justificar mentira do presidente sobre vacinas e HIV. *Estadão*, 25 out. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/bolsonaro-vacina-aids-hiv-exame/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

LOPES, J. P. R. O papel da mídia nas construções negativas a respeito do HIV/Aids. *Revista Brado*, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://medium.com/revista-brado/lgbt-o-papel-da-m%C3%ADdia-nas-constru%C3%A7%C3%B5es-negativas-a-respeito-do-hiv-aids-5a001f759ae3>. Acesso em 10 ago. 2023.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Califórnia: Goodyear. 1980.

MACHADO, M. D. C. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

MAIA, D. A. C.; COSTA, I. S.; ALMEIDA, H. S.; LOPES, D. L.; COSTA, S. S. Perfil de adolescentes e jovens adultos portadores de HIV/AIDS na região nordeste brasileira entre os anos de 2004 e 2016. *Adolesc. Saúde*, Rio de Janeiro, vol. 16, n.2, p. 72-81, 2019. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v16n2a09.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MANUCCI, L. **Populism and Collective Memory: Comparing Fascist Legacies in Western Europe**. Routledge, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780429275289>. Disponível em:

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/40814/1/ICS_LMannuci_Populism.pdf. Acesso em 28 jul. 2024.

MARTINEZ, M. Being a ‘terribly Christian Minister’: populism, gender and anti-feminism in Damares Alves’s ministerial performance. **Identities**, v. 29, n. 4, p. 1-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/1070289X.2022.2037900>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1070289X.2022.2037900?journalCode=gide20>. Acesso em: 14 ago, 2023.

MATSUKI, E. Anitta é vaiada e hostilizada em show após dizer que Bolsonaro não seria reeleito #boato. **Boatos.org**, 28 jul. 2022a. Disponível em: <https://www.boatos.org/entretenimento/anitta-vaiada-hostilizada-show-apos-dizer-bolsonaro-nao-seria-reeleito.html>. Acesso em: 18 out. 2023.

MATSUKI, E. Anitta está com aids e participa de seita que sacrifica crianças #boato. **Boatos.org**, 03 ago. 2022b. Disponível em: <https://www.boatos.org/entretenimento/anitta-esta-com-aids-participa-seita-sacrifica-criancas.html>. Acesso em: 18 out. 2023.

MATSUKI, E. Semana em fakes: Anitta é vítima de cruel onda de notícias falsas. **Metrópoles**, 30 jul. 2022c. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/semana-em-fakes-anitta-e-vitima-de-cruel-onda-de-noticias-falsas>. Acesso em: 18 out. 2023.

MAYRINK, M.; MEIMARIDIS, M. Catolicismo e política na era digital: o caso de Bernardo Küster e a Teologia da Libertação no YouTube. **Mídia e Cotidiano**, v. 18, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/59753>. Acesso em 30 jul. 2024.

MAZZA, L. Mafalda é reprovada no Enem. **Piauí**, 18 nov. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/mafalda-e-reprovada-no-enem/>. Acesso em: 14 set. 2023.

MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995

MENDES, C. H. A política do pânico e circo, in Ricardo Teperman (org.), **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 185-199.

MENDES, L. Moraes manda à PGR pedido de indiciamento contra Bolsonaro. **Poder 360**, 19 ago. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/moraes-manda-a-pgr-pedido-de-indiciamento-contrabolsonaro/>. Acesso em 30 ago. 2023.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332018000200402&script=sci_arttext. Acesso em: 14 ago. 2023.

MOLINA, Maria D. *et al.* “Fake news” is not simply false information: a concept explication and taxonomy of online content. **American Behavioral Scientist**, Thousand Oaks, v. 65, n. 2, p. 180-202, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/000276421987822>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0002764219878224>. Acesso em: 30 jul. 2023.

NA TELINHA. Após viralizar em vídeo com Dilma, Ana Paula Valadao declara apoio a Bolsonaro. Na Telinha, 05 out. 2022. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/eleicoes-2022-na-tv/2022/10/05/apos-viralizar-em-video-com-dilma-ana-paula-valadao-declara-apoio-a-bolsonaro-188217.php>. Acesso em: 20 jul. 2023.

NETTO, P. R. Moraes abre inquérito contra Bolsonaro por relacionar vacina a HIV. **Poder 360**, 03 dez. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/moraes-abre-inquerito-contra-bolsonaro-por-relacionar-vacina-a-hiv/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

NETTO, P. R. PGR contraria PF, não vê crime e arquiva inquérito contra Bolsonaro. **Uol**, Brasília, 16 fev. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/02/16/pgr-bolsonaro-vacina-covid-19-hiv.htm>. Acesso em: 31 ago. 2023.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ONU NEWS. Brasil atinge uma das três metas da ONU para acabar com epidemia de HIV/Aids. **ONU News**, 13 jul. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/07/1817422>. Acesso em 05 ago. 2024.

PAIM, P. **Projeto de Lei do Senado nº 188/2017**. Acrescenta parágrafo ao art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar a pessoa vivendo com HIV/aids de avaliação das condições que ensejaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença. Brasília: Senado Federal, 13 jun. 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129580>. Acesso em 01 ago. 2024.

PAIVA, V.; ANTUNES, M. C.; SANCHEZ, M. N. O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.180625>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/SbJ4wW39xzdCHT5gnDnwxCg/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2023.

PARAGUASSU, L. Bolsonaro retira Ordem do Mérito Científico de pesquisadores críticos a seu governo. Reuters, 05 nov. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/11/05/governo-da-condecoracao-cientifica-a-alguns-dos-maiores-criticos-de-bolsonaro.htm>. Acesso em 13 jul. 2023.

PAYNE, L. A.; SANTOS, A. A. S. The Right-Wing Backlash in Brazil and Beyond. **Politics and Gender**, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 32–38, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1743923X20000057>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/abs/rightwing-backlash-in-brazil-and-beyond/B38C65429D4F0CAB1A72DEA19312B4FF>. Acesso em 05 jul. 2023.

PEIXOTO, R. Ministério da Saúde distribui novo medicamento que facilita tratamento do HIV, mas migração para terapia será gradual; entenda. **G1**, 09 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2024/01/09/ministerio-da-saude-distribui-novo-medicamento-que-facilita-tratamento-do-hiv-mas-migracao-para-terapia-sera-gradual-entenda.ghhtml>. Acesso em 03 ago. 2024.

PEREIRA, J. Carta Para Além dos Muros: documentário reconta a história da AIDS no País. **Revista Esquinas**, 26 set. 2019. Disponível em: <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/arte-e-cultura/cinema/carta-para-alem-dos-muros-documentario-reconta-a-historia-da-aids-no-pais/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

PINHEIRO-MACHADO, R; SCALCO, L. M. From hope to hate: He rise of conservative subjectivity in Brazil. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 10, n. 1, p. 21-31, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1086/708627>. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.14318/hau6.2.009>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PINHEIRO, M. F. **Intervenções privadas na comunicação pública do governo de Jair Bolsonaro: os vieses moralistas e religiosos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/231846/001133539.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 ago. 2023.

PIOVEZANI, C. (2021). Discursos da extrema-direita no Brasil: uma análise de pronunciamentos de Jair Bolsonaro. **Revista Latinoamericana De Estudios Del Discurso**, 21(2), 85–100. <https://doi.org/10.35956/v.21.n2.2021.p.85-100>. Acesso em: 17 fev. 2024.

PORTAL DO BUTANTAN. Queda nas taxas de vacinação no Brasil ameaça a saúde das crianças. **Portal do Butantan**, 07 mar. 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/queda-nas-taxas-de-vacinacao-no-brasil-ameaca-a-saude-das-criancas>. Acesso em 10 ago. 2024.

PUTTI, A. Ministério da Saúde encerra redes sociais com informações sobre HIV/Aids. **Carta Capital**. 24 jul. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/ministerio-da-saude-encerra-redes-sociais-com-informacoes-sobre-hiv-aids/>. Acesso em 14 jul. 2023.

PUTTI, A. “Uma pessoa com HIV é uma despesa para todos aqui no Brasil”, diz Bolsonaro. **Carta Capital**. 05 fev. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/uma-pessoa-com-hiv-e-uma-despesa-para-todos-aqui-no-brasil-diz-bolsonaro/>. Acesso em 05 jul. 2023.

QUEM. Filho de Bolsonaro repete discurso polêmico de Leonardo sobre coronavírus. **Quem**, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/10/17/bolsonaro-leonardo-gusttavo-lima.htm>. Acesso em: 30 jan.2024.

QUINALHA, R. Desafios para a comunidade e o movimento LGBT no governo Bolsonaro, in Ricardo Teperman (org.), **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 257-275.

RAO, P. Wing Populism: Capturing the Globe. **Journal of South Asian Studies**. n. 8. p. 79-90, 2020. DOI: <http://doi.org/10.33687/jsas.008.02.3009>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350954622_Wing_Populism_Capturing_the_Globe. Acesso em 05 ago. 2024.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre covid-19 no Twitter. **Contracampo**, Niterói, v. 40, n. 1, p. 1-17, 2021. DOI: <http://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.45611>.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/45611>. Acesso em: 01 ago. 2023.

RENNÓ, L. The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections. **Latin American Politics and Society**, Cambridge, v. 62, n. 4, p. 1-23, 2020. DOI: 10.1017/lap.2020.13. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/abs/bolsonaro-voter-issue-positions-and-vote-choice-in-the-2018-brazilian-presidential-elections/98B69A9646D6CCB18253339E5DAE5FF5>. Acesso em: 11 ago. 2023.

RICARD, J.; Medeiros, J. Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil. **Harvard Kennedy School (HKS) Misinformation Review**, v. 1, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.37016/mr-2020-013>. Disponível em: <https://misinforeview.hks.harvard.edu/article/using-misinformation-as-a-political-weapon-covid-19-and-bolsonaro-in-brazil/>. Acesso em 02 ago. 2024.

ROMANO, C. Bolsonarismo e bolsonaristas no Brasil contemporâneo: Antecedentes históricos, percursos políticos. **Revista Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 141–159, 2021. <http://doi.org/10.46551/issn2179-6807v27n1p141-159>. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/4124>. Acesso em: 05 mar. 2024.

ROSA, A.; COSTA, A. G. YouTube derruba vídeo de Bolsonaro associando vacinas e Aids. **CNN Brasil**, 25 out. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/youtube-derruba-video-de-bolsonaro-associando-vacinas-e-aids/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ROSE, Jonathan. Brexit, Trump, and post-truth politics. **Public Integrity**, Estados Unidos, v. 19, n. 6, p. 555-558, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/10999922.2017.1285540>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10999922.2017.1285540>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SAHM. The Society for Adolescent Health and Medicine. Abstinence-Only-Until-Marriage Policies and Programs: An Updated Position Paper of the Society for Adolescent Health and Medicine. **Journal Adolescent Health**, v. 61, n. 3, p. 400-403, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2017.06.001>. Disponível em: [https://www.jahonline.org/article/S1054-139X\(17\)30297-5/fulltext](https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(17)30297-5/fulltext). Acesso em: 24 jul. 2023.

SASSINE, V. Governo defende abstinência sexual contra gravidez precoce. **O Globo**, 03 jan. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-defende-abstinencia-sexual-contr-gravidez-precoce-1-24169206>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SCHEFFER, M.; ROSENTHAL, C. O cancelamento da prevenção à Aids. Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 01 dez. 2021. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opinia/cancelamento-prevencao-aids-artigo-scheffer-roenthal/63680/>. Acesso em 29 jul. 2023.

SCHEFFER, M. Governo Bolsonaro promove 'apagão' em campanhas de prevenção à aids; investimento em 2021 cai a menos de 1% do aplicado 20 anos atrás. Blog Política&Saúde, Estadão, 24 fev. 2022. <https://www.estadao.com.br/politica/politica-e-saude/governo-bolsonaro-exclui-populacoes-vulneraveis-da-prevencao-a-aids-investimento-em-campanhas-em-2021-cai-a-06/>. Acesso em 14 jul. 2023.

SCHUDSON, M.; ZELIZER, B. *Fake news* in Context. In: **Understanding and Addressing the Disinformation Ecosystem**. Annenberg School for Communication University of Pennsylvania, 2017, p. 1-4.

SCHEMER, C.; REINERS, L. Challenges of comparative research on hate speech in media user comments: Comparing countries, platforms, and target groups. In: STRIPPEL, C; PAASCH-COLBERG, S; EMMER, M; TREBBE, J. (Eds.), *Challenges and perspectives of hate speech research* (p. 127–139). **Digital Communication Research**, 2023. <https://doi.org/10.48541/dcr.v12.8>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SEARA-MORAIS, G.J.; AVELINO-SILVA, T. J.; COUTO, M.; AVELINO-SILVA, V. I. The pervasive association between political ideology and COVID-19 vaccine uptake in Brazil: an ecologic study. **BMC Public Health**, v. 23, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-023-16409-w>. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-023-16409-w>. Acesso em 02 ago. 2024.

SEREJO, E. S; Cal, D. Em defesa de que famílias? Bolsonarismo, pânico moral e o protagonismo da categoria família nas eleições de 2018. **Revista Eptic**, Aracaju, v. 23, n. 1, p. 27-46. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/13887>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SHALDERS, A. Mandetta é demitido do Ministério da Saúde após um mês de conflito com Bolsonaro: relembre os principais choques. **BBC News Brasil**, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52316728>. Acesso em 20 jul. 2024.

SOBRINHO, W. P. Bolsonaro devia enviar caderneta criticada pelo WhatsApp, diz especialista. **Uol**, São Paulo, SP, 09 mar. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2019/03/09/ao-proibir-bolsonaro-chama-mais-a-atencao-para-caderneta-diz-especialista.htm>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SOUTHWELL, Brian G.; THORSON, Emily A.; SHEBLE, Laura. The persistence and peril of misinformation. **American Scientist**, Research Triangle Park, v. 105, n. 6, p. 372, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1511/2017.105.6.372>. Disponível em: <https://www.americanscientist.org/article/the-persistence-and-peril-of-misinformation>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, [S. l.], v. 8, n. 16, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SOLANO, E. G. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SPONHOLZ, L. Hate speech. In: STRIPPEL, C.; PAASCH-COLBERG, S.; EMMER, M.; TREBBE, J. (Eds.). *Challenges and perspectives of hate speech research*. Berlin: **Digital Communication Research**, 2023, p. 143–163. DOI: <https://doi.org/10.48541/dcr.v12.9>.

STANGER-HALL, K.F.; HALL, D. W. Abstinence-only education and teen pregnancy rates: why we need comprehensive sex education in the U.S. **PLoS One**, v. 6, n. 10, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0024658>.

Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3194801/>. Acesso em 15 jul. 2023.

SULLIVAN, M. It's Time to Retire the Tainted Term 'Fake News'. **Washington Post**, 08 jan. 2017. Disponível em:

https://www.washingtonpost.com/lifestyle/style/its-time-to-retire-the-tainted-term-fakenews/2017/01/06/a5a7516c-d375-11e6-945a-76f69a399dd5_story.html. Acesso em 15 abr. 2024.

TANDOC JR.; E. C, Lim, Z. W.; Ling, R. Defining 'Fake news': A Typology of Scholarly Definitions. **Digital Journalism**, v. 5, n. 7, p. 1-17, 2018. DOI:

<https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21670811.2017.1360143>. Acesso em: 20 jul. 2023.

UNAIDS. Sumário Executivo. Índice de Estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS. UNAIDS Brasil, 2019. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Exec_Sum_ARTE_2_web.pdf. Acesso em 20 jul. 2023.

UNICEF. Brasil avança na imunização infantil e sai da lista dos países com mais crianças não vacinadas no mundo. Brasília: **Unicef**, 15 jul. 2024. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/brasil-avanca-na-imunizacao-infantil-e-sai-da-lista-dos-paises-com-mais#>. Acesso em 01 ago. 2024.

UOL. Governo Bolsonaro preocupa entidades de combate à aids. Uol Notícias, 29 abr. 2019.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/deutschewelle/2019/04/29/governo-bolsonaro-preocupa-entidades-de-combate-a-aids.htm>. Acesso em: 14 jul. 2023.

UOL. Leonardo e Gustavo Lima vão ao Palácio da Alvorada em apoio a Bolsonaro. **Uol Splash**, 17 out. 2020. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/10/17/bolsonaro-leonardo-gusttavo-lima.htm>. Acesso em: 28 jul. 2023.

VAGGIONE, J. M.; MACHADO M. D. C. Religious Patterns of Neoconservatism in Latin America. **Politics and Gender**, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 6–10.

<https://doi.org/10.1017/S1743923X20000082>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/abs/religious-patterns-of-neoconservatism-in-latin-america/8A03AE9A49E1D2B63A9ED8254DEBBBCD2>. Acesso em 01 ago. 2023.

VAN DIJK, T. Critical Discourse Analysis. In SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. The Handbook of Discourse Analysis. Oxford: Blackwell, 2001.

VASCONCELOS, R. O que esperar (e cobrar) em 2024 da prevenção do HIV e de outras ISTs. **UOL VivaBem**, 2024. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/rico-vasconcelos/2024/01/05/o-que-esperar-e-cobrar-em-2024-da-prevencao-do-hiv-e-de-outras-ists.htm>. Acesso em: 07 ago. 2024.

VISCARDI, Janaisa Martins. *Fake news*, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1134-1157, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/01031813715891620200520>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/HWYM3LcW7yVtMY9ZbK8CWzs/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

VITÓRIA. **Lei Ordinária Municipal nº 9.814, de 08 de fevereiro de 2022**. Institui o "Programa Eu Escolhi Esperar" para prevenção e conscientização sobre gravidez precoce, no município de Vitória, de sorte a contribuir para redução de sua incidência, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/vzbtp>. Acesso em: 10 ago. 2023.

VIVAS, F.; FALCÃO, M. Mendonça libera para julgamento recursos que questionam investigações sobre Bolsonaro. **G1**, 19 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/19/mendonca-libera-para-julgamento-recursos-que-questionam-investigacoes-sobre-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2023.

VON SCHREEB, S.; PEDERSEN, S. K.; CHRISTENSEN, H.; JØRGENSEN, K. M.; HARRITSHØJ, L. H.; HERTZ, F. B.; AHLSTRÖM, M. G.; LEBECH, A. M.; LUNDING, S.; NIELSEN, L. N.; GERSTOFT, J.; KRONBORG, G.; ENGSIG, F. N. Questioning risk compensation: pre-exposure prophylaxis (PrEP) and sexually transmitted infections among men who have sex with men, capital region of Denmark, 2019 to 2022. **Euro Surveill**, v. 29, n. 13, 2024. DOI: <https://doi.org/10.2807/1560-7917.ES.2024.29.13.2300451>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10979528/>. Acesso em 03 ago. 2024.

WARDLE, C. Fake News. It's Complicated. **First Draft**, 16 fev. 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.com/fakenews-complicated/>. Acesso em 08 jul. 2024.

WASSERMAN, Herman; MADRID-MORALES, Dani. An exploratory study of “fake news” and media trust in Kenya, Nigeria and South Africa. **African Journalism Studies**, Reino Unido, v. 40, n. 1, p. 107-123, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/23743670.2019.1627230>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23743670.2019.1627230?journalCode=recq21>. Acesso em: 25 jul. 2023.

YAHOO NOTÍCIAS. Pastor bolsonarista diz que vacina chinesa provoca câncer e tem "HIV dentro dela". Yahoo Notícias, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://br.financas.yahoo.com/noticias/pastor-bolsonarista-diz-que-vacina-chinesa-provoca-cancer-e-tem-hiv-dentro-dela-134411283.html>. Acesso em: 10 jul. 2023.

YU, Y. J.; SCHIEBER, E.; JANAMNUAYSOOK, R.; WANG, B.; GUNASEKAR, A.; MACDONELL, K.; GETWONGSA, P.; KIM, D.; WONGHARN, P.; PHANUPHAKC, N. Barriers and facilitators to pre-exposure prophylaxis (PrEP) uptake and adherence among men who have sex with men (MSM) in Thailand: a qualitative study. **AIDS Care**, v. 36, n. 8, p. 1126–1134, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/09540121.2024.2332443>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09540121.2024.2332443>. Acesso em 02 ago. 2024.

ZAJDOW, G. Moral Panics: The Old and the New. **Deviant Behavior**, v. 29, n. 7, p. 640–664, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/01639620701839476>. Acesso em 01 ago. 2024.

ZECHMEISTER, E. Left-right identifications and the Latin American voter. In: Carlin, R.; SINGER, M.; ZECHMEISTER, E. **The Latin American Voter**. University of Michigan Press, 2015, p. 195-225. DOI: <https://doi.org/10.3998/mpub.8402589>.

ZUCKERMAN, E. Stop Saying *Fake news*, It's not Helping. Blog Ethan Zuckerman, 30 jan. 2017. Disponível em: <http://www.ethanzuckerman.com/blog/2017/01/30/stop-saying-fake-newsits-not-helping/>. Acesso em 10 ago. 2023.

APÊNDICE A – Declarações utilizadas na pesquisa

Nº	Declaração	Autor	Grupo
1	"São 40 páginas, tem muitas informações boas, precisas, mas o final dela fica complicado, no meu entendimento. Se você, pai ou mãe, achar que não, é direito teu. Então, é uma sugestão. Quem tiver a cartilha em casa, dá uma olhada porque vai estar na mão dos seus filhos, e, se você achar que é o caso, tira essas páginas que tratam desse tipo de assunto."	Jair Bolsonaro	Jair Bolsonaro
2	"Só vou dar notícia, não vou comentar. Já falei sobre isso no passado, apanhei muito. Vamos lá: relatórios oficiais do governo do Reino Unido sugerem que os totalmente vacinados. Quem são os totalmente vacinados? Aqueles que depois da segunda dose né... 15 dias depois, 15 dias após a segunda dose, totalmente vacinados... Estão desenvolvendo Síndrome da Imunodeficiência Adquirida muito mais rápido do que o previsto. Portanto, leiam a matéria, não vou ler aqui porque posso ter problema com a minha live."	Jair Bolsonaro	Jair Bolsonaro
3	"Uma pessoa com HIV, além de um problema sério para ela, é uma despesa para todos no Brasil."	Jair Bolsonaro	Jair Bolsonaro
4	"Vamos ter que ver a maneira como isso se dá sem ofender as famílias, sem ofender aqueles que entendem que isso possa ser uma invasão do Estado em seu ambiente familiar."	Luiz Henrique Mandetta	Apoiadores
5	"Tenho notadamente buscado sempre a ciência. Se [a Prep] faz parte da ciência e do melhor arsenal disponível, temos que ir atrás como sistema de saúde. Mas não podemos fazer disso a política. Não podemos banalizar e dizer ‘você pode ter um comportamento de risco que o Estado vai te dar um remedinho para resolver’. A Prep faz parte do arsenal e se dá muito na relação médico-paciente ou na relação com as unidades de saúde. Mas não é uma coisa que ‘Olha, vamos nos comportar assim porque temos essa possibilidade’. Não. Temos essa possibilidade, mas vamos falar sério sobre como você não precisa usá-la. Isso também passa por paternidade responsável, gravidez na adolescência e uma série de assuntos correlatos."	Luiz Henrique Mandetta	Apoiadores
6	"[O Ministério usou como referência] estudos científicos e a normalização da espera como alternativa para iniciação da vida sexual em idade apropriada, considerando as vantagens	Ministério da Mulher, Família e	Apoiadores

Nº	Declaração	Autor	Grupo
	psicológicas, emocionais, físicas, sociais e econômicas envolvidas, sem que isso implique em críticas aos demais métodos de prevenção."	Direitos Humanos	
7	"Eu Escolhi Esperar é uma campanha cristã, que atua especificamente em duas áreas: preservação sexual e integridade emocional. Foi criado com o propósito de encorajar, fortalecer e orientar os solteiros cristãos a esperarem até o casamento para viverem suas experiências sexuais."	Projeto Eu Escolhi Esperar	Apoiadores
8	"O meio de comunicação do bem chamado @exame divulga a informação e o atacado é quem leu sua matéria."	Carlos Bolsonaro	Apoiadores
9	"Muitas pessoas vão morrer de câncer, achando que foi câncer porque comeu alguma coisa, porque foi hereditário, porque tem família, por causa de um tumor, mas na verdade foi por causa da vacina. Depois que essa substância entrar no nosso organismo vai atingir o nosso DNA, um cientista francês disse que até HIV tem dentro dela."	Pastor Davi Góes	Apoiadores
10	"Trinta milhões de pessoas no Brasil têm HIV. Trinta milhões. Pra ser sincero, ninguém usa camisinha. Agora 900 casos de... tem que usar máscara! Eu cheguei à conclusão de que a gente morrer f*dendo é melhor que morrer tossindo."	Cantor Leonardo	Apoiadores
11	"Que pandemia? Isso é história da mídia, para achar que o mundo está acabando. Isso é só uma gripezinha, irmão. Peguei? Passou. Prefiro morrer tossindo do que transando. Não, prefiro morrer transando do que tossindo, foi mal."	Renan Bolsonaro	Apoiadores
12	"A Bíblia chama de qualquer opção contrária ao que Deus determinou, de pecado. E o pecado tem uma consequência que é a morte. Tá a aids para mostrar que a união sexual entre dois homens causa uma enfermidade que leva à morte e contamina as mulheres, enfim... Não é o ideal de Deus."	Ana Paula Valadão	Apoiadores

13	"Os poros no preservativo permitem a passagem do vírus HIV."	Desconhecido	Fake News
14	"Uma comparação de relatórios oficiais do governo sugere que os totalmente vacinados estão desenvolvendo a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida muito mais rápido do que o previsto."	Desconhecido	Fake News
15	"Anitta não teve alta hospitalar devido a AIDS. Até quando a Globo irá sustentar a falsa endometriose? Pq a poderosa ainda não teve sua alta hospitalar? Hoje em dia, 2022, ninguém morre mais se tiver HIV, pois a medição é muito evoluída. Mas aqueles que abandonam o tratamento, abandonam apenas para ficarem com a carga viral detectável e poderem infectar os outros por maldade. Sabemos que Anitta faz parte do Satanismo e sempre propagou isto na internet, ovacionando a entidade Ekedi, a mesma entidade que Cazuza servia no candomblé. E sabemos também que a regra da seita Satânica é o sacrificio humano para atingir o sucesso. 40 mil crianças DESAPARECEM por ano, somente no Brasil, e somem sem deixarem rastros. Anitta reverenciou Lúcifer, se vestindo de Baphomed, o Deus da Maçonaria, a representação de Satanás. Larissa de Honório Gurgel não pensou duas vezes quando trocou Jesus pelo Satanismo e hoje padece pela AIDS. Está é a Deusa a qual os idólatras se ajoelharam com todo amor. Os piores satanistas não são os participantes da seita. Os piores satanistas são os fãs, que vêem e não querem ver, enxergam e não querem enxergar. Mas Jesus já dizia que os idólatras não herdariam o reino dos céus, devido à cegueira da idolatria."	Desconhecido	Fake News